

Veículo: Site Correio 24h	Caderno:
Data: 09/04/2020	Página:

coronavírus

## **Sorteios da Nota Premiada Bahia são suspensos**

*Decisão foi motivada pela suspensão dos sorteios da Loteria Federal; repasses a filantrópicas são mantidos*

Da Redação

redacao@correio24horas.com.br

09.04.2020, 07:49:00

Devido à pandemia do novo coronavírus, os sorteios da Loteria Federal foram suspensos pelos próximos três meses. Isso fez com que a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) interrompesse as premiações da campanha Nota Premiada Bahia. No entanto, os repasses de 550 mil baianos inscritos na campanha, para as mais de 530 instituições filantrópicas de todo o estado, ativas no programa Sua Nota É Um Show de Solidariedade, feitos a cada quatro meses, foram mantidos.

A Nota Premiada Bahia define o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes ganhadores dos sorteios mensais e especiais com base nos resultados divulgados pela Caixa Econômica Federal (CEF).

O Sua Nota foi criado no início de 2018 e vinculado à Nota Premiada Bahia. Com suas regras simplificadas, os repasses a entidades filantrópicas já somam R\$ 25,9 milhões. Do total, R\$ 18 milhões correspondem à fase atual, e R\$ 7,9 milhões à regularização de fases anteriores. Os pagamentos são feitos para as entidades que estão com as suas certidões do INSS e FGTS regulares. A cada quadrimestre, são destinados R\$ 1,5 milhão para as instituições da área de saúde e R\$ 1,5 milhão para as da social.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no [www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br) para concorrer aos prêmios individuais deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site.

É preciso incluir este CPF nas compras realizadas em estabelecimentos comerciais da Bahia, que têm obrigatoriedade de emitir a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

### **Bilhetes válidos**

Além da motivação de continuar apoiando as filantrópicas de sua preferência, em um momento de maior necessidade de recursos devido à pandemia, os participantes da Nota Premiada vão continuar acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na NF-e ou na NFC-e. Assim que os sorteios forem retomados, esses bilhetes acumulados permanecerão válidos e irão concorrer normalmente.

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, dos quais um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão, em 2018 e 2019.

### **Solidariedade**

**O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória**, observa que, com o advento da Nota Premiada Bahia, o apoio às instituições filantrópicas foi amplamente facilitado.

“Seja porque o compartilhamento das notas fiscais pelos contribuintes baianos passou a ser feito eletronicamente, aposentando-se as antigas urnas para doação das notas em papel, seja por conta de novas regras mais simples”, explicou.

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, ressalta que todos saem ganhando neste processo. “As instituições recebem um reforço em seu caixa para desenvolver o importante trabalho social sob sua responsabilidade, os participantes da Nota Premiada têm a oportunidade de colaborar com esse trabalho e ainda concorrem a prêmios em dinheiro, e o fisco, ao estimular os consumidores a exigirem a emissão do documento fiscal pelas empresas, obtém o apoio da sociedade para o combate à sonegação e à concorrência desleal no mercado baiano”, disse.

Veículo: Política Livre	
Data: 09/04/2020	Caderno: Economia



09 de abril de 2020 | 07:09

## ***Nota Premiada Bahia suspende sorteios, mas mantém repasses a filantrópicas***

### **BAHIA**

A suspensão dos sorteios da Loteria Federal pelos próximos três meses devido à pandemia do novo coronavírus levou a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)** a interromper as premiações da campanha **Nota Premiada Bahia**, que tomam por base os resultados divulgados pela Caixa Econômica Federal (CEF) para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes ganhadores dos sorteios mensais e especiais. Mas a solidariedade vai continuar motivando os 550 mil baianos inscritos na campanha, que compartilham suas notas eletrônicas com mais de 530 instituições filantrópicas de toda a Bahia ativas no programa Sua Nota É Um Show de Solidariedade: estão mantidos os repasses para estas entidades, que ocorrem a cada quatro meses.

Desde o início de 2018, quando o Sua Nota foi vinculado à Nota Premiada Bahia e teve suas regras simplificadas, os repasses a entidades filantrópicas já somam R\$ 25,9 milhões. Do total, R\$ 18 milhões correspondem à fase atual, e R\$ 7,9 milhões à regularização de fases anteriores. Os pagamentos são feitos para as entidades que estão com as suas certidões do INSS e FGTS regulares. A cada quadrimestre, são destinados R\$ 1,5 milhão para as instituições da área de saúde e R\$ 1,5 milhão para as da social.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no [site](#) para concorrer aos prêmios individuais deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir este CPF nas compras realizadas em estabelecimentos comerciais da Bahia, que têm obrigatoriedade de emitir a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

**Bilhetes válidos**

Além da motivação de continuar apoiando as filantrópicas de sua preferência, em um momento de maior necessidade de recursos devido à pandemia, os participantes da Nota Premiada vão continuar acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na NF-e ou na NFC-e. Assim que os sorteios forem retomados, esses bilhetes acumulados permanecerão válidos e irão concorrer normalmente.

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, dos quais um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão, em 2018 e 2019.

### **Solidariedade**

O **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória**, observa que, com o advento da Nota Premiada Bahia, o apoio às instituições filantrópicas foi amplamente facilitado, “seja porque o compartilhamento das notas fiscais pelos contribuintes baianos passou a ser feito eletronicamente, aposentando-se as antigas urnas para doação das notas em papel, seja por conta de novas regras mais simples”.

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, ressalta que todos saem ganhando neste processo. “As instituições recebem um reforço em seu caixa para desenvolver o importante trabalho social sob sua responsabilidade, os participantes da Nota Premiada têm a oportunidade de colaborar com esse trabalho e ainda concorrem a prêmios em dinheiro, e o fisco, ao estimular os consumidores a exigirem a emissão do documento fiscal pelas empresas, obtém o apoio da sociedade para o combate à sonegação e à concorrência desleal no mercado baiano”.

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 09/04/2020	



## NOTA PREMIADA GARANTE REPASSES A FILANTRÓPICAS MESMO SEM SORTEIOS



admin 9 Abril, 2020

A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) decidiu interromper as premiações da campanha Nota Premiada Bahia, que tomam por base os resultados divulgados pela Caixa Econômica Federal (CEF) para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes ganhadores dos sorteios mensais e especiais. A medida ocorre em meio à suspensão dos sorteios da Loteria Federal pelos próximos três meses devido à pandemia do novo coronavírus.

No entanto, de acordo com a pasta, 550 mil baianos inscritos na campanha continuam ajudando através das notas eletrônicas mais de 530 instituições filantrópicas de toda a Bahia ativas no programa Sua Nota É Um Show de Solidariedade. Tudo isso graças à manutenção dos repasses para estas entidades, que ocorrem a cada quatro meses. Em meio à suspensão, os participantes da Nota Premiada vão continuar acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na NF-e ou na NFC-e. Assim que os sorteios forem retomados, esses bilhetes acumulados permanecerão válidos e irão concorrer normalmente.

Desde o início de 2018, quando o Sua Nota foi vinculado à Nota Premiada Bahia e teve suas regras simplificadas, os repasses a entidades filantrópicas já somam R\$ 25,9 milhões. Do total, R\$ 18 milhões correspondem à fase atual, e R\$ 7,9 milhões à regularização de fases anteriores. Os pagamentos são feitos para as entidades que estão com as suas certidões do INSS e FGTS regulares. A cada quadrimestre, são destinados R\$ 1,5 milhão para as instituições da área de saúde e R\$ 1,5 milhão para as da social.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no [www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br) para concorrer aos

prêmios individuais deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir este CPF nas compras realizadas em estabelecimentos comerciais da Bahia, que têm obrigatoriedade de emitir a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Foto : Mateus Pereira/GOVBA

Veículo: Metro 1	Bahia
Data: 09/04/2020	



## Bahia

# Nota Premiada Bahia garante repasses a filantrópicas durante suspensão de sorteios

*Assim que os sorteios forem retomados, esses bilhetes acumulados permanecerão válidos e irão concorrer normalmente*



Foto : Mateus Pereira/GOVBA

Por **Metro1** no dia 09 de Abril de 2020 · 08:40

**A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)** decidiu interromper as premiações da campanha Nota Premiada Bahia, que tomam por base os resultados divulgados pela Caixa Econômica Federal (CEF) para definir o número da sorte a partir do qual

são conhecidos os bilhetes ganhadores dos sorteios mensais e especiais. A medida ocorre em meio à suspensão dos sorteios da Loteria Federal pelos próximos três meses devido à pandemia do novo coronavírus.

No entanto, de acordo com a pasta, 550 mil baianos inscritos na campanha continuam ajudando através das notas eletrônicas mais de 530 instituições filantrópicas de toda a Bahia ativas no programa Sua Nota É Um Show de Solidariedade. Tudo isso graças à manutenção dos repasses para estas entidades, que ocorrem a cada quatro meses. Em meio à suspensão, os participantes da Nota Premiada vão continuar acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na NF-e ou na NFC-e. Assim que os sorteios forem retomados, esses bilhetes acumulados permanecerão válidos e irão concorrer normalmente.

Desde o início de 2018, quando o Sua Nota foi vinculado à Nota Premiada Bahia e teve suas regras simplificadas, os repasses a entidades filantrópicas já somam R\$ 25,9 milhões. Do total, R\$ 18 milhões correspondem à fase atual, e R\$ 7,9 milhões à regularização de fases anteriores. Os pagamentos são feitos para as entidades que estão com as suas certidões do INSS e FGTS regulares. A cada quadrimestre, são destinados R\$ 1,5 milhão para as instituições da área de saúde e R\$ 1,5 milhão para as da social.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no [www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br) para concorrer aos prêmios individuais deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir este CPF nas compras realizadas em estabelecimentos comerciais da Bahia, que têm obrigatoriedade de emitir a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).



## COVID-19

---

Publicado em 09/04/2020 às 08h27.

# Nota Premiada Bahia suspende sorteios, mas mantém repasses a filantrópicas

Medida ocorre devido a suspensão dos sorteios da Loteria Federal em função da pandemia do novo coronavírus

Redação



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

A suspensão dos sorteios da Loteria Federal pelos próximos três meses devido à pandemia do novo coronavírus levou a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) a interromper as premiações da campanha Nota Premiada Bahia.

A premiação tem por base os resultados divulgados pela Caixa Econômica Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes ganhadores dos sorteios mensais e especiais.]

Mas a solidariedade vai continuar motivando os 550 mil baianos inscritos na campanha, que compartilham suas notas eletrônicas com mais de 530 instituições filantrópicas de toda a Bahia

# Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

09/04/2020 08:20

## Nota Premiada Bahia suspende sorteios, mas mantém repasses a filantrópicas

A suspensão dos sorteios da Loteria Federal pelos próximos três meses devido à pandemia do novo coronavírus levou a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) a interromper as premiações da campanha Nota Premiada Bahia, que tomam por base os resultados divulgados pela Caixa Econômica Federal para definir o número da sorte a partir do qual são conhecidos os bilhetes ganhadores dos sorteios mensais e especiais. Mas a solidariedade vai continuar motivando os 550 mil baianos inscritos na campanha, que compartilham suas notas eletrônicas com mais de 530 instituições filantrópicas de toda a Bahia ativas no programa Sua Nota É Um Show de Solidariedade: estão mantidos os repasses para estas entidades, que ocorrem a cada quatro meses.

Desde o início de 2018, quando o Sua Nota foi vinculado à Nota Premiada Bahia e teve suas regras simplificadas, os repasses a entidades filantrópicas já somam R\$ 25,9 milhões. Do total, R\$ 18 milhões correspondem à fase atual, e R\$ 7,9 milhões à regularização de fases anteriores. Os pagamentos são feitos para as entidades que estão com as suas certidões do INSS e FGTS regulares. A cada quadrimestre, são destinados R\$ 1,5 milhão para as instituições da área de saúde e R\$ 1,5 milhão para as da social.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no [www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br) para concorrer aos prêmios individuais deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir este CPF nas compras realizadas em estabelecimentos comerciais da Bahia, que têm obrigatoriedade de emitir a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) ou a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

### Bilhetes válidos

Além da motivação de continuar apoiando as filantrópicas de sua preferência, em um momento de maior necessidade de recursos devido à pandemia, os participantes da Nota Premiada vão continuar acumulando bilhetes ao inserirem o CPF na NF-e ou na NFC-e. Assim que os sorteios forem retomados, esses bilhetes acumulados permanecerão válidos e irão concorrer normalmente.

Em pouco mais de dois anos, a Nota Premiada Bahia já levou a sorte a 586 baianos, dos quais 379 moram na capital e 207 no interior. Desde dezembro de 2019, atendendo a pedidos endereçados via redes sociais ao governador Rui Costa, a Nota Premiada passou a distribuir mensalmente 91 prêmios, dos quais um de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, o que aumentou as chances de cada participante, em contraposição aos dez prêmios mensais de R\$ 100 mil do formato anterior. A campanha também já distribuiu dois prêmios especiais de R\$ 1 milhão, em 2018 e 2019.

### Solidariedade

O secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, observa que, com o advento da Nota Premiada Bahia, o apoio às instituições filantrópicas foi amplamente facilitado, "seja porque o compartilhamento das notas fiscais pelos contribuintes baianos passou a ser feito eletronicamente, aposentando-se as antigas urnas para doação das notas em papel, seja por conta de novas regras mais simples".

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, ressaltou que todos saem ganhando neste processo. "As instituições recebem um reforço em seu caixa para desenvolver o importante trabalho social sob sua responsabilidade, os participantes da Nota Premiada têm a oportunidade de colaborar com esse trabalho e ainda concorrem a prêmios em dinheiro, e o fisco, ao estimular os consumidores a exigirem a emissão do documento fiscal pelas empresas, obtém o apoio da sociedade para o combate à sonegação e à concorrência desleal no mercado baiano".

**Fonte: Ascom Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**

### Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

**Horário de funcionamento:**

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

**Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.**



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

# Socorro a estados tem impacto de R\$ 180 bi

Cálculo da equipe econômica diverge da estimativa da Câmara, que aponta custo de R\$ 85 bi. Versão emergencial do chamado Plano Mansueto prevê pacote de benefícios aos governos regionais. Votação do projeto está prevista para hoje

---

O Globo · 9 abril 2020 · MANOEL VENTURA E MARCELLO CORRÊA email@oglobo.com.br

---

ACâmara dos Deputados começou ontem a analisar uma nova versão do projeto de lei com medidas para ajudar estados e municípios a combater a crise do coronavírus. O texto é um projeto emergencial do chamado Plano Mansueto e prevê um pacote de benefícios aos governos regionais, como recomposição de perdas na arrecadação de ICMS. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), estimou o impacto total das medidas em R\$ 85 bilhões. Mas cálculos da equipe econômica apontam um custo muito maior, de R\$ 180 bilhões. Apesar do pacote de socorro, não houve acordo em torno da proposta, e a votação ficou marcada para hoje. Esta foi a segunda adaptação feita pelo relator da proposta, deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), para adequar o projeto ao estado de calamidade. O texto original, apelidado em referência ao secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, foi apresentado pelo governo no ano passado, antes da crise, e previa um auxílio para esta fase de crise, com a condição de que o governo tomasse medidas de ajuste fiscal.

Na semana passada, Pedro Paulo apresentou parecer em que atendia parte das demandas de governadores, como suspensão do pagamento das dívidas de estados, mas mantinha trechos voltados para ajuste estrutural, inclusive a reformulação do Regime de Recuperação Fiscal. Complexo, o texto não obteve consenso para ser votado rapidamente.

Na terceira versão apresentada ontem, o relator se concentrou nas medidas emergenciais e acabou incluindo ações que não estavam previstas até semana passada. A principal possibilidade é a União compensar governos regionais por perdas na arrecadação de ICMS, dos estados, e do ISS, dos municípios.

O texto aumenta o limite para que estados e municípios contratem empréstimos com garantia da União. Ou seja, em caso de calote, cabe ao governo federal arcar com as dívidas.

Ontem, antes da sessão, Rodrigo Maia estimou em R\$ 85 bilhões o impacto fiscal da proposta, sendo R\$ 35 bilhões em repasse do Tesouro e R\$ 50 bilhões em garantias para empréstimos. Segundo cálculo da equipe econômica obtido pelo GLOBO, essa conta é muito maior. A previsão é de um gasto de R\$ 36 bilhões em transferências (R\$ 24 bilhões para estados e R\$ 12 bilhões para municípios). Mais R\$ 50,3 bilhões em suspensão de dívidas dos governos regionais. Já em créditos, o projeto abre R\$ 54,9 bilhões para financiamento aos estados e R\$ 38,6 bilhões para os municípios.

Além do impacto imediato, técnicos do governo estão preocupados com efeitos de longo prazo do pacote, já que a necessidade de arcar com dívidas de estados em crise pode se prolongar

para além de 2020.

O impacto foi um dos motivos para a falta de acordo ontem, somada à resistência de parlamentares que pediram ainda mais benefícios na negociação de dívidas e em medidas voltadas a municípios.

Após a suspensão da sessão, o líder do governo na Câmara, Vitor Hugo (PSLGO) disse que o alto custo inviabiliza a proposta:

— O (ministro da Economia) Paulo Guedes já falou que nenhum recurso será poupado da União e o presidente determinou isso, para que a gente preserve vidas e empregos dos brasileiros. Mas precisamos fazer isso com responsabilidade.

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 09/04/2020	



## VOTAÇÃO DE NOVO PROJETO DE SOCORRO A ESTADOS SERÁ REALIZADA HOJE



admin 9 Abril, 2020

O projeto que normatiza a ajuda emergencial aos estados, Distrito Federal e municípios deve ser votado nesta quinta-feira (9), segundo estimativa do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Diante da pandemia de Covid-19, a proposição é uma versão enxuta do chamado plano Mansueto e tem um impacto fiscal de R\$ 35 bilhões.

Com base no Projeto de Lei Complementar 149/19, a proposta permite a suspensão de pagamentos de empréstimos, o recebimento de auxílio para recompor perda da arrecadação e cria novos limites de endividamento.

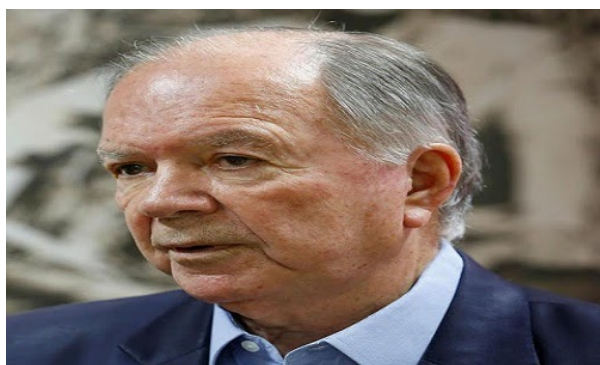
Segundo a Agência Câmara, o parecer do relator, deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) foi apresentado nesta quarta-feira (8), mas os líderes partidários defendem alterações na proposta, que recebeu mais de 100 emendas.

Foto : Divulgação / Câmara dos Deputados

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 09/04/2020	



## LEÃO SUGERE QUE GOVERNO NEGOCIE R\$ 20 BI NA DÍVIDA ATIVA



admin 9 Abril, 2020

A Bahia tem uma garantia de recursos financeiros para o momento da crise da pandemia do coronavírus. De acordo com o vice-governador, João Leão (PP), há o valor em torno de R\$ 20 bilhões de dívida ativa na carteira do Estado. A dívida ativa é uma espécie de cadastro que o governo possui de pessoas e empresas que devem algum valor para ele. “A dívida ativa dá uma receita mensal e o governo pode garantir este dinheiro tomando empréstimos e dando garantias aos bancos, passando essa dívida ativa. Daí, o banco vai cobrando aquilo e quando ressarcir devolve o que não comprou”, afirmou Leão. “A pessoa vende uma mercadoria, não paga o ICMS, o imposto de transmissão, o Estado multa e coloca aquele recurso em dívida ativa”, exemplifica o vice-governador.

Vale lembrar que os Estados e municípios poderão renegociar R\$ 20 bilhões em dívidas antigas que hoje são corrigidas por elevadas taxas de juros. A medida constou em apresentação divulgada no último dia 23 de março pelo Ministério da Economia para detalhar o pacote de socorro a governos regionais em meio à crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. A negociação também envolve a suspensão dos pagamentos de precatórios (valores devidos após sentença definitiva na Justiça) em 2020 e prorrogação do prazo final para quitar esses passivos, de 2024 para 2030. O novo limite é maior que o negociado anteriormente, que era fixar o prazo em 2028. Ao todo, o pacote para Estados e municípios envolve R\$ 88,2 bilhões em recursos novos, alívios na cobrança de dívida e acesso a novos financiamentos.

Como parte da força-tarefa coordenada pelo governo do Estado, através das secretarias do Planejamento (Seplan) e Desenvolvimento Econômico (SDE), para o enfrentamento do

Covid-19, o Senai Cimatec Park está produzindo 10 mil máscaras do tipo Face Shield para os hospitais da Bahia. A máscara Face Shield é um equipamento de proteção individual extremamente seguro, de dupla proteção, reutilizável, que evita o contato com gotículas, salivas e fluídos nasais que possam atingir o rosto, o nariz, a boca e os olhos.

“Estamos presenciando a união de vários conhecimentos tecnológicos e generosidade dos investidores e desenvolvedores do nosso estado, numa grande corrente, para vencermos o coronavírus. É o fruto da excelente relação institucional que o Governo Rui Costa nutre com aqueles que investem e geram emprego aqui na Bahia”, afirmou o vice-governador João Leão, que também é secretário de Desenvolvimento Econômico.(PP)

Foto: Reprodução internet

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 09/04/2020	



## VOTAÇÃO DE NOVO PROJETO DE SOCORRO A ESTADOS SERÁ REALIZADA HOJE



admin 9 Abril, 2020

O projeto que normatiza a ajuda emergencial aos estados, Distrito Federal e municípios deve ser votado nesta quinta-feira (9), segundo estimativa do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Diante da pandemia de Covid-19, a proposição é uma versão enxuta do chamado plano Mansueto e tem um impacto fiscal de R\$ 35 bilhões.

Com base no Projeto de Lei Complementar 149/19, a proposta permite a suspensão de pagamentos de empréstimos, o recebimento de auxílio para recompor perda da arrecadação e cria novos limites de endividamento.

Segundo a Agência Câmara, o parecer do relator, deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) foi apresentado nesta quarta-feira (8), mas os líderes partidários defendem alterações na proposta, que recebeu mais de 100 emendas.

Foto : Divulgação / Câmara dos Deputados



Veículo: Bocão News	Notícias
Data: 09/04/2020	



*Coronavírus*

## *Rui Costa remaneja mais R\$ 7,5 milhões dos orçamentos Fiscal e da Seguridade para custeio de gastos com a Covid-19*



09 de Abril de 2020 às 08:24 Por: **Arquivo BNews** Por: **Yasmin Garrido** 0 comentários

O governador Rui Costa decretou, mais uma vez, a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 45,4 milhões dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo que, deste montante, cerca de R\$ 7,5 milhões serão destinados à Secretaria de Saúde para o custeio das ações de combate ao novo coronavírus.

A medida foi publicada no Diário Oficial desta quinta-feira (9) e, além da verba para a Saúde, o petista também disponibilizou o crédito para as áreas da Infraestrutura e Saneamento; Agricultura Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura; Educação; Seagri; Fazenda; Desenvolvimento Econômico; Segurança Pública; e Cultura.

Nesta terça (7), o governador já tinha aberto crédito suplementar dos orçamentos Fiscal e da Seguridade no valor de R\$ 53 milhões, sendo que **R\$ 47,5 milhões foram destinados ao combate da Covid-19.**

# Tribuna

## Empréstimos

O projeto de lei que suspende pelos próximos 90 dias a modalidade de empréstimo a servidores estaduais com desconto no contracheque poderá começar a ser discutido na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) já na próxima semana. A informação foi dada pelo deputado estadual Samuel Júnior (PDT), autor da proposta, ao site Política Livre nesta quarta-feira (8). "O presidente Nelson Leal convocou uma reunião da mesa diretora para a próxima segunda para deliberar sobre esse e outros projetos", revelou.



**Samuel Júnior**

## Estudantes

O deputado Hilton Coelho (PSOL) indicou ao governador Rui Costa (PT) que promova a distribuição mensal de cesta básica aos estudantes da rede estadual que tenham tido suas aulas suspensas por causa da pandemia do coronavírus. O parlamentar lembra que "a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional 11.346/06, em seu artigo 2º prevê que a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população".

## Bancos

O secretário da Fazenda e do Planejamento do Estado de São Paulo, Henrique Meirelles, sugeriu há pouco que os bancos públicos atuem com mais força no sistema financeiro para evitar o "empçoamento" de crédito durante a crise da pandemia do novo coronavírus, com a ajuda do BNDES, para repassar recursos liberados por Banco Central e Tesouro. "O Brasil tem quatro grandes bancos, e dois deles são públicos, o Banco do Brasil e a Caixa, e eles devem e podem, em um momento como esse, agir para manter a economia funcionando", afirmou Meirelles, que é ex-presidente do BC e ex-ministro da Fazenda.

## R\$ 150 milhões

O deputado federal João Roma (Republicanos) afirmou que o corte de R\$ 150 milhões nas despesas da Câmara dos Deputados é uma importante ação para combater o coronavírus. Anunciada pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia, a medida vai atingir gastos com pessoal, investimentos e custeio operacional. Os recursos são repassados ao Executivo. "São cortes de gastos que vão somar 150 milhões em recursos para ajudar a conter a pandemia que está se alastrando rapidamente pelo país. Vamos continuar trabalhando incessantemente para que os impactos provocados pelo coronavírus sejam os menores possíveis para a população que mais precisa", ressaltou.

## Mais um

Líder do Podemos na Câmara, o deputado federal Léo Moraes (RO) seguiu o bonde de alguns líderes políticos e protocolou representação no Ministério Público Federal em que pede fiscalização e punição de bancos por abuso de poder econômico, "praticado em plena crise do coronavírus no país". De acordo com o parlamentar, há indícios de aumento de 50% na taxa de empréstimos bancários para investimentos e acréscimo de 100% para antecipação de receitas por venda a crédito. Dois nomes bastante conhecidos dos baianos a levantar bandeira semelhante foram o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), e o governador da Bahia, Rui Costa (PT), na última semana.

## Calamidade pública

O deputado Marquinho Viana (PSB) participou hoje (08.04), da sessão virtual da Assembleia Legislativa que votou e aprovou, por unanimidade, o reconhecimento do "estado de calamidade pública em razão da pandemia de Covid-19" para, dentre outros, os municípios de Coribe, Ibicoara, Boquira, Livramento de Nossa Senhora, Caraíbas, Belo Campo, Érico Cardoso, Rio de Contas, Presidente Jânio Quadros e Planalto.

Marquinho Viana afirma que o reconhecimento atende às solicitações dos prefeitos. Os demais municípios terão seus decretos aprovados, possivelmente na próxima quarta-feira (15), considerando que não houve tempo hábil para elaboração dos decretos. É importante considerar que o decreto de calamidade pública é fundamental para os prefeitos adotarem medidas urgentes no combate ao coronavírus.



**Marquinho Viana**

## Municípios

Mais de 1.900 municípios já decretaram calamidade ou emergência em saúde pública por conta do novo coronavírus (Covid-19), revela a pesquisa feita pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). O estudo realizado pela CNM atingiu 2.601 municípios (46,71% do total), até a data de 31 de março. Desses, 1.607 (62,0%) responderam que não registraram nenhum caso (suspeito e/ou confirmado) do novo coronavírus e 986 (38%) responderam positivamente. A entidade, ao perceber a gravidade dessa crise sanitária, adotou ações para identificar como os municípios estão se organizando para enfrentar essa situação e como o vírus está se disseminando nas cidades brasileiras.

# Tribuna

## Assembleia aprova calamidade pública de mais 158 municípios

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

**M**ais de 158 municípios baianos tiveram a situação de calamidade pública reconhecida pela Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA). Em mais uma sessão virtual ontem, 60 deputados estaduais aprovaram decretos que autorizam a adoção de medidas excepcionais para combater à disseminação do coronavírus nos municípios, e permitem gastos maiores do que o previsto. O Legislativo baiano já tinha aprovado decreto de estado de calamidade pública para Salvador e outras 22 cidades

baianas.

As matérias de ontem foram aprovadas após um acordo de dispensa de formalidade firmado entre os líderes da bancada do governo, Rosemberg Pinto (PT) e o da oposição, Sandro Régis (DEM). Presidente da AL-BA, Nelson Leal (PP), afirmou que a medida tinha "caráter emergencial" e é acima de tudo uma iniciativa de prevenção. "Gestores responsáveis de cidades ainda livres da covid-19 também precisam de instrumentos para enfrentar a pandemia. O Poder Legislativo está aqui para cumprir o seu dever, como sempre o fez. Estamos prontos para dar a resposta solicitada por todos os municípios de nossa terra com rapidez e responsabi-

lidade", declarou.

Na próxima semana, a AL-BA vai apreciar outros 60 decretos. Desde que há registro de coronavírus na Bahia, o Legislativo baiano tem adotado sessão virtuais. Segundo o presidente da Casa, o modelo vai ser adotado até que perdue a crise, pois, tem dado agilidade aos trabalhos. O novo sistema de votação só poderá ser usado "em situações de guerra, convulsão social, calamidade pública, pandemia, emergência epidemiológica, colapso no sistema de transportes ou situações de força maior que impeçam ou inviabilizem a reunião presencial dos deputados na sede da Assembleia Legislativa". As sessões são transmitidas ao vivo na



A ASSEMBLEIA Legislativa da Bahia reconheceu pedidos de calamidade pública de 158 municípios

TV AL-BA.

Da bancada oposicionista, o deputado estadual Tiago Correia (PSDB) afirmou, ontem, que o governo de Rui Costa (PT) não tem criado "um ambiente de orientação para as cidades baianas, que, muitas vezes, não estão conseguindo tomar as medidas necessárias por falta de informações" para combater o coronavírus. "Muitos prefeitos estão órfãos, batendo cabeça, sem orientação. O governo tem acertado em muitas ações que vem implementando, mas erra ao não criar um trabalho coordenado entre os

municípios. Já deveria ter sido criado um ambiente de disseminação de informação e de boas práticas para que os municípios possam se orientar", afirmou o deputado.

De acordo com o tucano, em diversas cidades, especialmente as menores, os prefeitos acabam replicando medidas tomadas por municípios vizinhos por falta de orientação. "Hoje, o que percebemos é uma verdadeira descoordenação no estado. Os prefeitos não sabem para onde ligar em caso de dúvidas. Com o comitê, com um trabalho

mais coordenado, além de passar a existir uma única interlocução, serão distribuídas orientações e informações aos 417 municípios do nosso estado", disse.

Relatoria - As propostas foram votadas por lote, tendo como relatores os deputados Vítor Bonfim (PP), que relatou 156 decretos, e o deputado Alan Sanches (DEM) que relatou dois projetos de autoria do deputado Vítor Bonfim referentes aos municípios de Cândido Sales e Ponto Novo, porque regimentalmente Bonfim não pode ser o relator das matérias de sua autoria. Em ambos os casos os relatores aprovaram os decretos sem nenhuma emenda e com parecer favorável dado a relevância do assunto.

Outros 60 projetos de Decreto Legislativo encontram-se na Assembleia para apreciação na próxima semana. De acordo com o presidente Nelson Leal, a data ainda será definida e novos pedidos deverão chegar na AL-BA. "Assim será o tempo de elaborar os decretos, publicar no Diário e marcarmos a próxima sessão virtual, que deverá ocorrer a partir da próxima quarta-feira, 10h".

## CORONAVÍRUS

### Leão sugere que governo negocie R\$ 20 bi na dívida ativa



**DE ACORDO** com o vice-governador, João Leão (PP), há o valor em torno de R\$ 20 bilhões de dívida ativa na carteira do Estado

DA REDAÇÃO

A Bahia tem uma garantia de recursos financeiros para o momento da crise da pandemia do coronavírus. De acordo com o vice-governador, João Leão (PP), há o valor em torno de R\$ 20 bilhões de dívida ativa na carteira do Estado. A dívida ativa é uma espécie de cadastro que o governo possui de pessoas e empresas que devem algum valor para ele. "A dívida ativa dá uma receita mensal e o governo pode garantir este dinheiro tomando empréstimos e dando garantias aos bancos, passando essa dívida ativa. Daí, o banco vai cobrando aquilo

quando ressarcir devolve o que não comprou", afirmou Leão. "A pessoa vende uma mercadoria, não paga o ICMS, o imposto de transmissão, o Estado multa e coloca aquele recurso em dívida ativa", exemplifica o vice-governador.

Vale lembrar que os Estados e municípios poderão renegociar R\$ 20 bilhões em dívidas antigas que hoje são corrigidas por elevadas taxas de juros. A medida constou em apresentação divulgada no último dia 23 de março pelo Ministério da Economia para detalhar o pacote de socorro a governos regionais em meio à crise provocada pela pandemia do novo coronavírus.

A negociação também envolve a suspensão dos pagamentos de precatórios (valores devidos após sentença definitiva na Justiça) em 2020 e prorrogação do prazo final para quitar esses passivos, de 2024 para 2030. O novo limite é maior que o negociado anteriormente, que era fixar o prazo em 2028. Ao todo, o pacote para Estados e municípios envolve R\$ 88,2 bilhões em recursos novos, alívios na cobrança de dívida e acesso a novos financiamentos.

**COMBATE À COVID-19**

- Como parte da força-tarefa coordenada pelo governo do Estado, através das secretarias do Planejamento

(Seplan) e Desenvolvimento Econômico (SDE), para o enfrentamento do Covid-19, o Senai Cimatec Park está produzindo 10 mil máscaras do tipo Face Shield para os hospitais da Bahia. A máscara Face Shield é um equipamento de proteção individual extremamente seguro, de dupla proteção, reutilizável, que evita o contato com gotículas, salivas e fluidos nasais que possam atingir o rosto, o nariz, a boca e os olhos.

"Estamos presenciando a união de vários conhecimentos tecnológicos e generosidade dos investidores e desenvolvedores do nosso estado, numa grande corrente", disse Leão.

# Tribuna

## Senado avalia recuo em 'pauta bomba' durante pandemia

### ESTADÃO CONTEÚDO

O Senado avalia desistir de votar projetos de lei que representam impacto fiscal relevante para o Executivo federal. Nesta quarta-feira, 8, os senadores tiraram da pauta uma proposta que suspendia o pagamento de alguns impostos por empresas durante a pandemia de covid-19.

O texto foi retirado após apelo do governo para que propostas com impacto fiscal relevante sejam discutidas nas medidas provisórias assinadas pelo presidente Jair Bolsonaro. Outra proposta em pauta, criando uma linha de crédito de R\$ 270 bilhões para empresas, tam-

bém poderá deixar de ser votada nesta quarta.

O senador Irajá Abreu (PSD-TO), autor do projeto que saiu da agenda, ficará com a relatoria da MP 927/2020, que autoriza o teletrabalho, permite antecipação de férias e prorroga o pagamento do FGTS pelas empresas.

A discussão entre líderes partidários é concentrar a pauta do Senado em projetos relacionados à saúde e ao socorro para Estados e municípios, deixando as propostas econômicas e fiscais para as medidas provisórias.

Para as próximas sessões, como mostrou o Broadcast Político (sistema de notícias em tempo real do

Grupo Estado), o Senado se preparava para votar outros projetos com direcionamento de recursos públicos e privados para a crise. No radar, estão propostas aumentando impostos para bancos e instituindo taxas em grandes fortunas.

### CÂMARA

Com pontos polêmicos, como as regras de concessão de empréstimos a Estados, o impacto financeiro e a extensão de auxílio aos municípios, a votação do novo projeto de socorro aos entes federados apresentado nesta quarta-feira, 8, pela Câmara ficou para a quinta-feira, 9. Durante a sessão virtual do período das tarde, lideranças partidárias orien-

taram favoravelmente ao projeto. No entanto, nos bastidores, um grupo de deputados se movimentou para derrubar a votação nesta quarta-feira. "A matéria tem ainda muita polêmica, muita gente querendo incluir temas de municípios, outros querendo tirar", disse o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) pouco antes de interromper a sessão desta quarta. "A gente poderia encerrar esse assunto por aqui... para que o relator possa ouvir todas as bancadas e amanhã nós continuamos com essa votação", afirmou.

Na sequência, a sessão da Câmara foi encerrada e uma nova foi convocada para a quinta, às 10 horas.

# Tribuna

## Meirelles defende 'imprimir dinheiro' contra crise

MARIANA SCHREIBER -  
@MARISCHREIBERDA BBC  
NEWS BRASIL EM BRASÍLIA

**G**rande defensor do controle de gastos públicos, o secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles, não tem dúvida de que é hora do governo federal aumentar fortemente suas despesas para conter o impacto do coronavírus sobre a saúde e a economia.

Em entrevista à BBC News Brasil, ele diz que isso deve ser feito inclusive com a criação de moeda pelo Banco Central (BC) e com a captação de recursos pelo Tesouro Nacional por meio da emissão de dívida.

Na visão de Meirelles, a retração da economia agora será tão brutal que não existe risco de inflação caso a autoridade monetária emita moeda, por exemplo, para o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 concedido a brasileiros de baixa renda por ao menos três meses.

"O Banco Central tem grande espaço de expandir a base monetária, ou seja, imprimir dinheiro, na linguagem mais popular, e, com isso, recompor a economia. Não há risco nenhum de inflação nessa situação", disse.

Presidente do BC durante a crise financeira internacional de 2008, no governo Lula, Meirelles diz que



### OPINIÃO

É hora do governo federal aumentar fortemente suas despesas para conter o coronavírus

turbulência atual é mais imprevisível por depender da duração da pandemia. Ele, que há duas semanas, acreditava em uma retração do PIB brasileiro de 3% em 2020, agora já espera queda de mais de 5%.

Embora apoie a emissão de moeda e o aumento de dívida, Meirelles não abraça a proposta de vender parte das volumosas reservas internacionais que o Brasil começou a acumular justamente quando ele presidia o BC, pois considera que elas são um importante seguro para o país.

A venda é defendida por alguns economistas porque a reversão das operações para compra das reservas em dólar reduziria o endividamento público, compensado o aumento da dívida para custear o pacote anticrise.

Meirelles, porém, diz que é melhor deixar o endividamento subir, mesmo que possa sair do atual patamar de 76% do PIB para próximo de 90%.

"Olha, dos males o menor. Qual é a alternativa (ao aumento de dívida)? A alternativa é um colapso eco-

nômico", alerta.

"É uma despesa que tem começo, meio e fim", diz ainda, em referência aos gastos emergenciais contra a atual crise. "Acabou a pandemia, acabou isso, nós voltamos à normalidade, pode voltar à austeridade fiscal", ressaltou.

Mas, apesar da forte defesa das despesas nesse momento, o secretário não vê condições de o Brasil fazer gastos da mesma dimensão que a Alemanha, que já anunciou mais de 30% do PIB em medidas contra os impactos do coronavírus.

# Tribuna

## 'As grandes empresas poderão pagar mais impostos'

ALINE BRONZATI, O  
ESTADO DE S. PAULO

Com a pandemia do novo coronavírus, a demanda por crédito no Bradesco aumentou dez vezes, passando dos cerca de R\$ 2 bilhões de pedidos para R\$ 20 bilhões por dia. Foram três dias de loucura, conforme resume o presidente do banco, Octavio de Lazari, com as grandes empresas demandando liquidez para enfrentar a crise como as pessoas estavam em busca de álcool em gel. "Optamos por distribuir isso (a liquidez) ao longo do tempo porque não podemos atender somente as grandes empresas, temos de atender as pequenas", explica.

De acordo com ele, as taxas subiram para grandes companhias que demandaram recursos no longo prazo e devido ao corte de li-

**A injeção de liquidez de mais de R\$ 1 trilhão por meio de medidas do Banco Central está chegando na ponta? O que os bancos estão fazendo com essa liquidez?**

O Banco Central vem tomando uma série de medidas ao longo do tempo para poder injetar mais liquidez na economia. Foram medidas muito boas e tempestivas. Logo que todo esse problema começou, os bancos privados, Bradesco, Itaú e Santander, já saíram

nhas por parte dos bancos americanos. Agora, diz, a demanda voltou ao normal e os juros seguem nos mesmos patamares a despeito da queixa generalizada por parte de empresas de diversos setores e tamanhos.

O presidente do Bradesco vê a economia encolhendo até 4% neste ano, pior até que a estimativa do próprio banco, de queda de 1%, e diz que o impacto fiscal terá de ser resolvido a partir de 2021. Do lado dos bancos, a inadimplência tende a ser mais severa que em outras crises, mas garante que o sistema está bem capitalizado.

Lazari diz que está enfrentando a pandemia de coronavírus "vivendo um dia de cada vez". "Vamos em frente. Vai passar", afirma o executivo, que completou no mês passado dois anos na presidência do Bradesco.

mais do que nós estamos brigando, falando com o Banco Central para que houvesse rapidez nesse processo todo. Acho que estamos fazendo as coisas corretas.

**Entre os especialistas que defendem a saúde e a vida das pessoas e aqueles que acreditam ser melhor preservar a economia, o senhor fica de que lado?**

Óbvio, eu confio nos médicos, sanitaristas, cientistas e pesquisadores. Acho que eles têm conhecimento, es-

com a condição de o cliente poder prorrogar sua dívida 60 dias. Até ontem, só o Bradesco já contava com 993 mil pedidos de prorrogação. Todos, sem exceção, estão sendo implementados com a mesma taxa de contrato, independentemente se o cliente está com restrição. Não nos interessa. Todos que estão pedindo, nós estamos fazendo a prorrogação.

**Pequenas e médias empresas se queixam de aumento dos juros na crise. A reclamação é generalizada. Por quê?**

Primeiro, a situação já voltou ao normal. As taxas que estamos praticando hoje são as que praticávamos no passado. Não mudou nada. A única coisa é que, se a empresa pediu uma linha de longo prazo, a Selic está 3,75%, mas a taxa futura está em 8%. Dependendo do prazo da operação, obviamente será mais cara, porque os juros futuros estão mais altos.

**O Bradesco está mais otimista e projeta queda de apenas 1% no Produto Interno Bruto (PIB) deste ano. O efeito atual será limitado ou a recuperação será muito forte?**

Respeito a opinião do nosso economista, Fernando Honorato, ele até vai me perdoar. Mas, pelo que estamos vendo e a extensão do que ocorreu na Itália, Espanha e até nos Estados Unidos, que é (um país) riquíssimo, eu diria que estamos indo muito mais para um PIB negativo de 3% a 4%. Não sabemos ainda a extensão desse problema. Também acho que, se a gente conseguir passar por momento, achatar a curva e

tudo, trabalho e abnegação para poder nos dar a solução nesse momento. Do mesmo jeito, eu entendo a preocupação para que a gente preserve empregos, que a economia continue andando, mas, infelizmente, em algumas cidades teremos de ter isolamento social para tentar achatar a curva e não ter um caos na saúde. Mas, em outras cidades, podemos continuar trabalhando normalmente, porque nem coronavírus tem lá. Não estou falando isso porque eu acho. Estou vendo as nossas agências. Temos várias que estão abertas sem problema nenhum. Mas o que precisamos entender é que o tema bancário no passado pode ter sido o vilão de um monte de coisa, como as crises financeiras e bancárias que aconteceram, principalmente, em 2008. Hoje, o sistema financeiro é solução.

**De que maneira a disputa política agrava a crise do coronavírus?**

Cada um vai tomar certas medidas. Alguns Estados estão tomando medidas mais severas porque os médicos e sanitaristas estão dizendo que elas são necessárias. Outros, tomam medidas mais suaves. A gente precisa entender que todos os lados estão corretos. Pode estar havendo um problema de comunicação, mas do mesmo jeito que o Mandetta está correto nas afirmações dele, de achatar a curva, diminuir o contágio, e os casos de morte no País, do outro lado, há outras pessoas, como o próprio presidente (Jair Bolsonaro) que também têm suas razões, de querer amenizar isso para que o impacto econômico-fi-

não ter um caos na saúde, não é que a economia vai se recuperar em 'V', mas pode ter uma recuperação melhor, porque é muito pulverizada. Vamos passar um aperto muito grande de perda de emprego, fechamento de empresas. Isso está dado e não tem como evitar. Portanto, vamos ter uma perda de PIB considerável.

**Qual a diferença da crise de 2008 para essa?**

Não temos um problema financeiro, diferente do que aconteceu em 2008. Aliás, de vários problemas financeiros que aconteceram nas últimas décadas. Nós temos, agora, um problema de saúde, de vida, de sobrevivência. Não importa se eu sou rico ou se eu sou pobre. Se eu tiver coronavírus e não tiver respirador, eu posso ser um bilionário ou morar em uma comunidade carente, o meu risco é exatamente o mesmo, exatamente igual. As medidas do BC e do governo parecem que são prolongadas e demoradas, mas faça um comparativo com outros países do mundo. Para a estrutura que o Brasil tem, as medidas foram tomadas em uma velocidade muito boa. Eu sei que as pessoas têm fome, precisam de dinheiro, ninguém

financeiro não seja tão grande, que o País possa continuar produzindo e não entre em um processo de queda de PIB muito acentuado. Ambas as posturas estão corretas. São coerentes.

**A postura dos bancos indica que esta será uma crise dura em termos de inadimplência. É possível mensurá-la? Será pior que as outras?**

Vai ser pior que outras. A gente não sabe ainda a extensão dessa crise, então, é difícil de dizer. Eu tenho a impressão, como as outras crises foram muito localizadas em setores específicos, eram menores. Essa não, está batendo em todos. Quero crer que a inadimplência será mais severa que no passado, dependendo da extensão. Agora, vamos ter de sobreviver como no passado. Há cinco anos, tivemos problemas por conta da Lava Jato, quando várias empresas grandes quebraram e ficaram ao longo do caminho. Os bancos, ao longo do tempo - e 2008 foi uma solução muito importante -, estão hiper bem capitalizados, têm nível de provisão muito maiores. Só os cinco jogaram R\$ 500 bilhões para perdas na Lava Jato e continuaram bem, sem problemas.



# Tribuna

## Governo extingue Fundo PIS/Pasep e libera R\$1.045

MARCELA AYRES E CAMILA MOREIRA, DA REUTERS

O governo determinou a extinção do Fundo PIS/Pasep e liberou o saque de 1.045 reais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a partir de 15 de junho, finalizando a formatação de uma medida que já havia anunciado no mês passado, em seu primeiro pacote de ações para enfrentamento ao surto do coronavírus.

A medida provisória divulgada em edição extra do Diário Oficial da União na terça-feira determina ainda que o patrimônio do Fundo PIS/Pasep seja transferido para o FGTS em 31 de maio.

Em 16 de março, o governo divulgou que trabalhava na transferência de 21,5 bilhões de reais em valores não sacados do PIS/Pasep para o FGTS, para permitir novos saques.

Os recursos no Fundo PIS/Pasep foram constituídos por créditos depositados por empregadores entre os anos de 1971 e 1988. Desde então, não houve mais arrecadação para contas individuais, mas boa parte

do dinheiro não foi resgatado.

Esse represamento é histórico. Tanto em 2015, 2016 como 2017, houve campanhas para saques, com cada vez mais flexibilizações para a retirada, mas os saldos existentes seguiram altos.

No ano passado, o governo do presidente Jair Bolsonaro extinguiu as hipóteses restritivas de saque para disponibilizar o saque integral do saldo de cotas dos titulares de contas do PIS/Pasep, numa iniciativa para impulsionar a retomada da atividade.

Pelo fato de os recursos terem continuado no fundo, a equipe econômica justificou, em março, que analisava sua incorporação ao FGTS para permitir novos saques aos trabalhadores.

A época, o time do ministro Paulo Guedes também afirmou que se debruçava sobre a criação de uma espécie de provisionamento para eventuais pedidos futuros de parentes de cotistas do PIS/Pasep já falecidos.

Segundo a nova MP do governo, as contas vincula-

das individuais dos participantes do Fundo PIS/Pasep, mantidas pelo FGTS após a transferência, passam a ser remuneradas pelos mesmos critérios aplicáveis às contas vinculadas do FGTS. Elas serão tidas por abandonadas a partir de 1º de junho de 2025, passando à propriedade da União.

### DISPONIBILIDADE

A MP determina ainda a disponibilidade entre 15 de junho e 31 de dezembro de 2020 do saque de recursos até o limite de 1.045,00 reais por trabalhador "em razão do enfrentamento do estado de calamidade pública ..., e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (Covid-19)."

Com o prazo, o governo sinaliza uma fonte de recursos para os trabalhadores formais à frente, após ter delimitado suas medidas de auxílio mais direto a um período de 60 a 90 dias.

Em ação para evitar o desemprego, por exemplo, o governo permitiu a redução de salário e jornada de até

70% por um período de três meses, com o pagamento de compensação parcial pelo governo aos trabalhadores, e a suspensão do contrato de trabalho por até 60 dias, com pagamento de seguro-desemprego nesse ínterim. [nL1N2BP30U]

Se o trabalhador possuir mais de uma conta vinculada, o saque do FGTS será feito primeiramente de contas vinculadas relativas a contratos de trabalho extintos, e em seguida nas demais contas, esclareceu o governo.

Os saques serão efetuados conforme cronograma de atendimento, critérios e forma estabelecidos pela Caixa Econômica Federal.

A liberação do FGTS vem sendo utilizada nos últimos anos para injetar dinheiro na economia e estimular o consumo, tendo sido adotada tanto pelo governo Bolsonaro no ano passado quanto por Michel Temer em 2017.

Por ser uma Medida Provisória, a ação tem aplicação imediata, mas precisa ser aprovada pelo Congresso em 120 dias.

## Estudo prevê redução de 6,4% no PIB baiano

A Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) divulgou ontem uma projeção de queda no Produto Interno Bruto (PIB) baiano de 6,4%, recorde levando em conta os números a partir de 2003, devido ao forte impacto do isolamento social necessário para conter os efeitos da pandemia de Covid-19 no estado.

O número faz parte de um estudo realizado por pesquisadores da Gerência Executiva de Desenvolvimento Industrial. Segundo os dados divulgados pela Fieb, serão cerca de 134 mil postos de trabalho eliminados em relação ao ano passado.

O cenário, considerado de alto impacto, leva em conta a perspectiva de paralisação de grande parte da atividade econômica, por conta da necessidade de manter os trabalhadores em casa, única forma de conter a disseminação do coronavírus.

Os dados completos do estudo de impacto da pandemia na economia baiana, de acordo com a Fieb, podem ser acessados pela internet, no site da instituição, acessível pelo endereço [bit.ly/FIEBrelatorio](http://bit.ly/FIEBrelatorio).

O estudo, chamado Estimativas dos Impactos da Epidemia da Covid-19, traz também uma interpretação de menor alcance, levando em conta a possibilidade de con-

trole da pandemia em prazos mais curtos.

O documento tem como base dados validados pelos especialistas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levando em conta estimativas, pois a probabilidade de certezas está fragilizada pelo contexto de perguntas sem resposta nas áreas de saúde e trabalho.

– O cenário mais provável é o negativo, até porque estamos vendo perspectiva de extensão de prazo do isolamento. Mas estamos acompanhando e, claro, sempre revisando nossas estimativas – afirma o diretor-executivo da Fieb, Vladson Menezes.

**COVID-19** Número de pedidos está caindo desde o início da pandemia, segundo informações do Sindicato dos Produtores Rurais de Bom Jesus da Lapa

## CRISE AFETA AS VENDAS DE FRUTICULTORES DA BAHIA

**MIRIAM HERMES**

Fruticultores baianos relatam dificuldades para vender a produção com a crise instalada a partir da pandemia da Covid-19, com as recomendações de quarentena e consequente recessão econômica.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Bom Jesus da Lapa, Ervino Kogler, desde o início da pandemia o número de pedidos está caindo.

A banana é a principal produção, não apenas no Distrito de Irrigação Formoso, em Bom Jesus da Lapa, mas também em outros projetos de irrigação implantados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), em diversos municípios da região oeste.

"Esta semana não vendemos quase nada, e as frutas estão na roça, prontas para carregar nos caminhões", reclamou, dizendo que antes disso a média de produção e venda só no distrito era de 800 caminhões de

banana por mês, sendo que cada veículo carrega em média 12 toneladas.

Kogler alertou que, "se não sair logo, vamos começar a perder a produção no campo, porque a fruta tem que ser colhida e transportada, pois é altamente perecível", lamentou.

Conforme o fruticultor, que além de banana produz também tangerina-ponkan, a esperança é que com a liberação de recursos por parte dos governos, principalmente o federal, "as famílias voltem a consumir frutas, que inclusive são indicadas para aumentar a imunidade das pessoas, tão necessária nestes tempos".

Para ele, "é revoltante observar que os preços estão dobrando nos mercados, enquanto que nós estamos vendendo pelos mesmos preços de antes", disse, acrescentando que este aumento de preços ao consumidor também impede que muitas pessoas de baixa renda tenham condições de consumir a fruta.

Os principais mercados consumidores das frutas

produzidas na região oeste são o próprio estado da Bahia, sendo Salvador o carro-chefe, atrás de Feira de Santana, bem como Brasília (DF), Goiânia (GO), Belo Horizonte (MG), Mato Grosso e São Paulo. Mas as vendas alcançam, em números menores, 15 estados da federação.

### Vale São Francisco

Também no Vale do São Francisco, no norte do estado, maior polo de fruticultura da Bahia com cerca de 120 mil hectares implantados com irrigação, a recessão econômica reduziu a procura pelas frutas nas propriedades produtoras.

Nesta região, as principais culturas são as de manga, coco e uva.

Vice-presidente do Instituto da Fruta de Juazeiro, Josival Barbosa afirmou que "historicamente é grande a procura por frutas produzidas nesta região entre março e julho. O que não ocorre este ano". Também destacou que os preços tiveram queda acentuada nas últimas semanas, por conta da redução da procura.

Para ele, além da óbvia perda de receita diante da atual situação, com reflexos na oferta de empregos e renda regional, "temos um sério problema quando as frutas não são colhidas, amadurecem no pé e caem, que é a praga conhecida como mosca-da-fruta".

Barbosa explicou que a grande quantidade de frutas embaixo das fruteiras favorece a proliferação do inseto, "o que pode ser um sério problema no futuro, pois exportamos aproximadamente 70% da produção, e a maioria dos países importadores é severa com a questão da sanidade", lamentou.

**A média de produção e venda era de 800 caminhões de banana por mês**

## Os bancos ganham com a pandemia

Enquanto o setor produtivo da economia brasileira luta para sobreviver à pandemia, três bancos privados – Bradesco, Itaú e Santander – agem como se fosse hora de ganhar dinheiro. E, enquanto na propaganda televisiva dizem estar prontos “para cuidar de todos” ou “superar esse momento”, na vida real aumentam os juros e os spreads e exigem garantias impossíveis de cumprir em tempos de pandemia, emperrando as linhas de crédito que o governo está disponibilizando para as empresas.

O governo reduziu o depósito compulsório e o BNDES colocou recursos subsidiados no sistema bancário para ajudar pequenas e médias empresas, mas os bancos passaram a cobrar 8% de spread na operação, fazendo o juro pular para 15% ao ano, quando a taxa Selic está em 3,75%. E ainda aumentaram a burocracia

nos cadastros, exigindo avatistas e garantias.

Não é de admirar, os bancos preferem aplicar o dinheiro em Títulos do Tesouro e ganhar mais com menos risco. A busca por lucros é tão grande que um desses bancos colocou na TV, em pleno horror com as mortes pelo coronavírus, um anúncio vendendo seguros com descontos para médicos e enfermeiras. Mas o pior é que eles estão retardando os empréstimos que o governo

colocou à disposição dos empresários.

### CMN

Para reduzir a burocracia, o governo vai ter de assumir a maior parte dos riscos bancários usando os fundos de bancos públicos e recursos do Tesouro Nacional. Ou seja, os bancos ficarão com o lucro e governo com o risco. Para tentar impedir que eles direcionem os recursos, o Conselho Monetário Nacional proibiu temporariamente a

distribuição de lucros e o aumento da remuneração dos executivos. Foi uma intervenção direta do Estado no mercado e foi correta, afinal um cartel, onde três bancos combinam práticas e preços não tem nada a ver com o liberalismo econômico. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil estão, é verdade, com posturas mais adequadas na crise, mas, ainda assim, não podem fugir às regras do cartel. A verdade é que os três maiores bancos privados do país, que tiveram um lucro de R\$ 63 bilhões em 2019 e uma taxa de retorno que supera a de qualquer negócio no Brasil e no mundo, deveriam estar contribuindo mais com a população. Mas fica a lição: passada a crise, o governo tem de abrir o mercado bancário e estimular o surgimento de bancos digitais e de fintechs, para assim reduzir a voracidade do cartel de bancos.

**Bradesco, Itaú e Santander agem como se fosse hora de ganhar dinheiro**

**Bancos cobram 8% de spread na operação, fazendo o juro pular para 15% ao ano**

## A nova normalidade

A nova normalidade é o comércio digital e a logística mais adequada para os fretes e as entregas. As empresas e os prestadores de serviço precisam digitalizar seu negócio para atingir o cliente que está fechado em casa. Mas precisam fazer isso mantendo a qualidade. Nessa hora, o controle de qualidade é fundamental, mas em Salvador ainda se verifica

em muitos estabelecimentos a baixa qualidade no atendimento. Seja nos produtos que entregam, especialmente os restaurantes, delicatessen e supermercados, seja no frete ou no tempo de entrega, muito ainda precisa ser melhorado nesse mercado. E esse é o futuro, pois, quando tudo voltar ao normal, o delivery já terá se tornado a nova normalidade.

## A arena e o coronavírus

Arena Fonte Nova vai se tornar um hospital de campanha, com leitos clínicos que irão ampliar a capacidade de atendimento da Secretaria da Saúde da Bahia neste cenário de pandemia. Na verdade, desde que foi inaugurada, a Arena Fonte Nova se integrou à sociedade e à realidade baiana e vem atuando como um espaço multiuso, promovendo

grandes eventos esportivos nacionais e internacionais, shows de artistas famosos do Brasil e do mundo, eventos infantis, feiras, festas e comemorações. E, além disso, realiza eventos beneficentes e sediou a primeira celebração em solo baiano pela canonização de Santa Dulce dos Pobres. Agora chegou a hora de ajudar no combate ao coronavírus.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 09/04/2020	Página:

# Estado ultrapassa 500 casos de Covid-19

**18 MORTES** O número de casos confirmados de covid-19 na Bahia passou de 500 ontem. O boletim divulgado pela Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) aponta 515 pacientes que testaram positivo para a doença.

Os dados incluem todos os registros de janeiro até as 17h de ontem. O documento informa ainda que o número de óbitos subiu para 18 - os dois mais recentes ocorreram no interior do estado.

Um deles foi o de uma idosa de 63 anos e ocorreu na terça (7), em Uruçuca. Já a outra paciente, de 72 anos, morreu ontem, em Ipiaú. Segundo a pasta, ambas eram cardiopatas e estavam internadas em hospitais públicos.

Salvador lidera o número de mortes, com 11, seguida de Lauro de Freitas (1), Itapetinga (1), Utinga (1), Adustina (1), Araci (1), Ipiaú (1) e Uruçuca (1).

Ao todo, o estado tem 128

pessoas recuperadas e outras 50 internadas, sendo 28 em UTIs. Dos casos testados, 3.404 foram descartados, o que indica que 5,54% dos testes deu positivo. Os dados são compilados pelo Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde da Bahia (Cievs-BA), em conjunto com os Cievs municipais. Dos 417 municípios baianos, 59 têm pessoas infectadas, com maior proporção em Salvador (56,31%). A

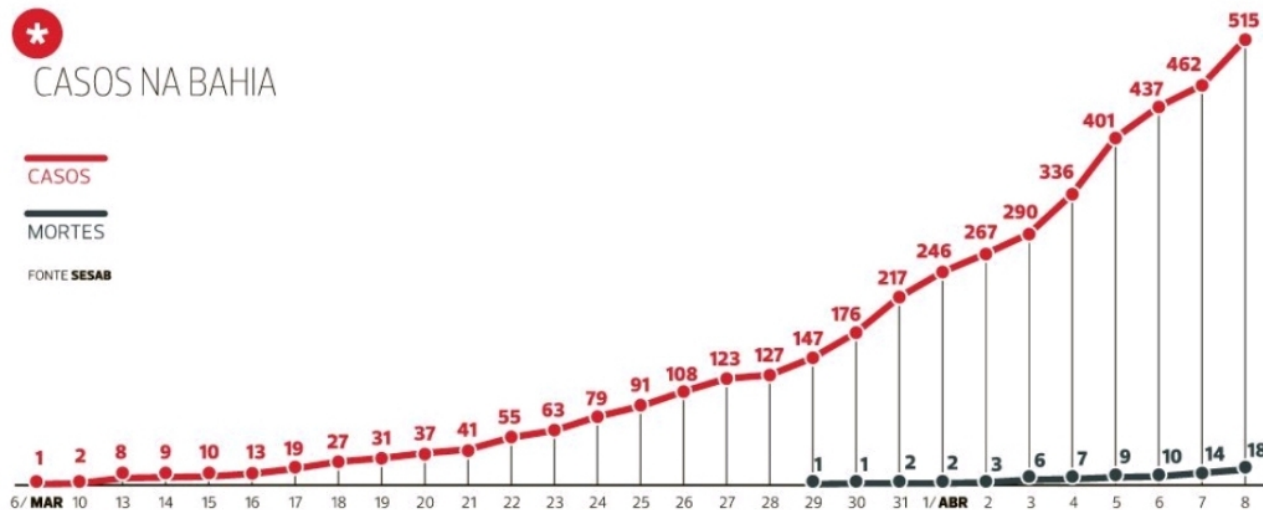
faixa etária mais acometida foi a de 30 a 39 anos, representando 26,80% do total. Mas o coeficiente de incidência por 100 mil habitantes foi maior na faixa de 50 a 59 anos (6,87 por 100 mil habitantes), indicando o maior risco de adoecer entre essa faixa etária.

O governador Rui Costa comentou o número de mortes: "Infelizmente, chegamos a 18 óbitos. Por isso, reforço: fiquem em casa".



## CASOS NA BAHIA

CASOS  
MORTES  
FONTE SESAB



Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 09/04/2020	Página:

# Correio\*

## **GOVERNO ABRE EDITAL PARA PRODUZIR MÁSCARA**

**PROTEÇÃO** O governo baiano abriu, ontem, processo para habilitar associações, cooperativas, microempresas e empresas instaladas no estado para produzir máscaras artesanais que serão destinadas para as pessoas em vulnerabilidade social e econômica e para funcionários públicos, visando a contenção do contágio pelo novo coronavírus. Podem participar do edital apenas pessoas jurídicas constituídas sob a forma de associação civil, cooperativa, microempresa ou empresas.

## Governo vai liberar novo saque de R\$ 1.045 do FGTS

**RECURSOS** O governo federal confirmou ontem uma nova fase de liberação de recursos do FGTS. Medida Provisória assinada na noite de anteontem vai permitir saques de R\$ 1.045 (um salário mínimo) por trabalhador. A medida faz parte das ações para atenuar os efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus no país. Os valores poderão ser retirados a partir de 15 de junho e ficarão disponíveis até 31 de dezembro.

A Medida Provisória 946/2020 também extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído por lei complementar em 1975, e transfere o seu patrimônio para o FGTS. De acordo com o texto, o patrimônio acumulado nas contas individuais dos participantes do Fundo PIS-Pasep ficará preservado.

**A Caixa Econômica Federal vai estabelecer as regras e o calendário do novo saque do FGTS.**

A nova liberação de recursos do FGTS deve beneficiar cerca de 60 milhões de trabalhadores. O valor autorizado para o saque representa o limite possível de ser liberado nas contas sem comprometer a sustentabilidade do FGTS. As regras para o novo saque, porém, ainda serão estipuladas pela Caixa Econômica Federal.

O governo estima uma injeção de aproximadamente R\$ 34 bilhões com a nova rodada de saques, que não têm relação com a modalidade Saque Aniversário, instituída no ano passado.

Desse valor, R\$ 20 bilhões virão da transferência dos recursos que estavam parados no Fundo PIS-Pasep. Desde 1989 os recursos que antes iam para o PIS/Pasep passaram a ser depositados no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Outros R\$ 14 bilhões já haviam sido disponibilizados por meio do

chamado "saque imediato" aprovado também no ano passado, mas que não foram resgatados. O prazo para fazer o saque imediato terminou em 31 de março.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, explicou que os novos saques do FGTS não implicam novas despesas do ponto de vista orçamentário da União: "Essa medida tem a característica positiva de não afetar o nosso déficit primário, que já tem um esforço adicional de 3,5% do PIB", completou.

Já o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida disse que o governo espera que sejam sacados até 36,2 bilhões, "sendo que 30,7 milhões de trabalhadores poderão sacar todos os seus recursos no FGTS. Estamos devolvendo o dinheiro do trabalhador", destacou.

## BC vende US\$ 25 bilhões de reservas para segurar dólar

**COTAÇÃO DISPAROU** O Banco Central vendeu US\$ 25,399 bilhões das reservas internacionais brasileiras neste ano. O dado foi apresentado em um balanço divulgado ontem. A estratégia foi usada para tentar conter a disparada do dólar.

O valor inclui operações

liquidadas até a sexta-feira, 03, e já se aproxima dos US\$ 36,88 bilhões vendidos em todo o ano de 2019, quando o BC voltou a operar com venda direta das reservas.

A instituição efetuou ainda os "leilões de linha", nos quais vende recursos das reservas internacionais com

compromisso de recompra. O acumulado até o dia 3 chegou a US\$ 15,7 bilhões.

Também ontem, o BC divulgou que a saída de dólares do Brasil superou a entrada da moeda em US\$ 11,35 bilhões de janeiro a março. A saída dos recursos pressiona a alta do câmbio.

# Correio\*

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

Ao fim desta pandemia, pouca coisa vai sobrar da agenda com a qual o ministro Paulo Guedes chegou ao governo. As reformas foram engavetadas, o plano Mansueto foi deixado de lado por outro que socorre os estados na emergência, a empresa que está para ser privatizada ajudou a fazer o caminho para o pagamento do auxílio emergencial, a proposta de zerar o déficit público se transformará no maior déficit da nossa história.

Ontem, o governo, de um lado, a Câmara e os governadores, de outro, brigavam em torno de quanto transferir aos estados e municípios neste momento. O chamado Plano Mansueto era uma excelente ideia para um outro mundo, e certamente voltará a ser. Ele induz os estados e municípios a se ajustarem e buscarem notas de crédito melhores e os incentiva com recursos e avais conforme a nota alcançada. Mas como falar em ajuste num momento em que despenham as arrecadações de ICMS e ISS? Agora, a Câmara decidiu aprovar projeto que facilita as transferências para a sustentação da receita dos estados e municípios e suspende a cobrança das dívidas com o Tesouro.

O deputado Rodrigo Maia explicou ontem que, se deixasse o Plano Mansueto, ele seria desvirtuado, porque estavam sendo incluídas emendas com propostas de gastos de longo prazo:

“O Plano Mansueto é correto, vai ter que ser enfrentado, mas neste momento todos os estados vivem a mesma angústia, que é a necessidade de receitas para enfrentar a crise”.

A pandemia mudou completamente tudo no mundo, mas o fato é que o projeto do governo já não ia bem. O que houve de privatização foi a venda de participações ou blocos de ações feita por algumas empresas e bancos públicos. A abertura da economia também teve pouco avanço. O projeto liberal patinou no primeiro ano de governo. Agora, devido às circunstâncias,

ele tem que ser deixado de lado, e economistas preparados para fazer um programa têm que fazer o inverso.

A versão do governo, dita em várias entrevistas, é que o país estava decolando quando foi abatido pela crise. Não é verdade. O primeiro trimestre já não vinha dando bons sinais de recuperação da economia. O comércio caiu 1,4% em janeiro e subiu menos em fevereiro, 1,2%. O setor de serviços vinha de duas quedas no final do ano passado, subiu apenas 0,4% em janeiro e voltou a cair 1% em fevereiro. Na indústria, as duas altas dos meses de janeiro e fevereiro não recuperaram as perdas de novembro e dezembro. Olhando apenas para fevereiro, último mês antes da pandemia, o Ibre/FGV projetou alta de apenas 0,1% no seu Índice de Atividade Econô-

mica (IAE).

Na entrevista concedida ontem pela área econômica foi dito que eles estavam se preparando desde dezembro para esta crise. Isso está bem distante dos fatos. A verdade é que até o começo de março o governo continuava defendendo apenas a aprovação das reformas. Perguntei a um integrante graduado da equipe econômica, no dia 5 de março, que resposta seria dada à crise do coronavírus e ouvi que havia apenas três infectados e que o Brasil era uma economia fechada que seria menos impactada.

Ontem, em entrevista coletiva, o secretário Adolfo Sachida sustentava que o Brasil fora o mais rápido a responder, do ponto de vista da economia, e o secretário Waldery afirmou que é o segundo emergente que

mais está gastando, atrás apenas do Chile. Isso não é um campeonato de despesa. O que é preciso é fazer o dinheiro realmente chegar. Nesta quinta-feira é que começará de fato a acontecer o pagamento da primeira parte do auxílio emergencial. Anunciar medidas não é o mesmo que realizá-las. É preciso reduzir o tempo dedicado à reescrever a história para se empenhar mais em garantir a execução das medidas.

O banco BNP Paribas estima que o déficit primário este ano poderá chegar a 7,3% do PIB, com uma combinação de aumento de gastos e queda de arrecadação. Ao final desta crise, a dívida bruta poderá alcançar um patamar recorde, de 90% do PIB. Já o UBS tem números menos piores. O déficit este ano pode ir a 7%, com endividamento de 86% no ano que vem. Mas ele acredita que até em 2021 o governo teria um forte déficit primário, de 4% do PIB.

A conta será salgada. O mais importante agora é implantar o que vem sendo anunciado. E no momento seguinte preparar o plano da reconstrução da economia e dos parâmetros fiscais, para o dia em que este pesadoelo passar.



Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 09/04/2020	Página:

# Correio\*

## **ESTADOS E CIDADES PODEM DECIDIR SOBRE QUARENTENA**

**STF** O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes decidiu que Estados e municípios têm autonomia para adotar medidas de isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais e à circulação de pessoas, entre outras, independentemente de ordens contrárias do governo federal. O ministro acolhe ação movida pela Ordem dos Advogados do Brasil, que pedia que Bolsonaro fosse obrigado a seguir orientações da OMS e a não interferir em estados e municípios. Nesta segunda, 2, a entidade reagiu à possibilidade de queda do ministro Luiz Henrique Mandetta.

Gil Santos

REPORTAGEM  
gilvan.santos@redebahia.com.br

## Pandemia fecha hotéis e provoca demissões em massa na Bahia

Na mesma medida em que o número de infectados com o novo coronavírus aumenta, cresce também a quantidade de vítimas da crise provocada pela pandemia. O turismo, um dos principais setores da economia da Bahia, entrou em colapso. Em Salvador a ocupação dos hotéis caiu abaixo da metade, em Porto Seguro o prejuízo já é estimado em R\$ 500 milhões, e as agências de viagem afirmam que em abril o cenário vai piorar. Férias coletivas, redução de salários e até demissões já estão ocorrendo em todos os cantos do estado.

O primeiro impacto da crise foram os cancelamentos dos pacotes de viagem, o que deixou muitos hotéis e pousadas com reservas abaixo da metade. Em Salvador, Porto Seguro e Morro de São Paulo, por exemplo, muito deles fecharam. Isso provocou a segunda onda, cortes de salários e demissões, em hotéis, bares e restaurantes.

Em Porto Seguro, foram confirmados até a manhã de sexta-feira (3) dez casos da Covid-19. O medo de que a doença se espalhe fez a prefeitura renovar na semana passada o decreto de isolamento por mais 15 dias, mantendo a cidade fechada, mas a realidade é que mesmo que a decisão fosse derrubada não mudaria muita coisa. Os turistas sumiram.

E a cidade que vive 80% do turismo ficou paralisada. Segundo o secretário de Cultura e Turismo de Porto Seguro, Paulo César Magalhães, o prejuízo até agora está calculado em cerca de R\$ 500 milhões.

### HOTÉIS VAZIOS

Dos 1,8 milhão de turistas que visitam Porto Seguro todos os anos, 800 mil aparecem entre dezembro e março. Na semana

**Morro de São Paulo é uma das localidades turísticas mais afetadas pela crise provocada pela pandemia**

# TURISMO NA UTI



DIVULGAÇÃO

**500** milhões de reais é o prejuízo de Porto Seguro com o novo coronavírus

**4%** foi a taxa de ocupação nos hotéis de Salvador na última semana do mês de março

passada, a maioria dos hotéis estava fechada e um grupo de 40 turistas argentinos era o único na cidade, isso porque eles ainda não tinham conseguido um voo para voltar para casa. A cidade tem cerca de 500 hotéis e pousadas e oferece 50 mil leitos. Segundo o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria e Hotéis em Porto Seguro, Vinicius Oliveira, os poucos estabelecimentos que ainda estão em funcionamento não tem mais que 20% de ocupação.

A situação é parecida com a de Salvador, e está tão ruim que a ABIH - BA considerou o mês de março de 2020 o pior para o turismo na história. A entidade afirmou que no mesmo período do ano passado a taxa de ocupação na capital era de 66% e que este ano foi de 37%. A queda de quase 30 pontos percentuais ficou ainda mais evidente na última semana do mês quando apenas 4% dos leitos estavam com hóspedes. Para tentar reverter o quadro, a Prefeitura de Salvador injetará R\$ 17 milhões no pós-coronavírus, através de um Plano de Marketing Turístico.

**300** é o número de agências de viagens na Bahia. A maioria dos funcionários está trabalhando home office

**80%** foi a queda de vendas de pacotes de viagens, na Bahia, em março

## Resorts do Litoral Norte baiano estão fechados

Em Mata de São João a prefeitura determinou o fechamento de todos os hotéis com mais de 50 funcionários, como medida para conter o avanço da contaminação. O município tem a maior concentração de resorts do país. Ao todo são quatro em 28 quilômetros de litoral, sendo dois deles complexos hoteleiros, um com cinco resorts e pousadas e outro com dois resorts. Apenas pequenos hotéis e pousadas estão autorizados a funcionar.

O Hotel Via dos Corais, em Praia do Forte, por exemplo, anunciou no dia 23 de março, a suspensão temporária dos serviços de hospedagem como medida preventiva a contaminação e em atendimento às recomendações de órgãos nacionais de saúde.

## ENTREVISTA DIANA FARIAS, SECRETÁRIA DE TURISMO DE CAIRU

### ‘Pelo menos 80% da população vive do setor turístico’

A secretária de Turismo de Cairu, Diana Farias, conversou com o CORREIO sobre os efeitos da crise provocada pelo novo coronavírus no município e na região de Morro de São Paulo.

#### Qual a avaliação que a senhora faz do mês de março para o turismo na região?

Desde a segunda semana do mês, passamos a sentir a queda no setor turístico no Brasil e isso se refletiu no município-arquipélago. O número de turistas durante o mês foi em média 70% menor do que o esperado para o mês de março, período que registra em média de 80% da ocupação total do destino.

#### Qual a movimentação de turistas na região?

Cairu é o terceiro maior destino da Bahia. Apenas Morro de São Paulo recebe cerca de 200 mil turistas anualmente. A campanha do poder público tem sido para que os turistas não cancelem, mas remarquem as visitas para desfrutar as belezas e encantos das nossas ilhas, após superarmos esta pandemia.

**●● O número de turistas durante o mês foi em média 70% menor do que o esperado para o mês de março, período que registra em média de 80% da ocupação total do destino**

#### Quantos hotéis e pousadas tem em Morro de São Paulo?

Cairu possui uma infraestrutura hoteleira com quase 300 hotéis e pousadas, mais de 3 mil apartamentos e cerca de 9 mil leitos.

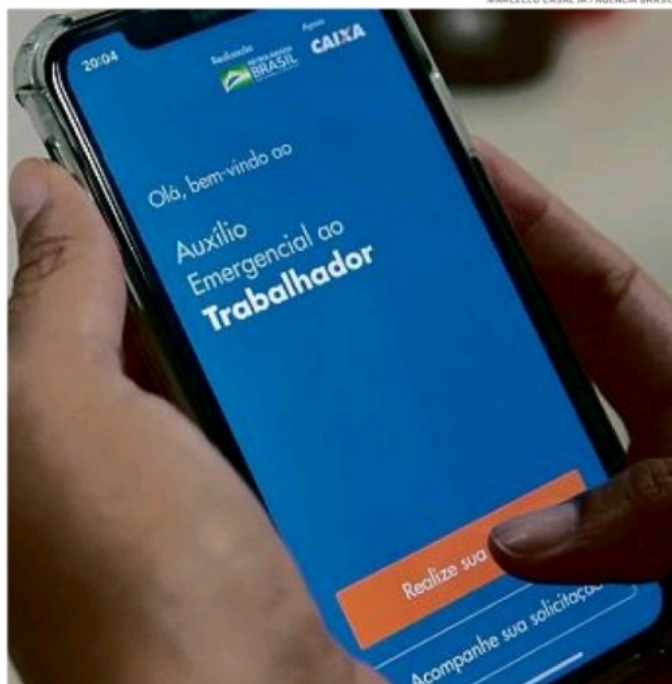
#### O setor emprega quantas pessoas?

Principalmente nas localidades Morro de São Paulo, Boipeba e Garapuá, pelo menos 80% da população vive da atividade turística. A prefeitura tem destinado parte dos recursos arrecadados pela Tarifa por Uso

do Patrimônio do Arquipélago para a retomada do Cheque Solidário, programa de assistência social, que além de movimentar o comércio local, atenderá as necessidades básicas e evitará uma crise alimentar.

#### O que os empresários estão fazendo para lidar com a crise (férias coletivas, redução de salários e jornadas de trabalho, demissões)?

Todas estas estratégias têm sido adotadas pelos empresários.



Informais, autônomos, desempregados e MEIs podem solicitar o auxílio pelo aplicativo

# Corrida pelo coronavoucher

## Das Agências

REPORTAGEM  
correio24horas@reddebahia.com.br

## Governo começa a pagar hoje auxílio de R\$ 600 aos informais

A Caixa Econômica Federal já registrou 26,6 milhões de pedidos concluídos para o auxílio emergencial de R\$ 600 a ser pago durante a crise do novo coronavírus, segundo boletim divulgado às 20 horas de ontem. Conforme o banco, 39,3% dos solicitantes optaram pela poupança social da Caixa para receber os recursos. Isso indica que eles não têm conta bancária própria. Os recursos depositados na poupança social da Caixa não poderão ser sacados num pri-

meiro momento, pois estarão disponíveis apenas para transações digitais, como transferências e pagamentos, que poderão ser feitos gratuitamente.

Segundo a Caixa, o site <http://auxilio.caixa.gov.br> já recebeu 186 milhões de visitas. Foram enviados 62 milhões de SMS para confirmação do cadastro. O banco também disponibilizou o aplicativo "CAIXA Auxílio Emergencial" para celulares Android (com 21,8 milhões de downloads) e iOS (699 mil downloads).

A central 111 para tirar dúvidas e pedir informações já recebeu 3,3 milhões de ligações, sendo 2,5 milhões apenas nesta quarta-feira.

### INFORMAIS

Paga a trabalhadores informais de baixa renda e a beneficiários do Bolsa Família, a renda básica emergencial de R\$ 600 ou de R\$ 1,2 mil para mães solteiras será depositada de forma automática para quem já está inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) a partir de hoje e tem conta no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. Os demais trabalhadores terão de se cadastrar no aplicativo Caixa Auxílio Emergencial ou no site e começarão a ser pagos até o dia 14. O segundo pagamento do benefício ocorrerá entre 27 e 30 de abril, conforme a data de

## Regularização de CPF pode ser feita pelo site da Receita

A Receita Federal informou ontem que a regularização do Cadastro de Pessoa Física (CPF) para ter acesso ao programa de auxílio emergencial do governo federal pode ser feita no site do órgão a qualquer hora do dia. O esclarecimento foi feito após cidadãos terem relatado dificuldades para inserir o número do CPF no aplicativo Caixa - Auxílio Emergencial, que permitirá o

cadastro para receber o valor de R\$ 600 para compensar a perda de renda decorrente da pandemia de coronavírus.

Segundo a Receita, o aplicativo tem recebido um grande número de acessos, fato que pode estar dificultando o cadastro dos beneficiários. O órgão orienta que as pessoas continuem tentando realizar o cadastro ao

longo do dia caso não seja possível realizá-lo na primeira tentativa.

Caso o problema persista, o cidadão deve verificar no site da Receita se seu CPF está em situação irregular. Caso seja encontrada alguma pendência, o problema poderá ser resolvido por meio da página de serviços do órgão, preenchendo o formulário eletrônico "Alteração

de Dados Cadastrais no CPF". Se a pendência continuar, o cidadão deverá procurar o atendimento presencial em uma agência da Receita Federal. A Receita alerta ainda que, se o CPF estiver em situação regular, mas o usuário não conseguir realizar o cadastro no aplicativo, o problema não estará relacionado ao órgão.

### DADOS

**1.200**

reais é o valor que será pago às mulheres que forem mães e chefes de famílias, e que estiverem dentro dos demais critérios

**3**

meses é o tempo de duração do benefício. Mas a validade do auxílio poderá ser prorrogada de acordo com a necessidade

**26,6**

milhões de pessoas, em todo o país, solicitaram, até às 20 horas de ontem, o auxílio emergencial de R\$ 600

aniversário dos beneficiários. E a última parcela será paga de 26 a 29 de maio. A ideia é que todo o pagamento do benefício - as três parcelas de R\$ 600 - seja feito em cerca de 45 dias, totalizando a liberação R\$ 98 bilhões para 54 milhões de pessoas.

Quem está no Bolsa Família não precisa se cadastrar e receberá o auxílio emergencial no mesmo dia do pagamento do programa social, que ocorre entre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário desse grupo receberá o maior valor entre o Bolsa Família e a renda básica emergencial no fim de abril, de maio e de junho.

Nesta fase, o dinheiro será depositado em contas poupança digitais ou na conta corrente informada pelo beneficiário e só poderá ser movimentado eletronicamente. O calendário para saques em bancos, casas lotéricas ou correspondentes bancários será divulgado posteriormente.

### APLICATIVO

O aplicativo pode ser baixado gratuitamente. De acordo com o ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, houve um acordo com empresas de telefonia para que mesmo as pessoas sem crédito no celular pré-pago possam baixar a ferramenta sem custo. "O aplicativo é só para quem é MEI, que é contribuinte individual do INSS ou informal. Quem está no Bolsa Família ou outros programas do governo federal não precisa fazer o cadastro", ressaltou Onyx.

Onyx destacou que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a Polícia Federal investigam casos de fraudes e que a segurança do sistema da Caixa "está reforçada". "Fraudadores, atenção, vocês vão parar é na cadeia", disse.

"O presidente quer transparência, segurança e agilidade. É o que estamos nos empenhando para fazer. Na medida em que as coisas vão avançando no Brasil, nós vamos retomar o trabalho em poucos dias", disse o ministro.

Ele destacou ainda que a lei aprovada no Congresso e sancionada pelo presidente determina a cobertura emergencial por três meses. Considerando o histórico das epidemias recentes, que dura de 12 a 14 semanas até a superação da doença, segundo o ministro, esse apoio de 90 dias deve ser suficiente.

### QUEM TEM DIREITO

● **Pessoas que estão inscritas no CadÚnico até o último dia 20 de março**

● **Que são microempreendedores individual**

● **Que são contribuintes individuais ou facultativos do INSS**

● **Que estão na informalidade, sem inscrição em programas sociais nem contribuir para o INSS**

● **Que são inscritos no Bolsa Família**

● **O auxílio não será pago a quem recebe aposentadorias, pensões e demais benefícios previdenciários, seguro-desemprego, benefícios assistenciais**

### QUEM PRECISA BAIXAR O APLICATIVO

● **Trabalhadores informais sem registro e microempreendedores individuais**

● **Contribuintes individuais ou facultativos do INSS**

● **Embora os MEI e os contribuintes do INSS estejam inscritos na base de dados do governo, a Caixa Econômica Federal e o Ministério da Cidadania recomendam baixar o aplicativo e para ajustar dados, como a renda familiar. O aplicativo avisará caso o CPF do trabalhador já esteja inscrito no CadÚnico**

● **Beneficiários do Bolsa Família não precisam se cadastrar**

### PAGAMENTO

#### ● INSCRITOS NO CADÚNICO

**Primeira parcela** A partir de hoje para quem tem conta no Banco do Brasil ou conta poupança na Caixa

**Segunda parcela** Entre 27 e 30 de abril, dependendo do mês de nascimento do trabalhador;

**Terceira parcela** Entre 26 e 29 de maio, dependendo do mês de nascimento

#### ● INFORMAIS, MEI E CONTRIBUINTE INDIVIDUAIS

**Primeira parcela** A partir de 14 de abril,

**Segunda parcela** Entre 27 e 30 de abril

**Terceira parcela** Entre 26 e 29 de maio

#### ● BOLSA FAMÍLIA

**Meses** As três parcelas serão pagas nos mesmos dias de pagamento do Bolsa Família, nos últimos dez dias úteis de cada mês. Meses de pagamento das parcelas: abril, maio e junho

Veículo: Política Livre	
Data: 09/04/2020	Caderno: Economia

Raul Monteiro  
**POLÍTICALIVRE**  
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

09 de abril de 2020 | 10:12

## ***Custo da construção sobe 0,35% em março***

### **ECONOMIA**

O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), teve inflação de 0,35% em março deste ano. A taxa é superior à de fevereiro, de 0,25%, segundo dados divulgados nesta quinta (9).

O Sinapi acumula taxas de inflação de 0,90% no ano e de 3,77% em 12 meses. Com isso, o custo da construção por metro quadrado ficou em R\$ 1.169,15 em março deste ano.

A mão de obra teve inflação de 0,51% e passou a custar R\$ 555,34 por metro quadrado. Já os materiais ficaram 0,20% mais caros e passaram a ter um custo por metro quadrado de R\$ 613,81.

*Agência Brasil*

Veículo: Política Livre	
Data: 09/04/2020	Caderno: Economia



09 de abril de 2020 | 08:57

## ***Projeto ‘bomba’ de ajuda a Estados amplia dívidas em até R\$ 65 bilhões***

### **BRASIL**

O projeto emergencial de socorro aos Estados que está em discussão na Câmara dos Deputados autoriza os Estados a aumentarem em 10% no estoque de suas dívidas, algo entre R\$ 55 bilhões e R\$ 65 bilhões em novos empréstimos, além do volume de R\$ 565 bilhões do fim do ano passado.

O cálculo foi feito pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado. Além de suspender o pagamento de parcelas de dívidas com a União e bancos, o projeto permite aos governadores a tomarem crédito novo no limite de até 8% de suas receitas.

A votação do projeto foi interrompida na quarta, 8, depois de uma guerra de números sobre o impacto da proposta que colocou de lado opostos o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e o governo federal. Economistas alertaram para os efeitos nocivos do projeto para as contas públicas para além do fim da calamidade pública devido à covid-19, ultrapassando o ano de 2020. Durante a votação, começou a circular a informação que artigo incluído no projeto facilitaria diretamente o Rio de Janeiro, o que piorou o clima para a votação, Estado de Maia.

Articulador do projeto, o presidente da Câmara, que pretendia concluir a votação da proposta ontem mesmo, decidiu suspender a sessão. “A matéria tem ainda muita polêmica, muita gente querendo incluir temas de municípios, outros querendo tirar”, admitiu Maia pouco antes de interromper a sessão.

Depois de lido o texto, a equipe econômica calculou que o impacto do projeto atingia R\$ 159,7 bilhões (à tarde em versão anterior, o projeto custava aos cofres públicos R\$ 180 bilhões). Já o relator, deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), disse ao Estado que não passa de R\$ 50 bilhões.

Maia também contestou os números do governo e dos economistas Marcos Lisboa e Marcos Mendes, que ao longo do dia publicaram um artigo no Brazil Journal, calculando o impacto em R\$ 150 bilhões. Para Maia, o impacto fiscal do novo projeto é de R\$ 35 bilhões, mais um volume de empréstimo na ordem de R\$ 50 bilhões.

Segundo Pedro Paulo, o cálculo de impacto de R\$ 180 bilhões feito pela equipe econômica inclui medidas já adotadas pelo governo para os municípios e a suspensão de pagamento de dívidas durante a calamidade. “São contas diferentes”, afirmou.

Para o diretor executivo da IFI, Felipe Salto, o novo texto que se criou como alternativa ao Plano Mansueto, é muito ruim. “O custo recairá sobre a União, passada a tempestade, e o problema fiscal será maior do que antes da crise”, disse Salto.

Ele advertiu que a proposta permite a contratação de dívida nova pelos Estados e municípios em até 8% da Receita Corrente Líquida (RCL), sem olhar para nenhuma condição ou limite. “Agora, é hora de gasto descentralizado financiado com dívida da União. O que precisamos agora não é contratar mais custos e riscos para o futuro, uma herança que será muito difícil de manejar”, ressaltou o diretor da IFI, que tem como missão avaliar o impacto das medidas em tramitação no Congresso.

A ampliação dos limites de endividamento dos Estados nos anos que se seguiram à crise financeira de 2008 levou à situação de penúria e excesso de dívidas estaduais. Muitos dos recursos estaduais foram utilizados para criar gastos permanentes. Mesmo antes da crise do coronavírus, muitos governadores estavam sem dinheiro até mesmo para pagar salários.

Rio

Pedro Paulo negou com veemência que tenha incluído no seu relatório “jabuti” para ajudar o seu Estado, o Rio de Janeiro, que está em Regime de Recuperação Fiscal (RRF), programa de socorro do governo federal.

*Estadão*

## Estados estimam perder de 20% a 30% de receita em abril

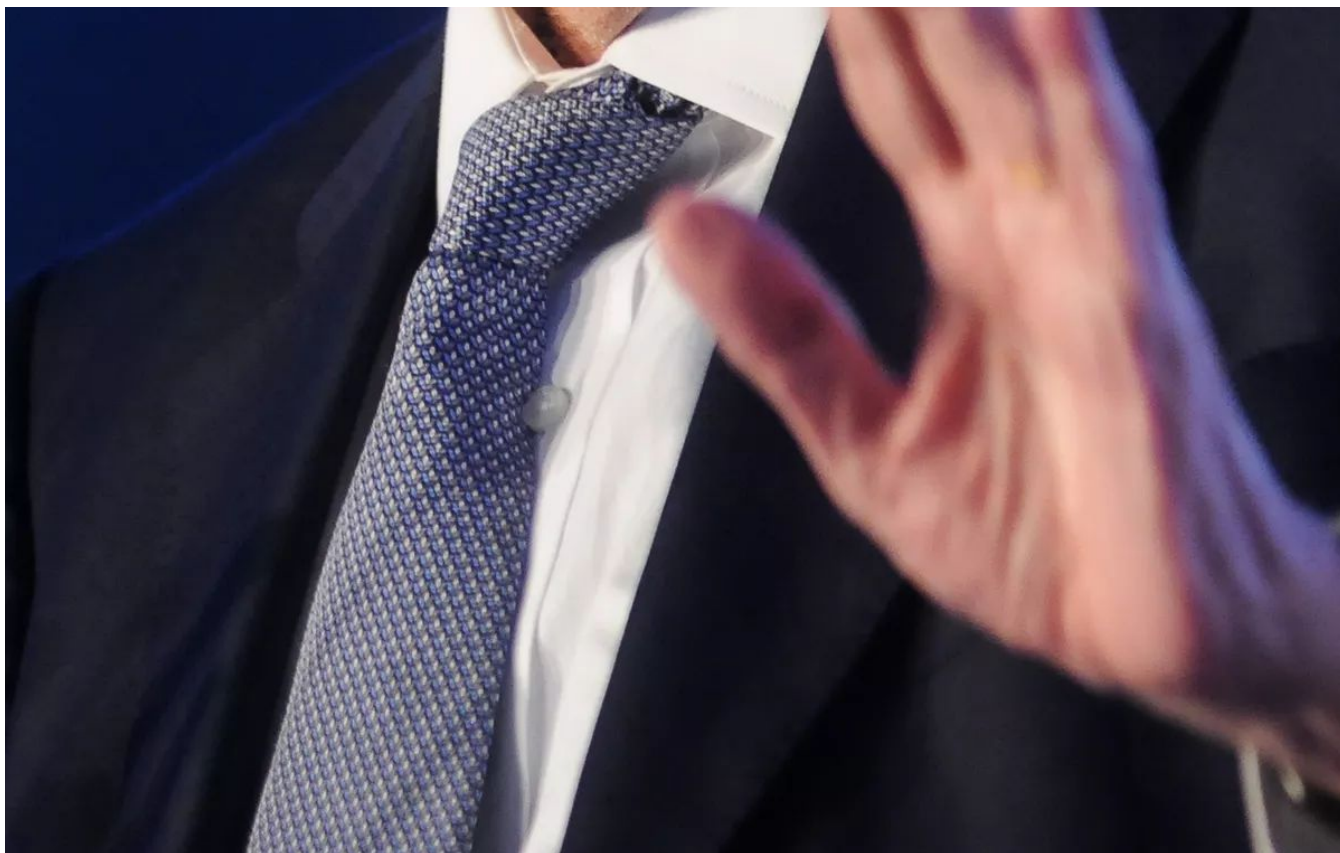
Projeções de queda de arrecadação levam em conta também atraso no pagamento do ICMS devido

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

09/04/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---





Henrique Meirelles, secretário da Fazenda de São Paulo: “Teremos que fazer um corte forte nas despesas” — Foto: Claudio Belli/Valor

Além do impacto da covid-19 na atividade econômica, a inadimplência também ameaça a receita dos Estados. As projeções para a arrecadação de abril, referente às operações de março, vão de queda de 19% a 32% e contemplam não só a redução do valor em notas fiscais emitidas, mas também o atraso no pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido.

Para a inadimplência, as projeções apontam altas que elevam taxas históricas de 4% ou 5% para níveis de 10% ou 20% em alguns Estados, em caso de cenários mais críticos.

Em São Paulo, a queda é de 19% na arrecadação de ICMS de abril, referente ao mês de março, quando a maioria dos Estados e prefeituras adotaram o isolamento social como estratégia de contenção do coronavírus. O número consta de relatório apresentado pelo governador João Doria (PSDB) em reunião ontem com empresários, juntamente com o secretário de Fazenda e Planejamento do Estado, Henrique Meirelles, e a secretária de Desenvolvimento Econômico, Patricia Ellen.



“Em vez de R\$ 12,7 bilhões em abril, estamos arrecadando R\$ 10,3 bilhões, uma perda, portanto, de R\$ 2,4 bilhões, referente ao ICMS cobrado de março”, informou Meirelles ao **Valor**. Considerando queda de 5% do PIB neste ano, como veem projetando analistas de vários bancos, o Estado de São Paulo, revelou o secretário, terá perda estimada de R\$ 16 bilhões em 2020. “Não tem outra saída. Teremos que fazer um corte forte nas despesas”, disse Meirelles.

Os dados consideram a queda de faturamento em março calculada com base na notas fiscais do mês. Na indústria, exemplifica o relatório, o faturamento de 15 de março a quatro de abril caiu 47% em relação à média observada em 2020 antes da pandemia.

A projeção do governo paulista também contempla a postergação do pagamento dos impostos concedida às empresas do Simples Nacional e o aumento da taxa de inadimplência esperada de 5% para 10%.

Para 2020, o relatório mostra dois cenários. Com queda de PIB de 1% para este ano - considerando o boletim Focus divulgado pelo Banco Central -, o governo paulista estima queda de 7% na arrecadação de ICMS em 2020. Para queda de PIB de 4,4%, considerando projeção divulgada pela Escola de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV), a queda de receita com o imposto estimada é de 11%.

A projeção, segundo o relatório, baseou-se no efeito observado nos últimos dias de março e no início de abril e considera a concentração do impacto econômico nos meses de abril a julho deste ano. Segundo o secretário Meirelles, a queda de receitas em 2020 deve demandar medidas de controle na ponta dos gastos do governo.

No Mato Grosso, o efeito da inadimplência é uma preocupação adicional ao impacto da crise de demanda com a covid-19, diz o secretário de Fazenda do Estado, Rogério Gallo. Segundo estimativas do governo estadual, a taxa atual ordinária de inadimplência para o ICMS, de 4% da arrecadação, pode chegar a 20%, na pior das hipóteses.

Com base na evolução semanal de emissão de notas fiscais, a Fazenda matogrossense estima que a arrecadação de abril deve cair 32% em abril e 42% no período de abril a junho deste ano. As projeções consideraram a emissão de notas

fiscais eletrônicas. Os dados obtidos após as medidas de restrição com a pandemia foram comparados com a média de faturamento tributável diário de janeiro e fevereiro deste ano.

Segundo Gallo, as análises de arrecadação do Estado serão atualizadas semanalmente para monitorar o nível de atividade econômica. Ele ressalta que o efeito na arrecadação depende da duração das medidas restritivas e a inadimplência, da eficiência das medidas do Banco Central para reforço de caixa das empresas.

Para Gallo, parte dos impactos na demanda podem ser contornados com a manutenção de um padrão mínimo de renda para a população.

O secretário lembra que cerca de 40% da receita de ICMS em Mato Grosso e em boa parte dos Estados baseia-se no consumo de combustíveis e energia elétrica, fortemente impactados com a baixa atividade econômica.

Em Alagoas ainda não há dados da projeção de receita com o ICMS para abril, diz o secretário de Fazenda, George Santoro, mas há preocupação com a inadimplência.

A arrecadação até ontem estava cerca de 45% abaixo da esperada para esse período do mês. Parte das guias emitidas, diz, não estão sendo pagas.

“Eu esperava arrecadar até agora R\$ 15 milhões e recolhemos apenas R\$ 8 milhões”, contabiliza o secretário. A expectativa de receita para o período, diz, baseou-se na arrecadação de igual período de 2019, de forma compatível com os dados das notas fiscais emitidas.

Santoro explica que o vencimento do imposto esperado no período será no dia 10 de abril, mas o nível de pagamentos está abaixo do habitual. A ideia, afirma o secretário, é esperar o primeiro decêndio do mês para avaliar de forma mais concreta para analisar tanto o efeito da demanda quanto da inadimplência na arrecadação do Estado. “Parece que há uma quebra na confiança fazendo com que as empresas deixem de pagar com receio de ficar sem caixa”, diz Santoro.

A análise do economista Kleber Castro, sócio da Finance Consultoria, vai no mesmo sentido. Ele explica que o atraso no pagamento de impostos costuma ser a primeira forma de financiamento das empresas.

“A pandemia trouxe uma crise com impacto muito rápido na atividade econômica e no fluxo de caixa das empresas que, para se protegerem, veem na postergação de impostos uma forma fácil e barata de financiamento”, diz Castro.

Não tão barata quanto já foi nos períodos em que as taxas de juros do país eram bem mais altas, mas um “crédito” ainda de fácil acesso. Para ele, é importante que as medidas de injeção de liquidez do Banco Central (BC) não gerem empoçamento de crédito nos bancos, caso contrário, o recurso para capital de giro não chegará na mãos dos empresários.

O governo federal, diz Castro, está certo em se preocupar com os empregos. “Mas também precisa se preocupar com a arrecadação de Estados e municípios que são os que, na ponta, prestam os serviços de saúde, além de outros essenciais.”

No Rio Grande do Sul a perda estimada para o mês de abril é de R\$ 700 milhões tanto em ICMS quanto em IPVA, o imposto cobrado sobre a propriedade de veículos automotores.

A arrecadação prevista anteriormente para o mês com os dois tributos era de R\$ 4 bilhões, informa o secretário da Fazenda gaúcha, Marco Aurelio Cardoso.

O secretário do Rio Grande do Sul explica que na primeira semana em que começaram a vigorar as medidas de quarentena adotadas pelo governo, o valor em emissão de notas eletrônicas cresceu 14,7% considerando a média diária de igual período de 2019. Nas semanas seguintes, porém, foi verificada uma queda brusca nas emissões, que chegou a 33,9% de 28 de março a três de abril.

Para Cardoso, os efeitos na taxa de inadimplência só deverão ficar claros na próxima semana. **(Colaborou Cristiano Romero)**

# Maia articula projeto de socorro a Estados com alto impacto fiscal

Proposta de socorro emergencial em função da covid-19 é diferente de Plano Mansueto

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

09/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Rodrigo Maia: “Este é texto para resolver o curto prazo. O Plano Mansueto tratava de contrapartidas para resolver o longo prazo. Tinha outra estrutura” — Foto: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

Com resistência do governo e novas exigências de governadores, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), adiou para hoje a análise do projeto de socorro

emergencial aos Estados, que também prevê um auxílio aos municípios maiores. Sem acordo, o parlamentar encerrou a sessão de ontem para tentar evoluir nas negociações com líderes partidários por uma solução consensual. Responsáveis pelo adiamento, algumas lideranças do Centrão apostam que a proposta ainda precisa amadurecer para ser votada no plenário da Casa.

Anunciado como substituto do Plano Mansueto, o projeto de auxílio financeiro para minimizar os efeitos da crise econômica provocada pelo coronavírus conta com três pontos: suspensão do pagamento da dívida com a União (17 Estados já receberam essa permissão por liminar); garantia pelo governo federal de manutenção do ICMS e ISS nos mesmos patamares do ano passado por três meses, ao custo de R\$ 35 bilhões; e aumento do limite de endividamento de cada um dos Estados em 8% de suas receitas correntes líquidas, o que permitirá que contraiam mais R\$ 50 bilhões em empréstimos. A única contrapartida será que os Estados não poderão dar aumentos salariais este ano.

Para defender o avanço do projeto, Maia alega que é preciso garantir recursos aos Estados e municípios, que estão com queda na arrecadação por causa das medidas de combate ao vírus e ainda arcarão com os principais custos do sistema de saúde.

“Esse é texto para resolver o curto prazo. O Plano Mansueto tratava de contrapartidas para resolver o longo prazo. Tinha outra estrutura, focava nos Estados com dificuldade fiscal, de pagar salários, de investimentos. Não estamos mais tratando disso porque todos os Estados estão com dificuldade, queda de ICMS, tem Estado que, se não fizermos nada, não terá condição de pagar salários dentro de 40 dias”, disse Maia.

Maia solicitou anteontem que um texto fosse preparado para substituir o Plano Mansueto, considerado amplo demais, o que acarretaria em uma tramitação mais arrastada. O texto original previa aumento do endividamento, mas com contrapartidas de corte de gastos.

Mais enxuto, o novo projeto foi alvo de críticas de membros da equipe econômica, que chegaram a classificá-lo como “bomba fiscal”. A jornalista, Maia disse que os integrantes leram a versão errada, elaborada pelos governadores.

Protagonista de embates recentes com Maia, o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO) endossou as críticas e afirmou que "alguns deputados" querem dar R\$ 180 bilhões para os Estados e municípios sem contrapartidas fiscais. Num vídeo para suas redes sociais, ele defendeu a versão original do chamado "Plano Mansueto", que aumentaria a capacidade de empréstimo dos Estados, mas mediante contrapartidas de corte de gastos e privatizações.

O parlamentar do PSL disse que o governo já divulgou um plano de ajuda dos Estados e municípios na ordem de R\$ 100 bilhões, com repasse para fundos de saúde, recomposição dos fundos de participação dos municípios e Estados (FPM e FPE), empréstimos bancários e suspensão do pagamento da dívida com a União.

A versão defendida por Maia, afirmou o líder do governo, custará mais e não terá contrapartidas, o que pode comprometer a economia obtida com a reforma da Previdência. "Lá na frente, isso trazer impactos muito graves para a economia, como aumento de juros, dificultar a retomada do crescimento, o desemprego e é uma incoerência com o ajuste fiscal".

As divergências entre lideranças partidárias determinaram o adiamento da votação. Enquanto alguns partidos defendiam a redução do limite do endividamento dos Estados, outras legendas queriam ampliar as medidas de socorro aos governadores e prefeitos. Entre as emendas apresentadas, uma previa a permissão para o refinanciamento de dívidas previdenciárias, o que teria impacto também no longo prazo.

Maia encerrou a sessão sem tentar votar outras propostas que estavam na pauta. O objetivo era concentrar esforços para viabilizar a votação do novo Plano Mansueto ainda nesta semana. A maioria dos líderes acredita que a análise do texto deve ficar apenas para a próxima semana, depois do esgotamento das discussões.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Aproveite a oferta, 3 sapatênis Polo com frete grátis por apenas 249,90.

EU AMO CALÇADOS

# Pará quer resposta sobre nova zona franca no Marajó

Por Daniel Rittner — De Brasília

09/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O governo do Pará deu o primeiro passo para a criação de uma zona franca na ilha do Marajó, com desconto de até 100% do ICMS para novas instalações industriais, mas a promessa feita pelo presidente Jair Bolsonaro de impulsionar o projeto com a renúncia de impostos e tributos federais não teve desdobramentos.

No início de março, ao lançar um programa de combate à pobreza e à exploração sexual infantil no arquipélago, Bolsonaro prometeu “tomar providências” no Ministério da Economia para levar esse plano adiante. Em seguida, o governador Helder Barbalho (MDB) formalizou pedido em ofício à Presidência da República. Desde então, segundo o próprio Helder, ele nunca recebeu resposta da equipe econômica ou do Palácio do Planalto para que se pudesse avançar nos estudos para eventual desoneração.

“Ainda não obtive nenhuma resposta”, diz o governador. “Entre todas as manifestações de interesse para com o Marajó, a mais efetiva para uma transformação social de forma perene da ilha seria o governo federal abrir mão de seus tributos. Seria uma medida estruturante. Não queremos ficar na lógica das ações costumeiras, que têm muito boa vontade, mas tratam da causa, e não do efeito.”

O ofício a Bolsonaro pede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS e Cofins - circunscrita à produção no Marajó, não ao Estado todo. O decreto estadual concede até 100% de crédito presumido para o ICMS, limitado ao fim de

2032, com validade dependendo do projeto, que precisará envolver algum tipo de processamento industrial.

O secretário de Desenvolvimento Econômico do Pará, Adler Silveira, vê setores como a indústria do pescado e a indústria ligada ao agronegócio (agricultura e pecuária) com grande potencial na futura zona franca. Ele diz haver interesse, também, de fabricantes de xarope de refrigerantes.

Uma das grandes vantagens do Marajó é sua localização geográfica privilegiada - mais próxima de mercados como os Estados Unidos, a Europa e a Ásia (via Canal do Panamá). Hoje a exploração de açaí, o rebanho de búfalo e a pesca são as principais atividades econômicas do arquipélago.

Com cerca de 570 mil habitantes, mais da metade vivendo abaixo da linha de pobreza, a maior ilha fluvial do mundo tem três entre os dez municípios brasileiros com pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A bancada do Amazonas no Congresso vê com restrições o projeto paraense por causa da Zona Franca de Manaus. Já houve declarações públicas de parlamentares contra o avanço do plano de Helder. “Não são projetos concorrentes”, contemporiza o governador.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Aproveite a oferta, 3 sapatênis Polo com frete grátis por apenas 249,90.

EU AMO CALÇADOS

### LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.

DONABELLE

### LINK PATROCINADO

Seria o fim das dores articulares? Método natural chega em Salvador

FLEXCAPS

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador



## Liminar do STF garante quarentenas estaduais

Alexandre de Moraes impede que governo federal interfira em medidas de governadores e prefeitos

Por Isadora Peron e Luísa Martins — De Brasília

09/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, determinou que prefeitos e governadores podem adotar medidas de isolamento e quarentena, “independentemente de superveniência de ato federal em sentido contrário”.

A decisão aconteceu em uma ação apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que pedia para que o presidente Jair Bolsonaro fosse obrigado a seguir as recomendações de combate à pandemia do novo coronavírus sugeridas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Em seu despacho, Moraes afirmou que acatou parcialmente o pedido da OAB, mas que seria “incabível (...) que o Judiciário substitua o juízo discricionário do Executivo e determine ao Presidente da República a realização de medidas administrativas”.

Ele, no entanto, disse reconhecer e assegurar o “exercício da competência concorrente” dos governos estaduais e municipais “para a adoção ou manutenção de medidas restritivas legalmente permitidas durante a pandemia, tais como, a imposição de distanciamento/isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais e à circulação de pessoas”.

Sem citar os desentendimentos entre Bolsonaro e o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, Moraes afirma que, em momentos de crise, se espera o

“fortalecimento da união e a ampliação de cooperação entre os três poderes, no âmbito de todos os entes federativos”, mas que, “lamentavelmente”, “mesmo em assuntos técnicos essenciais e de tratamento uniforme em âmbito internacional, é fato notório a grave divergência de posicionamentos entre autoridades de níveis federativos diversos e, inclusive, entre autoridades federais componentes do mesmo nível de governo, acarretando insegurança, intranquilidade e justificado receio em toda a sociedade”.

Moraes defendeu que não cabe ao governo “afastar, unilateralmente, as decisões dos governos estaduais, distrital e municipais que, no exercício de suas competências constitucionais, adotaram ou venham a adotar, no âmbito de seus respectivos territórios, importantes medidas restritivas”, que, segundo ele, são “mecanismos reconhecidamente eficazes para a redução do número de infectados e de óbitos, como demonstram a recomendação da OMS e vários estudos técnicos científicos”.

O ministro apontou ainda que “não compete ao Poder Judiciário substituir o juízo de conveniência e oportunidade realizado pelo Presidente da República no exercício de suas competências constitucionais, porém é seu dever constitucional exercer o juízo de verificação da exatidão do exercício dessa discricionariedade executiva perante a constitucionalidade das medidas tomadas, verificando a realidade dos fatos e também a coerência lógica da decisão com as situações concretas”.

Para ele, “se ausente a coerência, as medidas estarão viciadas por infringência ao ordenamento jurídico constitucional e, mais especificamente, ao princípio da proibição da arbitrariedade dos poderes públicos que impede o extravasamento dos limites razoáveis da discricionariedade”.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Aproveite a oferta, 3 sapatênis Polo com frete grátis por apenas 249,90.

EU AMO CALÇADOS

### LINK PATROCINADO

Conheça os hotéis mais luxuosos e caros do mundo

ESTAÇÃO NOTÍCIA

## Senado aprova crédito à pequena empresa sem apoio da equipe econômica

Está em estudo a negociação com a Câmara para alterar o texto ou o envio de uma medida provisória com o escopo inicial. Se aprovado como está, o texto poderá ser vetado

Por Mariana Ribeiro — De Brasília

09/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Aprovada na terça-feira pelo Senado, a linha de crédito a micro e pequenas empresas com recursos do Tesouro Nacional não tem apoio do Ministério da Economia. A linha negociada com o Congresso seria focada apenas nas microempresas e teria um limite de crédito menor. A redação aprovada nesta semana pode liberar mais de R\$ 400 bilhões em empréstimos, segundo cálculos do governo. A ampliação coloca em risco o programa, que era estimado em R\$ 13,6 bilhões.

“Isso inviabiliza o projeto”, disse um membro da equipe econômica ao **Valor**. O texto, que visa dar suporte às empresas durante a pandemia de coronavírus, ainda precisa ser apreciado pela Câmara.

Voltada a empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões, a linha em discussão no Congresso quer oferecer empréstimos de até metade da receita bruta anual da empresa. O Tesouro entrará com 80% dos recursos.

A ideia do governo era beneficiar apenas microempresas, com faturamento de R\$ 81 mil a R\$ 360 mil. A empresa teria liberado 30% da média do faturamento mensal vezes dois. O desenho inicial destinava ao programa R\$ 13,6 bilhões, sendo R\$ 10,9 bilhões do Tesouro. Esse, no entanto, foi o valor apresentado na terça como relativo

ao projeto do Senado. Pela proposta do governo, uma empresa com receita de R\$ 360 mil teria direito a R\$ 18 mil em crédito. Pelo texto do Senado, seriam R\$ 180 mil.

O Ministério da Economia diz que seriam atendidas só as microempresas pois essas ficaram de fora do financiamento à folha de pagamento. Optou-se por utilizar um projeto já em andamento para dar celeridade à discussão. “Era um projeto emergencial e quiseram resolver um problema estrutural de crédito”, disse a fonte.

A equipe já discute opções. Está em estudo a negociação com a Câmara para alterar o texto ou o envio de uma medida provisória com o escopo inicial. Se aprovado como está, o texto poderá ser vetado.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Aproveite a oferta, 3 sapatênis Polo com frete grátis por apenas 249,90.

EU AMO CALÇADOS

### LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.

DONABELLE

### LINK PATROCINADO

Bahia: 24 cursos sem mensalidades para a população

CAPACITANDO O BRASIL

### LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

WTFACTS

### LINK PATROCINADO

Afiador de facas elétrico vira febre em Salvador! Frete grátis

MALUI CENTER

### LINK PATROCINADO

Problemas com as dores no corpo? Veja o que pesquisadores descobriram.

FLEXCAPS

por taboola

---

**Leia em Valor Investe**

## TJ-SP cassa liminares que adiam tributos

Para presidente do Tribunal de Justiça medidas ofereceriam risco de lesão à ordem pública

Por **Laura Ignacio e Adriana Aguiar** — De São Paulo

09/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), Geraldo Francisco Pinheiro Franco, suspendeu cinco liminares, concedidas em primeira instância, para adiar o pagamento de ICMS e prestações de parcelamentos de débitos do imposto. Para o magistrado, as medidas ofereceriam “risco de lesão à ordem pública”.

Empresas do país têm buscado o Judiciário para prorrogar o pagamento de ICMS e parcelamentos de débitos do imposto, enquanto o Congresso, o governo federal e os Estados não chegam a um acordo nacional.

A decisão do tribunal atende a pedido do Estado de São Paulo para suspender os efeitos das liminares deferidas pelas 6ª e 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo, Vara da Fazenda Pública de Presidente Prudente, 2ª Vara de Osasco e 1ª Vara de Araraquara.

Nos mandados de segurança, as empresas argumentam que foram prejudicadas pelo estado de força maior gerado pela quarentena para o combate à covid-19. A situação de calamidade pública teria reduzido ou paralisado suas atividades. Segundo o Estado, porém, as liminares atingem o plano estratégico do governo para enfrentar a crise causada pelo novo coronavírus.

“Forçoso reconhecer que as decisões liminares proferidas nos mandados de segurança especificados têm nítido potencial de risco à ordem administrativa”,

declarou o presidente do TJ na decisão. Para o desembargador, a intenção dos magistrados que proferiram as liminares foi a melhor possível. “Entrementes, o momento atual exige calma. A coordenação, a ser exercida pelo Poder Executivo, é imprescindível”, disse na decisão (processo nº 2066138-17.2020.8.26.0000).

Para a advogada Andrezza Coli, que representa uma das empresas prejudicadas pela suspensão da liminar, a decisão do TJ-SP é política. “Mas se essas empresas quebrarem, o reflexo será grande para os cofres do Estado”, afirma. Ela havia obtido liminar para uma empresa em recuperação judicial que tem parcelado débitos de R\$ 5 milhões de ICMS e pediu a postergação dos prazos para quitar as parcelas (processo nº 1003325-54.2020.8.26.0037). “No caso de uma rescisão do parcelamento, a empresa terá que pagar cerca de R\$ 4 milhões à vista”, diz.

A tributarista afirma que recorrerá. “O Estado diz que não deu causa à situação atual, mas as empresas também foram pegadas de surpresa com a pandemia”, diz.

Presidente da Comissão de Assuntos Tributários da OAB-RJ e sócio do BMA Advogados, Maurício Faro afirma que a suspensão de liminar é um instrumento de exceção “sobretudo quando questiona de uma só vez várias decisões diferentes que, em tese, avaliaram situações individuais e que convenceram diferentes juízes”.

Faro ressalta que as decisões apenas concedem autorização à postergação dos tributos, não o inadimplemento. “Se as medidas [do governo paulista] não são suficientes, não podemos admitir que o contribuinte tenha tolhido seu direito de se socorrer do Judiciário”, diz.

Segundo o tributarista Rafael Nichele, do Nichele Advogados, a premissa do TJ-SP de que o ICMS a ser pago foi reduzido porque as vendas também foram não é real. “As empresas pagam o tributo 30 dias após as vendas, mas recebem o pagamento pelas mercadorias, em média, depois de 45 a 60 dias”, afirma. O advogado também critica a alegação de irreversibilidade. “O Estado tem como buscar outras fontes de recurso, se perde arrecadação.”

# BC defende agenda de reformas apesar de crise

Para Roberto Campos, avanços devem definir formato de recuperação da economia

Por **Estevão Taiar, Lucas Hirata e Maria Luíza Filgueiras** — De Brasília e São Paulo

09/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A agenda de reformas é essencial para a economia brasileira e - mesmo com a pandemia da covid-19 - não pode ser totalmente abandonada, segundo o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. Para ele, a crise é profunda a ponto de causar mudanças de caráter estrutural na economia e na política mundial. “Óbvio que entendemos agora que o momento é do pacote anticrise, mas como foi dito: a diferença de fazer as reformas ou não vai ser o formato da recuperação”, afirmou ontem em live promovida pelo Credit Suisse.

Segundo ele, “a atitude em relação às reformas” determinará se a retomada após a pandemia será mais lenta ou mais rápida. Campos destacou que o Comitê de Política Monetária (Copom) já vinha alertando que incertezas a respeito da agenda reformista poderiam elevar a taxa de juros estrutural - aquela que permite o máximo de crescimento da economia sem gerar pressões inflacionárias.

“Estamos saindo dos trilhos por um fator externo muito grande, uma crise mundial, mas todos os dispositivos, tudo está sendo feito para a gente voltar a caminhar [na trajetória inicial]”, disse o presidente do BC, para quem o Congresso tem caráter reformista e pode ajudar na tramitação das reformas.

Das medidas dentro do alcance da autoridade monetária, ele citou a Agenda BC#, conjunto de propostas de modernização e de competitividade do sistema financeiro. “Esse planto continua. É importante enfatizar. Vamos entregar o Pix [sistema de

pagamentos instantâneos] ainda neste ano, vamos andar com o open banking. Não queremos deixar essa parte de tecnologia e inovação de fora”, disse.

Independentemente das reformas na economia brasileira, o presidente do Banco Central acredita que a crise irá alterar de maneira permanente a estrutura da economia global, com impactos negativos sobre os países emergentes como o Brasil. De acordo com Campos, o modelo econômico atual, baseado na especialização de cada país em uma etapa da cadeia global de produção, foi responsável por tirar “milhões e milhões” da pobreza, mas pode perder força.

“Parte do mundo questiona essa concentração tão grande, por exemplo, de produção de bens e utensílios médicos em alguns países”, disse ele.

A perda de força das cadeias globais, na avaliação do presidente do BC, teria duas implicações: um “distanciamento maior” entre países desenvolvidos e emergentes; e um crescimento estrutural menor da economia mundial. “Se um país desenvolvido voltar a produzir bens nos quais ele já não tinha mais vantagem comparativa, provavelmente estaremos em uma situação de crescimento estrutural mais baixo por um tempo maior”, afirmou.

Além disso, o Comitê de Basileia para Supervisão Bancária adiou há duas semanas a implantação da fase final do acordo de Basileia 3, também com impactos possivelmente permanentes. “A conversa no âmbito de Basileia mudou completamente. Acho que isso também é uma mudança que não vai voltar”, disse Campos.

Dentre as demais iniciativas que o Banco Central tem lançado mão, está a atuação em caráter excepcional no mercado de crédito privado como forma de gerar liquidez e controlar a curva de precificação desses títulos. Campos destacou que a autoridade monetária pode comprar títulos de longo prazo enquanto são emitidos os de curto prazo, alterando o chamado “duration” da curva dos papéis para estabilização de preços. “Entendemos que a curva muito inclinada [de juros] distorce a precificação de créditos longos e afeta toda a cadeia”, afirmou Campos.

Por fim, afirmou que o Banco Central estuda duas propostas para ajudar as empresas com mais de R\$ 10 milhões anuais de faturamento. Uma delas envolve



mecanismos de “first loss”, que permitem alavancagem adicional das companhias em cima dos aportes do governo.

“Mas entendemos que alguns setores e algumas empresas já tinham muita dívida. Só adotar medidas via dívida poderia ser um pouco complexo porque no fim das contas deixar a empresa altamente endividada distorce a estrutura de capital”, disse o presidente do BC.

Outra iniciativa se baseia em um modelo de “equity” na qual as empresas oferecem uma participação ao governo de modo a se capitalizarem, em uma solução alternativa ao endividamento neste momento de crise.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Aproveite a oferta, 3 sapatênis Polo com frete grátis por apenas 249,90.

EU AMO CALÇADOS

### LINK PATROCINADO

Conheça os hotéis mais luxuosos e caros do mundo

ESTAÇÃO NOTÍCIA

### LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.

DONABELLE

### LINK PATROCINADO

Bahia: 24 cursos sem mensalidades para a população

CAPACITANDO O BRASIL

### LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

WTFACTS

### LINK PATROCINADO

Seria o fim das dores articulares? Método natural chega em Salvador

FLEXCAPS

por taboola

---

**Leia em Valor Investe**

## Campos Neto negocia Orçamento de guerra

Assunto tem dividido as bancadas na Casa principalmente no que se trata da ampliação dos poderes do Banco Central

Por Renan Truffi, Vandson Lima e Estevão Taiar — De Brasília

09/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, foi acionado pelo governo para entrar na articulação da proposta de emenda constitucional (PEC) do Orçamento de guerra, que cria um regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações, no qual o governo não precisará respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nem a regra de ouro. Como forma de tentar diluir as resistências do Senado, Campos Neto deve manter diálogo direto com os parlamentares, a começar por uma videoconferência marcada para hoje.

O pedido para que o presidente do BC entre no circuito da articulação política partiu do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). A razão é que o assunto tem dividido as bancadas na Casa principalmente no que se trata da ampliação dos poderes do Banco Central, algo que também está previsto no texto enviado pela Câmara dos Deputados. A principal discórdia é o trecho que dá ao BC autorização para compra e venda de títulos do Tesouro e privados, além de outros ativos, durante a atual calamidade pública.

De acordo com o texto aprovado pelos deputados, o Banco Central passa a poder adquirir “o direito creditório e títulos privados de crédito em mercados secundários, no âmbito de mercados financeiros, de capitais e de pagamentos”, concedendo crédito para as empresas, sem necessitar da intermediação dos bancos. Essas operações privadas dependeriam do aval do Tesouro Nacional, que teria de bancar 25% do valor.

Campos afirmou no fim de semana que, aprovada a PEC, caberá ao Conselho Monetário Nacional (CMN) definir o crédito que “poderá ser comprado, quais setores serão elegíveis e qual é o tipo de risco que o BC poderá tomar com dinheiro da sociedade”. Ainda assim, essa possibilidade desagradou.

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), é favorável à atuação do BC no mercado secundário, mas afirma que a proposta precisa obedecer “regras claras”. “Quais serão os critérios? Por que o BC comprou a ação da Marfrig e não comprou da JBS?”, diz, citando um exemplo hipotético. “O Campos Neto quer ter o mercado secundário para que ele possa agir nesse mercado. Eu só aceito isso sob condições e regras para que isso não vire um BNDES. [Do jeito que está] é um BNDES disfarçado, um PPI disfarçado.”

Braga tem sido um porta-voz dessa insatisfação. Ele conversou com Campos Neto e com o próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre o assunto nos últimos dias. O **Valor** apurou que Fernando Bezerra Coelho deve tentar construir uma conciliação para que essas regras fiquem “mais explícitas” na proposta, o que facilitar a aprovação da medida. O líder do governo planeja fazer essas mudanças por meio de emenda de redação para que a PEC não precise retornar à Câmara.

Outra possível alteração deve ser feita justamente na condição de que o Tesouro desembolse ao menos 25% dos recursos em uma operação de crédito. Segundo Braga, tanto o presidente do BC como o governo não veem necessidade de que a proposta estabeleça esse percentual mínimo. Por conta disso, o trecho deve ser suprimido.

Diante do cenário adverso, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), escolheu o vice-presidente da Casa, Antonio Anastasia (PSD-MG), para relatar a PEC, que deve ser votada na segunda-feira. Reconhecido pelo perfil técnico e por seu amplo conhecimento do regimento, Anastasia tem credibilidade junto aos colegas para fazer alterações consideradas complexas.

Por fim, o Senado também terá de ajustar o texto à recomendação feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A Corte aprovou a orientação de que governo e Congresso Nacional instituem mecanismos que possibilitem a identificação precisa de todas as despesas relacionadas ao chamado Orçamento de guerra. O órgão

prefere não tratar do assunto como um Orçamento paralelo, ou Orçamento de exceção, mas sim como um “regime excepcional de regras fiscais”. **(Colaborou Murillo Camarotto)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Aproveite a oferta, 3 sapatênis Polo com frete grátis por apenas 249,90.

EU AMO CALÇADOS

### LINK PATROCINADO

Conheça os hotéis mais luxuosos e caros do mundo

ESTAÇÃO NOTÍCIA

### LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.

DONABELLE

### LINK PATROCINADO

Bahia: 24 cursos sem mensalidades para a população

CAPACITANDO O BRASIL

### LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

WTFACTS

### LINK PATROCINADO

Problemas com as dores no corpo? Veja o que pesquisadores descobriram.

FLEXCAPS

por taboola

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Ministro do STF dá 48 horas para Bolsonaro informar medidas adotadas contra pandemia

### VALOR INVESTE

China habilita 11 novas plantas frigoríficas brasileiras para exportação de peixe

### VALOR INVESTE

# Companhias captam R\$ 5,5 bi via dívida para reforçar caixa

Títulos vão para a carteira dos bancos coordenadores

Por Ana Paula Ragazzi — De São Paulo

09/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

As empresas brasileiras captaram cerca de R\$ 3 bilhões em debêntures e R\$ 2,5 bilhões em notas promissórias nos últimos cinco dias. As operações estão saindo basicamente para reforço de caixa e são encarteiradas pelos bancos coordenadores.

O que se vê pelas condições das emissões é que, para as grandes empresas, as taxas subiram em 1 ou 2 pontos percentuais em relação a emissões recentes e os prazos definitivamente caíram. A maioria das operações tem prazo curto, de um ano. Quem conseguiu taxas abaixo de CDI mais 2% ao ano, avaliam analistas, são empresas que estão conseguindo manter negócios na crise, ou que já possuíam linhas de crédito prontas para serem acessadas com os bancos.

A maior operação liquidada recentemente foi do Magazine Luiza, coordenada pelo Bradesco BBI. A varejista captou R\$ 800 milhões, pelo prazo de 11 meses, com taxa de CDI mais 1,5% ao ano.

O Bradesco BBI também liderou as emissões da MRV, no valor de R\$ 100 milhões, e das controladas da construtora: MRL Engenharia (R\$ 60 milhões) e Urba Desenvolvimento Urbano (R\$ 40 milhões). As três operações têm prazo de 5 anos e taxa de CDI mais 1,5% ao ano.

A BR Properties emitiu R\$ 250 milhões por três anos a 137% do CDI \_ há meses não saía uma operação a percentual do CDI. A emissão foi feita pelo Banco do Brasil. O Banco ABC estruturou uma captação de R\$ 102 milhões da Águas de Teresina Saneamento - o prazo é de um ano, a CDI mais 3% ao ano.

Operações de maior porte foram feitas pela Rodovias Integradas do Oeste, que captou R\$ 430 milhões pelo prazo de três anos. E pela ViaMobilidade, concessionária das Linhas 5 e 17 do metrô de São Paulo, que levantou R\$ 700 milhões com uma debênture de infraestrutura, com prazo de dez anos. Tradicionalmente, esses papéis saíam a IPCA mais um prêmio, mas essa operação, liderada pelo Itaú BBA, ficou com taxa pré-fixada de 9,76% ao ano. A Renner prepara uma emissão de R\$ 500 milhões a CDI mais 2,96%, por um ano.

Também estão saindo emissões menores - a construtora Adolpho Lindenberg prepara um certificado de recebível imobiliário (CRI) de R\$ 30 milhões com vencimento em cinco anos, a CDI mais 3%. E renegociações: a Comfrio Soluções Logísticas chamou debenturistas para assembleia dia 20. Por conta da crise da covid-19, quer prorrogar datas de vencimento e de amortização.

Entre as notas promissórias, Ecorodovias Infraestrutura e Logística anunciou a maior operação, de R\$ 1,2 bilhão, em papéis de dois anos, com taxa de CDI mais 4% ao ano. A CCR aprovou uma emissão com taxa semelhante, de CDI mais 3,98%, no valor de R\$ 400 milhões, com prazo de um ano. Uma controlada da CCR, a Samm, prestadora de serviços de transmissão de dados, também prepara captação com esse instrumento.

A Direcional Engenharia busca R\$ 100 milhões em notas promissórias, com vencimento em 12 meses, a CDI mais 4%. E, no setor elétrico, as taxas saíram um pouco menores nesse prazo. A EDP São Paulo Distribuição de Energia levantou R\$ 120 milhões a CDI mais 3%. E a Energisa, R\$ 100 milhões a CDI mais 2,75%.

A Comgás, que no dia 1º de abril emitiu R\$ 200 milhões em notas a CDI mais 3% com o Santander, no dia 7, lançou R\$ 500 milhões em notas via Bradesco, com o mesmo prazo de um ano, mas a CDI mais 3,4%.

---

## Equipe econômica vê problemas mais à frente

Proposta traz elementos que são vistos como uma tentativa de se aproveitar da situação de crise para resolver problemas históricos dos Estados e municípios

Por **Fabio Graner** — De Brasília

09/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Há uma enorme preocupação na área econômica com os termos do plano emergencial que a Câmara dos Deputados está elaborando. A mais recente versão apresentada pelo deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) traz elementos que são vistos como uma tentativa de se aproveitar da situação de crise para resolver problemas históricos dos Estados e municípios. E que criariam mais problemas à frente.

O adiamento da votação para hoje trouxe alguma esperança para a equipe econômica poder reverter, ou pelo menos amenizar, alguns pontos, embora uma derrota, já seja vista como provável no Ministério da Economia.

Uma fonte aponta que, do jeito que está, o plano emergencial alternativo está contratando a continuidade da crise fiscal dos entes federativos para a próxima década.

Há ao menos dois importantes pontos de preocupação: o limite de 8% da Receita Corrente Líquida para Estados tomarem créditos para ações contra a covid-19 e estabilização de receita; e a proposta de recomposição de três meses das perdas de ICMS e ISS. São medidas que somadas representam um impacto superior a 1% do PIB de aumento na dívida pública.

Se ficar só restrita aos Estados, a possibilidade de alta no endividamento será da ordem de R\$ 55 bilhões. O volume é semelhante ao que foi liberado no auge do

período Dilma Rousseff, no qual houve uma escalada de endividamento dos Estados com autorização e garantia da União. Se a opção se estender a municípios, o aumento na dívida vai para a casa dos R\$ 90 bilhões, conforme uma planilha que circula na área econômica.

No caso da recomposição de ICMS e ISS, o impacto inicialmente estimado seria de R\$ 20 bilhões (R\$ 16 bilhões para o tributo estadual e R\$ 4 bilhões para o municipal). Mas o valor pode ser bem maior, dado o cenário de queda brutal da arrecadação dos Estados que já se verifica e ao qual o texto atrela a compensação da União. Vale lembrar que nesse caso também significará aumento na dívida pública, já que a União tem déficit primário e precisa captar em mercado. Além disso, é importante mencionar que o governo dará R\$ 16 bilhões aos entes pela recomposição dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

A equipe econômica queria manter sua atuação relacionada aos Estados e municípios centrada em ações tipicamente voltadas para o combate ao coronavírus. E aproveitar para que o Plano Mansueto, que prevê contrapartidas de ajuste fiscal de longo prazo, fosse aprovado. A intenção era permitir que os entes pudessem ganhar fôlego de curto prazo, mas sem comprometimento futuro.

O grau de preocupação só não é mais alto do que o que havia anteontem, quando a versão apresentado nos bastidores pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), mostrava um impacto fiscal ainda maior.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Aproveite a oferta, 3 sapatênis Polo com frete grátis por apenas 249,90.

EU AMO CALÇADOS

### LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.

DONABELLE

### LINK PATROCINADO

Bahia: 24 cursos sem mensalidades para a população

CAPACITANDO O BRASIL

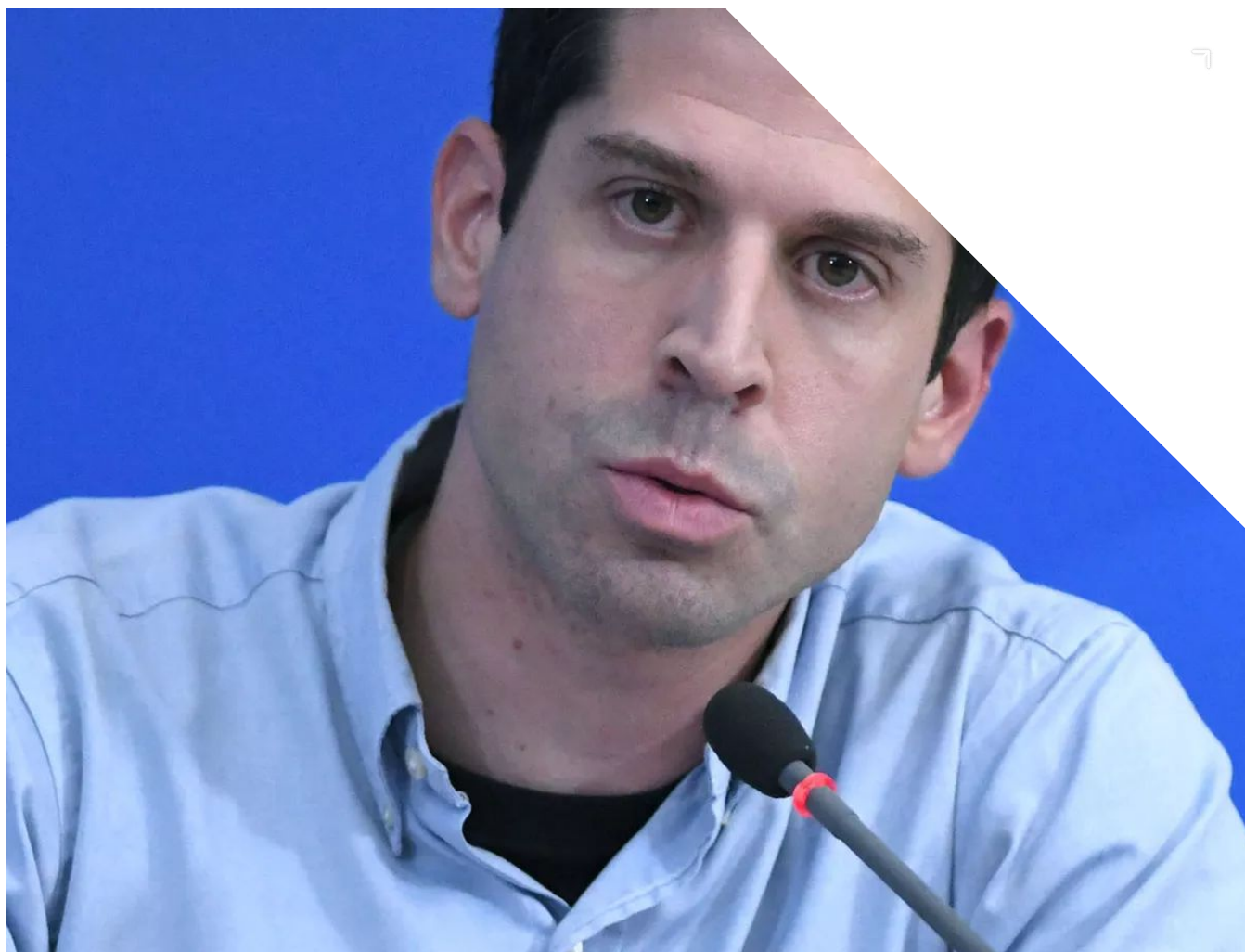


# Indústria lidera pedidos ao governo de medidas anticrise

Setor responde por mais de um terço das 1.205 solicitações

Por **Fabio Graner** — De Brasília

09/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Diogo Mac Cord, secretário de Infraestrutura: ações que atendem setores da economia de forma mais ampla são prioridade — Foto: Edu Andrade/Ascom/ME

A indústria é o setor com mais pedidos de medidas para enfrentamento dos problemas econômicos gerados pelo coronavírus encaminhadas para o governo nas últimas semanas. A informação é do secretário de Infraestrutura do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, que foi deslocado de sua atribuição para coordenar a equipe de mais de 35 pessoas que tem conduzido essa interlocução com o setor produtivo na atual crise.

Em entrevista ao **Valor**, ele explicou como tem sido o processo de recebimento e análise das propostas. Do total de 1.205 sugestões apresentadas pelo setor privado, a indústria foi responsável por 456 demandas; serviços, 263; comércio, 155 e infraestrutura, 119, para ficar nos maiores volumes.

Mac Cord explicou que há grande número de repetições nas propostas e que parte do trabalho é agrupar as sugestões e homogeneizá-las. “Nós tivemos que criar metodologia para não deixar nenhuma contribuição de fora”, disse. “Preferimos que as propostas cheguem por canais oficiais, mas não estamos burocratizando”, afirmou, explicando que as sugestões às vezes chegam por e-mail, WhatsApp ou ofícios formais.

Segundo ele, quase metade das sugestões foi atendida. A prioridade foi para ações mais “transversais”, ou seja, que atendiam de forma ampla os setores da economia. Nesse contexto que se encaixam iniciativas como ampliação de crédito para capital de giro e postergação de tributos, que foram adotadas nas últimas semanas. “As medidas mais específicas têm um custo administrativo mais elevado. Por isso, sabendo de grupo escasso, priorizamos as iniciativas mais transversais”, comentou.

Mac Cord diz que a tarefa de seu grupo é também triar as propostas que serão efetivamente analisadas. Cerca de 15% de tudo que chegou para o governo foi arquivado, com seus demandantes já avisados. Há também um volume de 39% das propostas que segue sob análise, entre elas medidas para criação de um novo Refis e adiamento de obrigações acessórias e tributos.

Após a triagem das medidas, a secretaria leva as propostas para as áreas responsáveis e ajuda na interlocução com o setor produtivo. Nesse sentido, também foi estabelecida uma dinâmica de reuniões envolvendo cerca de dez setores que

receberão retorno semanal e trocarão informações com o secretário especial, Carlos Da Costa.

Questionado se não seria curioso que a indústria tenha mais pedidos, embora de início o setor de serviços e o comércio pareçam mais atingidos pela paralisação, Mac Cord trata com naturalidade. Segundo ele, o setor industrial tem mais associações e um grau maior de organização. Além disso, pondera, esse segmento está sendo sim fortemente impactado, como mostram dados de consumo de energia, e tem forte relação com os demais setores da economia.

Para ele, também não há contradição entre um governo liberal e interlocução setorial. “Sempre dialogamos. E sempre trabalhamos com nossas convicções. Há muita demanda de recurso a fundo perdido, e isso não tem. Quando falamos em setor, falamos em um primeiro momento em medidas transversais, por exemplo como pagar o trabalhador. Uma empresa saudável consegue garantir trabalhador amparado, como consegue garantir fluxo de caixa”, disse. “Estamos estendendo a mão para empresas chegarem do outro lado, mas não estamos selecionando quem vai chegar do outro lado.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Aproveite a oferta, 3 sapatênis Polo com frete grátis por apenas 249,90.

EU AMO CALÇADOS

### LINK PATROCINADO

Conheça os hotéis mais luxuosos e caros do mundo

ESTAÇÃO NOTÍCIA

### LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.

DONABELLE

### LINK PATROCINADO

Bahia: 24 cursos sem mensalidades para a população

CAPACITANDO O BRASIL

### LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

WTFACTS

# Pandemia deixa fosso social mais explícito

Estado precisa proteger trabalhadores informais

Por Glauce Cavalcanti, Rennan Setti e Lucila Soares — O Globo, do Rio

09/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A pandemia do coronavírus explicitou o fosso social brasileiro, tornando urgente o socorro à população mais vulnerável tanto em termos econômicos como de saúde. Diante disso, segundo o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, as preocupações fiscais ficarão em segundo plano neste momento.

No momento, o foco é saúde, proteger as pessoas vulneráveis e fazer o máximo para a manutenção do emprego, afirma. “Todos precisam ser adultos, se unir e colocar isso como prioridade.”

O secretário do Tesouro defende as medidas de isolamento, ressaltando que essa restrição sanitária torna obrigatório para o Estado proteger aqueles que não estão podendo trabalhar, sobretudo os que estão na economia informal. Ele cita a importância do auxílio emergencial de R\$ 600: “O governo precisa encontrar essas pessoas [vulneráveis] e dar alguma renda. Nessa hora, precisamos contar com o Estado. E ainda bem que o Brasil tem um Estado com uma rede de assistência social muito grande, criada ao longo dos anos pós-Constituição”.

“

**O Brasil já optou pela quarentena horizontal. Fecharam as lojas, fecharam todos. Hoje, se você abrir isso, não vai ter cliente nas ruas. Não tem mais o que se discutir”**

— Luiza Trajano, presidente do Conselho do Magazine Luiza

A economista e consultora Zeina Latif afirma que as características socioeconômicas do Brasil dão a medida da urgência. “Somos um país pobre. É preciso olhar para os mais necessitados, que estão muitas vezes do nosso lado”, afirma.

De acordo com Luiza Trajano, presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza, a assistência aos mais frágeis é crucial, porque o necessário isolamento social de quem pode ficar em casa tem impactos econômicos difíceis de contornar.

“O Brasil já optou pela quarentena horizontal. Colocou quase que todo mundo já dentro de casa. Fecharam as lojas, fecharam todos. Hoje, se você abrir isso, não vai ter cliente nas ruas. Não tem mais o que se discutir”, afirmou.

Na varejista, a ampliação do programa “Magazine e você” permite que as pessoas desempregadas utilizem a plataforma da empresa para vender produtos on-line e gerar renda.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Aproveite a oferta, 3 sapatênis Polo com frete grátis por apenas 249,90.

EU AMO CALÇADOS

### LINK PATROCINADO

Conheça os hotéis mais luxuosos e caros do mundo

ESTAÇÃO NOTÍCIA

### LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.

DONABELLE

### LINK PATROCINADO

Bahia: 24 cursos sem mensalidades para a população

CAPACITANDO O BRASIL

### LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

WTFACTS

# Recursos precisam chegar logo ao caixa das empresas

Entre as dificuldades está a negativa de crédito a companhias que tenham dívidas com a Previdência

Por **Glauce Cavalcanti, Rennan Setti e Lucila Soares** — O Globo, do Rio

09/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

“Chega logo!” O apelo, que sintetiza a angústia de milhares de empresários de todos os portes e setores que padecem com os efeitos da crise da covid-19 foi a tônica da participação de Luiza Trajano, presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza, no debate “E agora, Brasil?”. Apesar de aprovar as medidas adotadas pelo governo até agora, ela fez questão de ressaltar a importância de fazer os recursos chegarem logo às mãos dos empresários, principalmente os pequenos e médios.

“As medidas anunciadas pelo governo, a princípio, foram boas. Minha preocupação é que cheguem na ponta. E o Brasil é muito confuso e burocrático para chegar na ponta. Eu acho que é uma preocupação que tem de ser de todos nós agora”, afirmou Luiza.

Do lado do governo, que já destinou recursos para socorrer as empresas, a questão é que existem restrições constitucionais à liberação de crédito, como lembrou o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. Entre essas limitações está a negativa de crédito a companhias que tenham dívidas com a Previdência Social.

O secretário do Tesouro Nacional lembrou que o governo está tomando outras medidas para aliviar a vida das empresas, como a permissão para que elas deixem de recolher por três meses a parcela federal do Simples. Mas não por muito tempo.

“Se for até três meses, é um cenário. Se passar disso, todo mundo vai ter que sentar na mesa, ter união, ter uma discussão séria, madura e transparente, e ver o que fazer”, comentou Almeida.

Para a economista e consultora Zeina Latif, o problema da insegurança jurídica é central para entender os motivos pelos quais os recursos demoram tanto a chegar à ponta. Zeina citou como exemplo a dificuldade de executar garantias em caso de inadimplência.

“Segundo o Banco Mundial, o Brasil só consegue executar 14% das garantias, ou seja, o banco tem dificuldade de recuperar os seus recursos em caso de inadimplência, mesmo com garantias”, ela afirmou. Na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esse índice é de 70%; nos países vizinhos do Brasil, entre 35% e 50%.

O vice-presidente financeiro da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Leandro Domingos, destacou durante o seminário que houve liberação de R\$ 800 bilhões para as empresas, mas esses recursos são créditos oferecidos por bancos.

“As regras são muito restritivas, mesmo no caso dos bancos estatais. Muitas empresas vão continuar em dificuldades, muitas vão fechar as portas, mas as que vão ficar precisarão de caixa para poder manter seus negócios e seus empregos.”

Outro desafio para o enfrentamento da crise levantado pela CNC durante o “E agora, Brasil?” é o corte por três meses de 50% das contribuições recolhidas pelas empresas para financiar o Sistema S, que abriga as federações de comércio, indústria, transportes e as micro, pequenas e médias empresas.

Mansueto Almeida lembrou que os recursos do Sistema S são parafiscais, ou seja, não configuram recolhimento aos cofres públicos, e sim uma contribuição compulsória das empresas sobre sua folha de pagamento, para ações de apoio social e de formação profissional para os empregados de todos os setores.

A redução pela metade durante três meses tem por objetivo aliviar o custo da folha de pagamento das empresas.

---

# Serviços caem antes mesmo de choque do coronavírus

Queda de 1% em fevereiro precede a grande retração esperada para março e abril

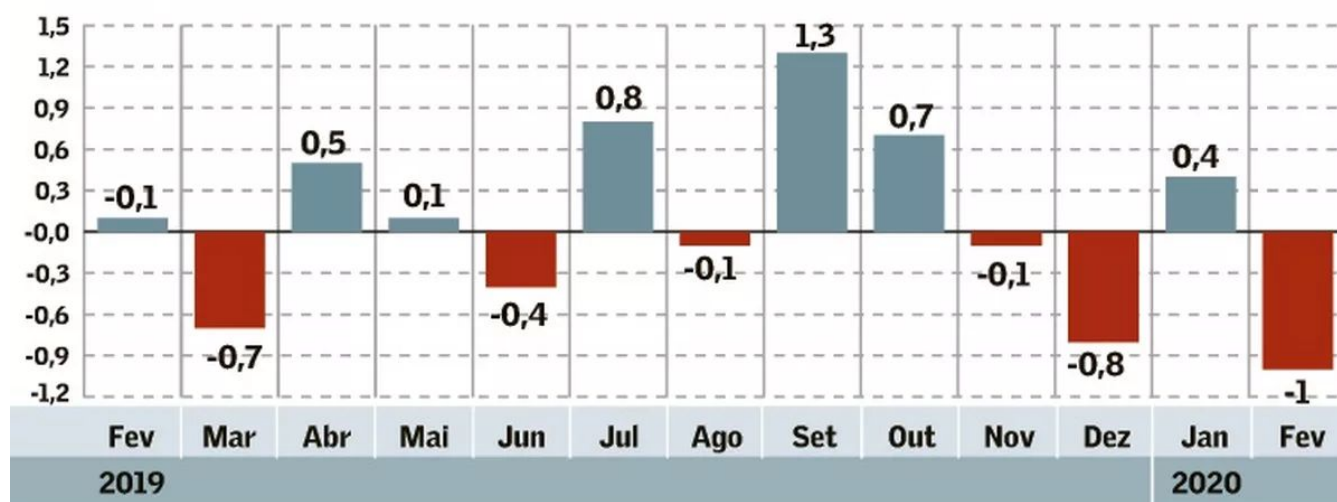
Por Anaís Fernandes e Bruno Villas Bôas — De São Paulo e do Rio

09/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

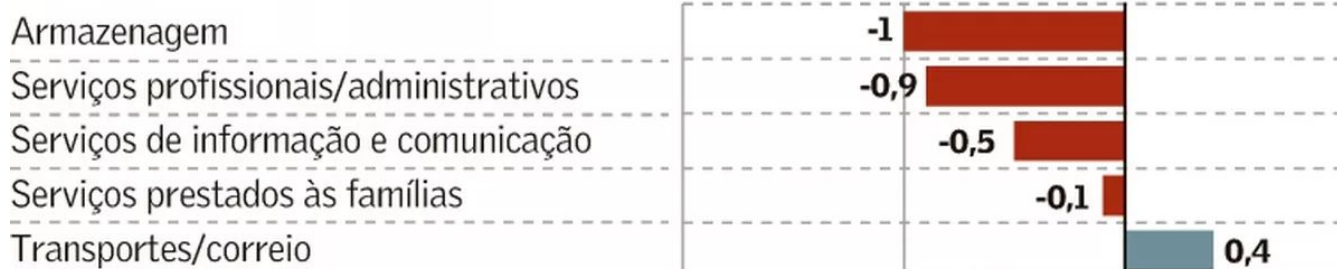
## Frustração

Volume de serviços, mês x mês anterior, em %

### Total



### Por atividade, em março



Fonte: IBGE



Um desempenho acima do esperado como os ocorridos na indústria e no varejo em fevereiro não se estendeu aos serviços, setor que deve enfrentar em março e abril seus piores momentos devido à crise do coronavírus.

O volume de serviços prestados recuou 1% em fevereiro em relação ao mês anterior, informou ontem o IBGE. Foi a queda mais intensa desde julho de 2018 (-3,1%) e reverteu o resultado de janeiro, de crescimento de 0,4%. Na comparação com fevereiro de 2019, o setor subiu 0,7%. No ano, acumula alta de 1,2% e, em 12 meses, 0,7%.

Os questionários da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) respondidos pelas empresas não indicam impacto do coronavírus na atividade de fevereiro - o isolamento social começou em meados de março, cujos resultados serão divulgados pelo IBGE no início do mês que vem.

Ainda assim, os dados apontam que o setor perdia ritmo no início do ano antes mesmo dos reflexos da pandemia, encontrando-se “em um ponto de inflexão na entrada de 2020”, definiu o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). De novembro a fevereiro, por exemplo, o setor teve três taxas negativas e uma positiva. Alberto Ramos, do Goldman Sachs, observa que a atividade de serviços está 11,1% abaixo da máxima histórica de novembro de 2014.

Para Marcela Rocha, economista da Claritas, o desempenho dos serviços em fevereiro também acende sinal amarelo para a indústria. A perspectiva até então era que o mês havia sido melhor, diz a economista, já que indústria e varejo (incluindo veículos e material de construção) subiram respectivamente, na margem, 0,5% e 0,7%.

Foram justamente serviços ligados à indústria e de segmentos que não são facilmente capturados nas outras pesquisas que puxaram os serviços, aponta Marcela. É o caso de serviços profissionais/administrativos (-0,9%) e de informação/comunicação (-0,5%). “Mostra que a avaliação de que temos uma indústria fraca, mesmo com a produção aumentando recentemente, é a mais prudente”, diz Marcela.

Segundo a economista, fevereiro deixa herança estatística ruim para o primeiro trimestre. Se o setor ficasse estável em março - o que não será possível, dado o choque negativo do coronavírus na atividade -, os três primeiros meses do ano implicariam queda de 0,8% para os serviços. "Só fomos ter algo fraco assim em 2017", afirma.

A Claritas projeta retração de 10% a 20% nos serviços em março, a partir da observação de indicadores como o índice de gerentes de compras (PMI) do setor da IHS Markit, que registrou o maior declínio mensal em 13 anos.

Rodrigo Lobo, gerente da PMS, lembra que o índice de confiança do setor, calculado pela Fundação Getulio Vargas, já recuou 11,6 pontos em março, com piora também no indicador de expectativas. "Sinaliza que a queda de receita em março pode ser seguida por uma dificuldade mais duradoura de recuperação. É diferente da greve dos caminhoneiros, quando o movimento brusco de paralisação foi seguido de recuperação imediata."

Em relatório, a MCM Consultores prevê retração de 0,6% na receita real dos serviços em março, ante fevereiro, com tendência de aprofundamento da queda em abril. Os mais afetados devem ser os serviços prestados às famílias, seguidos por transportes e serviços profissionais e administrativos.

Uma recuperação ao longo do ano vai depender de quando e como quarentenas serão liberadas, diz Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter. E a retomada dos serviços deve ser mais lenta que, por exemplo, a no varejo. "Há uma demanda reprimida, a pessoa deixa de fazer compras hoje, mas pode voltar depois. A parte de serviços é mais temporal. Não devemos ter uma compensação tão forte no segundo semestre", afirma.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Aproveite a oferta, 3 sapatênis Polo com frete grátis por apenas 249,90.

EU AMO CALÇADOS

### LINK PATROCINADO

Bahia: 24 cursos sem mensalidades para a população

CAPACITANDO O BRASIL



**Por Ribamar Oliveira**

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

## “É preciso uma ação forte dos bancos estatais”

Para Henrique Meirelles, alguns dos problemas enfrentados pelas companhias ainda não foram adequadamente resolvidos pelo governo

09/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

### A referência de 2009

Queda da arrecadação – em % do PIB

	2008	2009
Receita administrada pela RFB	15	13,7
Receita não administrada pela RFB	2,8	3
Receita do Previdência	5,3	5,5
Redução da receita total da União	-	- 0,9
Receita do ICMS	7,1	6,8
Redução da receita do ICMS	-	- 0,3

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Receita Federal do Brasil (RFB). Tabela elaborada pelo Valor

Os governos e analistas de vários países já discutem cenários para a retomada da economia no pós-crise da covid-19. Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central, ex-ministro da Fazenda e atual secretário da Fazenda e Planejamento de São Paulo, observa que, no Brasil, o ritmo da retomada vai depender da saúde financeira das empresas no momento da transição.

Com a experiência de quem pilotou a saída do país da crise de 2008, Meirelles adverte que alguns problemas enfrentados hoje pelas empresas ainda não foram adequadamente resolvidos pelo governo.

## Alguns problemas ainda não tiveram solução, diz Meirelles

O primeiro deles, segundo Meirelles, é que os bancos estão com políticas restritivas de crédito. Embora tenham recursos disponíveis, pois o BC reduziu o depósito compulsório e o governo disponibilizou uma linha especial de crédito para capital de giro, o dinheiro não está chegando nas empresas. “É normal, pois há o receio com a situação futura dos tomadores. Mas é preciso pensar em alternativas para o problema.”

Ele lembra que, na crise de 2008/2009, um dos problemas centrais foi justamente o travamento do crédito, tanto internacional, como doméstico. “O consumo colapsou porque não tinha crédito”, recorda. “Houve queda de 20% do crédito total no país.” Naquela época, pequenas e médias empresas e pequenos bancos ficaram sem acesso ao crédito.

Entre as medidas adotadas para enfrentar aquela crise, Meirelles destaca a redução do compulsório. “Liberamos desde que os recursos fossem direcionados para bancos e financeiras com capital até certo limite.” Ele sugere que as próximas liberações sejam vinculadas a empréstimos para pessoas físicas, jurídicas e a outros bancos.

O atual secretário da Fazenda de São Paulo observa que, no Brasil, existem quatro grandes bancos, sendo dois deles estatais. “É preciso usar mais o Banco do Brasil e a Caixa, pois eles foram muito úteis em 2008 e 2009”, diz. “É preciso uma ação forte dos bancos oficiais federais ofertando recursos.” Ele lembra que, naquela época, o cadastro positivo ainda não era público, uma vantagem da situação atual.

Para Meirelles, os bancos estatais poderão, sem dúvida, estimular a competição entre os bancos. Mas ele sugere também que o governo pense na criação de um fundo garantidor de crédito, que possa dar maior segurança às operações.

Além da questão do crédito, o ex-ministro da Fazenda considera que a ajuda do governo às empresas que não demitirem os trabalhadores também não foi adequada. O governo criou uma linha de crédito para financiar a folha de pagamento das empresas, mas Meirelles acha que o caminho correto é o adotado pelo Reino Unido. Lá, o governo vai bancar 80% do salário, até um certo limite, dos trabalhadores que não forem demitidos, mas colocados em licença.

O ex-ministro considera que a solução adotada pelo governo brasileiro - a linha de crédito para a folha de pagamento - levará as empresas a ficarem endividadas, o que poderá dificultar a retomada da economia. Para ele, seria preferível que o Tesouro disponibilizasse recursos, a fundo perdido, para que as empresas pagassem os seus empregados. "Antes da crise, as empresas estavam saudáveis. Elas também precisam estar saudáveis na retomada", propõe.

Outro problema que precisa ser resolvido com rapidez, na opinião do ex-ministro, é o pagamento da renda emergencial de R\$ 600 para os trabalhadores informais. "Esse é um desafio logístico", disse, observando a dificuldade da maioria desses trabalhadores terem acesso aos sites oficiais com as informações sobre o programa.

Sem que essas questões estejam bem resolvidas, Meirelles acha que a maior probabilidade é que a retomada da economia no pós-crise da covid-19 tenha a forma de "U", e não de "V". Ou seja, depois de uma queda abrupta, haverá um tempo maior para que ocorra uma recuperação plena da atividade econômica. Em sua avaliação, uma rápida recuperação após a crise é uma possibilidade mais difícil.

## **Sem ilusões**

Não se pode ter ilusão sobre o efeito da crise provocada pela pandemia na economia. A melhor referência sobre o que vai acontecer nesta área é a crise internacional de 2008/2009. A economia brasileira sofreu pouco com aquela crise, pois o Produto Interno Bruto (PIB) caiu apenas 0,1% em 2009. A retomada foi rápida, pois aconteceu no segundo trimestre daquele ano.

Mesmo assim, os tributos administrados pela Receita caíram 1,3 ponto percentual do PIB. Mas a queda foi compensada por aumento de receitas não administradas

pela Receita, como dividendos pagos por estatais federais. Houve alta ainda da receita da Previdência (ver quadro abaixo).

Neste ano, a recessão será bem maior que em 2009, como estima a totalidade dos analistas do mercado. Alguns chegam a dizer que o PIB poderá cair 6%. Em tal cenário, não é apenas a receita administrada pela RFB que será bem menor, mas também a receita não administrada e a arrecadação da Previdência, em virtude do desemprego que deverá ocorrer. “A queda da receita vai ser muito forte”, disse uma fonte do governo.

No caso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o efeito também será dramático e a receita deverá cair mais do que o PIB. Especialistas consultados pelo **Valor** advertem que setores com maior carga tributária (como energia elétrica e combustíveis) poderão ter maior contração da atividade do que os de baixa carga tributária (como alimentos e produtos farmacêuticos).

**Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras**

**E-mail: [ribamar.oliveira@valor.com.br](mailto:ribamar.oliveira@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Aproveite a oferta, 3 sapatênis Polo com frete grátis por apenas 249,90.

EU AMO CALÇADOS

### LINK PATROCINADO

Conheça os hotéis mais luxuosos e caros do mundo

ESTAÇÃO NOTÍCIA

### LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.

DONABELLE

### LINK PATROCINADO

Seria o fim das dores articulares? Método natural chega em Salvador

FLEXCAPS

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador

PHYTOPOWER CAPS

## EUA cogitam taxar petróleo importado para elevar preço

Em conversas com executivos e parlamentares, Trump sugeriu tarifas sobre o petróleo importado, possivelmente sob a mesma lei usada contra a China. Tática visa pressionar Arábia Saudita e Rússia a reduzirem o excesso de petróleo no mercado

**Por Timothy Puko e Christopher M. Matthews** — Dow Jones Newswires, de Washington e Houston

09/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O governo do presidente Donald Trump se volta para seu arsenal favorito - tarifas e ameaças - para tentar impedir que uma guerra de preços do petróleo devaste dezenas de empresas americanas.

Em conversas com executivos do setor e parlamentares, Trump sugeriu que pode impor tarifas sobre o petróleo importado, possivelmente sob a mesma lei comercial usada contra a China, segundo fontes. A tática visa pressionar Arábia Saudita e Rússia a reduzir o excesso de petróleo no mercado.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), liderada pela Arábia Saudita, e nações aliadas, como a Rússia, terão videoconferência hoje para negociar acordo sobre cortes na produção. Segundo fontes, Trump pode abandonar a ideia se um acordo for fechado ou se os preços subirem - ontem cotações encerraram o dia em US\$ 25,09 o barril, em Nova York, e US\$ 32,84 em Londres.

Washington argumenta que as forças do mercado reduzirão a oferta e resiste à pressão para exigir cortes dos produtores americanos. Também não planeja ter representante na videoconferência.

“Eu usarei tarifas, se precisar”, disse Trump no domingo. “Eu não acho que vou precisar.”

Ontem à noite, Trump reiterou que as companhias americanas já reduziram sua produção de petróleo, indicando que os EUA não pretendem fazer parte de um esforço global coordenado. Numa referência velada à ameaça de tarifas, ele disse que tem muitas opções caso a Opep e a Rússia não cheguem a um acordo para reduzir a oferta e estabilizar os preços.

A imposição de tarifas é o plano de contingência mais provável se o problema persistir, segundo essas fontes, e o simples fato de ameaçar impô-las é uma maneira de Trump encontrar pontos de alavancagem em uma ofensiva diplomática.

“As tarifas são uma das ferramentas favoritas do presidente, e ele tem muita autoridade sobre elas”, disse o senador republicano Kevin Cramer, que tem conversado com Trump sobre a questão.

Pessoas a par das discussões disseram que o governo estuda usar a seção 301 da Lei de Comércio de 1974, usada para impor tarifas sobre as importações chinesas. A lei dá ao presidente poderes para iniciar processo comercial contra barreiras estrangeiras injustas às exportações dos EUA e promulgar tarifas se um acordo não for feito.

Harold Hamm, presidente da perfuradora de xisto Continental Resources, tem pressionado por investigações comerciais contra os sauditas, por "despejar petróleo barato no mercado deslealmente".

Uma fonte a par das discussões na Casa Branca diz que a possibilidade de impor tarifas com base na seção 232 da Lei de Expansão Comercial de 1962 também foi levantada. Essa medida confere ao presidente poderes discricionários e a possibilidade de agir rápido se considerar a existência de risco à segurança nacional.

Hamm e muitos produtores de petróleo pressionam o governo Trump por ajuda desde o colapso da aliança entre a Arábia Saudita e a Rússia, no mês passado. Os preços do petróleo já tinham começado a despencar com a pandemia do



coronavírus, que desacelerou a economia e encolheu a demanda, e as empresas americanas entraram na crise atoladas em dívidas.

Deputados republicanos enviaram carta ao príncipe herdeiro saudita, Mohammed bin Salman, alertando que a cooperação econômica e militar entre os dois países estava em risco, se a Arábia Saudita não cortar sua produção. “Se o país falhar em agir para reverter essa crise de energia fabricada, encorajaremos resposta recíproca que o governo dos EUA considerar apropriada”, diz a carta assinada por quase 50 republicanos.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Aproveite a oferta, 3 sapatênis Polo com frete grátis por apenas 249,90.

EU AMO CALÇADOS

### LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.

DONABELLE

### LINK PATROCINADO

Bahia: 24 cursos sem mensalidades para a população

CAPACITANDO O BRASIL

### LINK PATROCINADO

Lembra dela? Respire fundo antes de ver como ela está agora

WTFACTS

### LINK PATROCINADO

Problemas com as dores no corpo? Veja o que pesquisadores descobriram.

FLEXCAPS

### LINK PATROCINADO

Tecnologia japonesa vira febre em Salvador

MINI CAMERA 120

por **taboola**

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Bolsonaro: alguns falam que economia você recupera e a vida não; não tem nada a ver

# Campeãs de royalties usam recursos do petróleo contra vírus

Cidades com reservas têm mais facilidade para investir em ações de saúde enquanto as que gastam mal agora sofrem para fechar as contas

O Globo · 9 abril 2020 · PEDRO CAPETTI E RAMONA ORDOÑEZ [economia@oglobo.com.br](mailto:economia@oglobo.com.br)

Municípios campeões de arrecadação de royalties e participações especiais da indústria do petróleo têm se destacado pela capacidade de aumentar investimento em saúde para enfrentar o coronavírus. Em contraste, outras cidades beneficiadas nos últimos anos pela mesma riqueza, mas que não fizeram o dever de casa, sofrem para fechar as contas num momento delicado. As prefeituras na costa dos estados do Rio, Espírito Santo e São Paulo enfrentam uma dupla crise: a demanda por recursos para medidas extraordinárias de saúde e na área social sobe enquanto enfrentam redução de até 40% nos repasses das compensações financeiras da produção de petróleo este ano. Isso porque o preço internacional do barril despencou com a forte redução da demanda por combustíveis.

Nas três maiores beneficiárias de royalties em 2019, a gestão fiscal mais responsável e a garantia de recursos guardados em fundos soberanos facilitaram as despesas para enfrentar a crise sanitária. Maricá, na Região dos Lagos fluminense, recebeu mais de R\$ 1,6 bilhão do petróleo em 2019. A cidade já destinou cerca de R\$ 130 milhões desse montante para ações de saúde, renda básica e concessão de crédito.

Maricá dividiu com Niterói —que fica na região metropolitana do Rio e é a segunda no ranking dos royalties— o investimento de R\$ 90 milhões em um hospital de campanha na vizinha São Gonçalo, uma das cidades com IDH mais baixo do país. As iniciativas niteroienses para mitigar os efeitos da pandemia somam cerca de R\$ 300 milhões, pouco menos de 10% do orçamento anual da prefeitura (R\$ 3,6 bilhões) e exatamente o que a cidade tem em um fundo soberano, que ainda não foi utilizado. O município, que tem 94 casos confirmados de Covid-19 e duas mortes, investiu alto em testagem. Niterói comprou 80 mil testes para coronavírus, o suficiente para testar 15% da população.

—O que estamos investindo vem do superávit que produzimos em 2019. A poupança dos royalties criada para enfrentar cenários de crise foi e está sendo fundamental para a decisão de ações contra a Covid-19. Se for necessário, vamos usar (a reserva) —diz Rodrigo Neves (PDT), prefeito de Niterói.

Ações similares foram adotadas em Ilhabela, no litoral norte de São Paulo, onde o fundo soberano com mais de R\$ 215 milhões ainda não foi tocado. Cerca de R\$ 25 milhões, da sobra de caixa de 2019, foram usados na criação de uma renda básica e de um vale-alimentação para amenizar os efeitos econômicos da pandemia, diz Fernando Crésio, secretário de Fazenda.

## FUTURO COMPROMETIDO

José Luis Vianna, professor das universidades Cândido Mendes e Federal Fluminense (UFF) que estuda o impacto local dos royalties do petróleo, observa que os municípios que se planejaram

podem se dar ao luxo de usar os recursos de fundos especiais sem comprometer o futuro. Já os que gastaram mal a renda extra têm agora o desafio de cortar despesas para sobrar algo para a saúde.

Na lista dos “ex-ricos”, cidades do Norte Fluminense e da costa capixaba sofrem com a falta de uma reserva constituída no auge dos royalties. Como os recursos não foram bem empregados nos últimos anos, as cidades ficaram dependentes dos royalties para as contas básicas. Além da queda do preço do barril, o deslocamento da produção para os campos do pré-sal, na Bacia de Santos, não beneficia mais tanto essas cidades como antes.

—Quando Campos “nadou de braçada” no quesito royalties, ninguém pensou na criação desse fundo. E hoje em dia, infelizmente, quando a queda de arrecadação é absurda, não temos essa reserva porque o dever de casa não foi feito lá atrás — admite Rafael Diniz (Cidadania), prefeito de Campos dos Goytacazes, que estima queda na arrecadação dos royalties e participação especial na ordem de 40% em relação ao ano passado.

Em Macaé, a única reserva, de cerca de R\$ 180 milhões, foi feita para proteger o município de queda de arrecadação de uma possível redistribuição dos recursos do petróleo, ainda pendente no Supremo Tribunal Federal (STF). Parte desse recurso agora vai para um programa que oferece vale-alimentação de R\$ 200 para alunos da rede municipal e para a compra de 15 mil kits de testes para coronavírus.

Em Itapemirim (ES), a queda da arrecadação forçou a prefeitura a adotar medidas de ajuste orçamentário para priorizar a compra de testes e equipamentos de saúde.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 09/04/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 08 de Abril de 2020 - 22:50

## ***Câmara dos Deputados adia votação de ajuda a estados e municípios***

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), adiou para a próxima quinta-feira (9) a votação do projeto de lei complementar que prevê auxílio emergencial a estados e municípios previsto para ser votado nesta quarta-feira (8). A dificuldade de acordo entre os parlamentares inviabilizou a votação do texto, que recebeu mais de 100 emendas.

O impacto fiscal dessa recomposição será de aproximadamente R\$ 35 bilhões. O valor considera a previsão de queda de 30% de arrecadação fiscal de estados e municípios nos próximos meses, e segundo Maia as emendas precisam de tempo para serem analisadas.

"Como estivemos muito em conflito nessa matéria, alguns defendendo incluir prefeitos, incluir as dívidas com outros bancos públicos, é preciso tempo para avaliar as emendas e saber no que é ou não possível avançar", declarou segundo a Agência Câmara.

O texto substitui o chamado Plano Mansueto, que ainda deve ser analisado pelos parlamentares no segundo semestre.

A proposta traz medidas para apoiar estados, municípios e o Distrito Federal a enfrentar a pandemia de Covid-19 e a consequente queda de arrecadação fiscal. Esses entes federativos serão autorizados a suspender o pagamento das dívidas refinanciadas pela União, receber auxílio para recompor perda de arrecadação e ter novo limite de endividamento, de acordo com a Agência Brasil.

O texto prevê que os recursos de recomposição fiscal devem ser exclusivamente aplicados em ações que mitiguem os impactos da pandemia do Covid-19 na saúde, na assistência social, no emprego, na atividade econômica e na arrecadação.

Estados e o Distrito Federal terão, no exercício de 2020, limite equivalente a 8% da receita do exercício do ano passado para contratação de empréstimos com garantia da União. Esses recursos também devem ser aplicados em ações de enfrentamento ao novo coronavírus e na estabilização da receita no exercício de 2020. A previsão de Rodrigo Maia é de um volume de R\$ 50 bilhões seja disponibilizado para empréstimos.

Como contrapartida às medidas emergenciais, estados e municípios não poderão conceder aumento salarial a servidores neste ano.

"A única trava que estamos colocando é que, óbvio, nenhum estado pode dar aumento neste ano, porque, senão, fica uma coisa incoerente. Todo mundo com dificuldade, alguém pode ser pressionado por alguma categoria para dar aumento. Então, essa vedação está sendo dada", explicou Maia.

# Comércio e turismo perdem R\$ 67 bi

Setores são os mais impactados pelo isolamento para combater o coronavírus

O Globo · 9 abril 2020

Os graves impactos das medidas necessárias para conter a propagação do coronavírus começam a ser medidos pelo setor produtivo. Uma das atividades mais atingidas pela crise, o comércio teve perdas de R\$ 53,3 bilhões, entre março e abril. É uma retração de 46,1% no faturamento do setor, em comparação com o mesmo período de 2019.



Embora as vendas on-line e o serviço de entrega domiciliar tenham colaborado para diminuir os prejuízos, tiveram peso pequeno na comparação com a receita gerada pelas compras presenciais. Além do fechamento de grande parte das lojas, foram decisivos para a queda no consumo a redução na renda dos trabalhadores e o isolamento social, essencial para reduzir a expansão da Covid-19.

A estimativa das perdas foi apresentada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no mesmo dia da primeira edição de 2020 do “E Agora, Brasil?”. O levantamento reúne informações de dez estados, responsáveis por 72,5% do volume de vendas nacional. Realizado pelos jornais O GLOBO e Valor Econômico, com patrocínio da CNC, o seminário discutiu o impacto do coronavírus na economia e ações para enfrentar a crise. O evento foi realizado em plataforma digital.

— O comércio, que vinha recuperando a confiança e tinha expectativa de expansão este ano, agora registra prejuízos que representam um desafio histórico para as empresas. A CNC já enviou ao governo federal um documento com sugestões de medidas para reduzir os impactos negativos da crise nas empresas, visando à manutenção dos empregos. Buscamos todas as so-

luções disponíveis para que os empresários possam enfrentar essa difícil conjuntura — destacou o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

#### TURISMO

No setor do turismo, as perdas foram de R\$ 14 bilhões apenas em março. Foram R\$ 11,96 bilhões perdidos na segunda quinzena (queda de 84% em comparação com o mesmo período de 2019), somados à perda de R\$ 2,2 bilhões na primeira metade do mês.

— O setor de comércio, serviços e turismo é o que apresenta maior potencial de impacto negativo. As atividades econômicas que o compõem dependem da circulação de mercadorias e consumidores. Em especial no turismo, afetado frontalmente pela impossibilidade de viagens, reservas e visitas, ação necessária para a prevenção ao novo vírus — alertou Tadros.

# Para analistas, dinheiro extra ajudará a atravessar crise

Brasileiro deve usar recursos para garantir subsistência e não para ampliar padrão de consumo, como nos saques anteriores

---

O Globo · 9 abril 2020 · PEDRO CAPETTI [pedro.capetti@oglobo.com.br](mailto:pedro.capetti@oglobo.com.br)

---

Osaque de R \$1.045 a partir de junho é a segunda liberação de recursos do FGTS no governo de Jair Bolsonaro. Mas, desta vez, ao contrário do saque emergencial de R\$ 500 anunciado no ano passado, o foco não é fomentar o consumo com a ampliação da renda, e sim garantir recursos para que os brasileiros possam atravessar a crise do coronavírus, segundo economistas.

Para Sérgio Vale, da MB Associados, a decisão do governo completa o pacote de medidas sociais já anunciadas, que inclui a liberação do auxílio emergencial de R \$600 para os informais. O foco agora é o brasileiro que tem ou já teve carteira assinada.

—A medida mexe com uma parcela que está na formalidade, com direito ao FGTS. É uma parcela que também vai sofrer com a crise. O dinheiro ajuda a mitigar a perda de renda. O recurso será voltado para bens de necessidade, não para manutenção ou aumento do padrão de consumo.

A situação de calamidade provocada pelo coronavírus, com consequente queda da renda e aumento do desemprego, faz com que economistas acreditem que a liberação dos R\$ 36 bilhões se mostre uma medida mais eficaz do que a do ano passado.

Agora, ao invés de usar os recursos para comprar bens duráveis, como geladeira e eletrodomésticos, a expectativa é que o brasileiro use o montante para garantir a subsistência mínima da família. No ano passado, dos R\$ 42 bilhões liberados em saques do FGTS, R \$14 bilhões não foram resgatados. A medida acabou tendo impacto menor que o previsto, e a economia cresceu 1,1%.

—As pessoas estão agora em situação bem mais difícil, tem gente sendo demitida, perdendo negócios. Para elas, o dinheiro vai ser mais benéfico e mais usado do que no ano passado —explica Vale.

Os recursos injetados não mudam a trajetória de retração da economia brasileira neste ano, na avaliação dos economistas, mas podem mitigar as perdas projetadas.

— O governo está tomando medidas no sentido de evitar o colapso da economia. (O saque) só muda marginalmente o nível (da derrocada) — afirma Flávio Serrano, economista-chefe do Banco Haitong.

Para Serrano, a liberação desses recursos não afeta o caixa do FGTS destinado aos projetos imobiliários e de infraestrutura, considerados essenciais numa possível retomada:

— É um montante pequeno, que não vai afetar o médio e longo prazos do sistema imobiliário. Se a crise durar mais do que imaginamos, vamos ter que adotar outras medidas de mesmo cunho.

Para a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), a liberação terá pouco impacto na economia, e o melhor seria fomentar a cadeia produtiva do setor para ampliar a geração de emprego e renda. “O aumento do desemprego e a carência de três meses para o pagamento do FGTS pelas empresas vão impactar a liquidez do Fundo e gerar ainda mais desemprego”, disse.



# Governo vai bancar contas de luz para a baixa renda

Custo da medida, que durará 3 meses, é avaliado em R\$ 900 milhões

O Globo · 9 abril 2020 · MANOEL VENTURA [manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br](mailto:manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br) BRASÍLIA

O governo federal vai gastar R\$ 900 milhões para pagar a conta de luz de consumidores de baixa renda, por conta dos impactos econômicos causados pelo avanço do novo coronavírus. A medida ficará em vigor por três meses e atenderá quem está inscrito no cadastro de benefícios sociais do governo.



## CELULAR EM ANÁLISE

A medida provisória (MP) com a destinação dos recursos está pronta e deve ser publicada ainda esta semana, de acordo com fontes que participam das discussões. Será a primeira vez, desde 2014, que o governo aportará recursos do Tesouro Nacional nas contas de luz.

A decisão amplia a Tarifa Social de Energia Elétrica. Atualmente, o programa funciona de forma escalonada. Agora, o governo vai isentar as pessoas de pagarem as contas de luz, desde que o consumo não ultrapasse 220 quilowatts-hora (kWh) por mês, durante um período de três meses.

O Ministério de Minas e Energia estima que a isenção nas tarifas de energia elétrica para os consumidores de baixa renda representará um alívio nas despesas de 9 milhões de famílias.

Ao todo, a medida irá custar

R\$ 1,2 bilhão, mais do que o aporte da União. Por isso, o restante dos recursos deve vir de sobras de recursos do fundo setorial Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Portanto, não haverá impacto para os demais consumidores.

O governo também avalia criar um vale para que clientes de menor poder aquisitivo possam pagar as contas de celular. A medida, em estágio menos avançado que a de luz, foi proposta pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as operadoras. O valor ainda está em discussão no Ministério das Comunicações, assim como a fonte de recursos para pagar essa medida.

# Medidas podem minimizar os danos econômicos

Ações como crédito facilitado e saque do FGTS são opções para manter empresas e empregos

---

O Globo · 9 abril 2020

---

Crédito facilitado para pessoas físicas e jurídicas, parcelamento de tributos federais, liberação do saque de parte do FGTS e suspensão do contrato de trabalho mediante estabilidade dos trabalhadores por determinado período são algumas das medidas propostas pela CNC ao governo e ao Congresso Nacional, no dia 18 de março, com o objetivo de reduzir o impacto da crise nas empresas e preservar empregos.

As ações de natureza tributária, trabalhista, financeira e administrativa buscam ajudar empresários, especialmente aqueles de setores mais atingidos, como serviços e turismo, e os micro e pequenos empreendimentos, a atravessarem o período mais crítico, preservando seus negócios e os postos de trabalho, já que um dos mais preocupantes efeitos do necessário isolamento social é a paralisação das atividades econômicas e o recrudescimento do já elevado nível de desemprego, herança do período recessivo.

Algumas medidas provisórias editadas pelo governo para dar agilidade na resposta à crise, como a MP 936/2020, estão em consonância com propostas apresentadas pela CNC, ao permitir a suspensão do contrato de trabalho por até 60 dias e a redução de até 70% do salário proporcional à diminuição de carga horária, mas concedendo aos empregados parte do seu salário, de acordo com a carga horária reduzida, pago pelo empregador, mais uma porcentagem do seguro-desemprego. Também vão ao encontro das sugestões da confederação medidas do governo referentes a operações de crédito.

Essas iniciativas, como apontou o presidente da CNC, são urgentes para proteger empresas e empregos durante a pandemia, mas também no médio prazo, quando os efeitos da retração na economia ainda serão sentidos, provocando incertezas quanto à retomada.

— Neste momento de grandes dificuldades, vivido pelas empresas e pela população, a CNC vê o uso da flexibilização trabalhista dentro dos limites estabelecidos por lei, com razoabilidade, diálogo e canais abertos de negociação entre patrões e empregados, como uma alternativa segura para a sobrevivência dos negócios e a proteção do trabalhador — afirma Tadros.

# Governadores negociam com o Congresso a 'mãe de todas as bombas fiscais', diz Marcos Lisboa

Presidente do Insper diz que pedidos dos governadores e prefeitos podem ter impacto na próxima década

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

08 de abril de 2020 | 16h07

## Conteúdo Completo

- Governadores negociam com o Congresso a 'mãe de todas as bombas fiscais', diz Marcos Lisboa
- Projeto alternativo de socorro a Estados e municípios tem custo de R\$ 180 bilhões à União
- Plano Mansueto pode ser substituído por projeto que trata apenas de medidas para enfrentar pandemia
- Projeto de socorro a Estados e municípios é 'bomba fiscal' por estender gastos para além de 2020
- Governadores pedem recursos para saúde, crédito e suspensão de dívida para enfrentar coronavírus

BRASÍLIA - Presidente do **Insper**, o economista **Marcos Lisboa** acusa os governadores e prefeitos de apresentarem **pedidos “imensos” na tentativa de resolver todos os problemas de anos de uma única tacada**. Ele calcula em

mais de R\$ 150 bilhões o impacto à União do projeto emergencial de socorro a Estados e municípios que deve ser votado nesta quarta-feira, 8, na **Câmara**.

Na mesa de negociação, pedidos de novas linhas de empréstimos, **suspensão do pagamento da dívida com a União por muito tempo**, posterga o pagamento de precatórios (valores devidos a pessoas físicas ou empresas após sentença definitiva na Justiça) de 2024 para 2040 e suspensão dos limites de pessoal previstos na **Lei de Responsabilidade Fiscal** (LRF).

“O **Plano Mansueto** era uma coisa restrita, pequena, para ajudar alguns Estados e se recuperarem e começou a ter uma avalanche imensa de pedidos que nada tem a ver com a crise atual”, advertiu. “Uma coisa é dizer: vamos dar uma ajuda na dívida nesses próximos meses e ajudar a recompor perda de arrecadação Fundo de Participação dos Estados e **ICMS**, mas outra história é passar R\$ 150 bilhões para dar conta de resolver problemas passados”, afirmou.

Lisboa projeta que, nesse cenário, o rombo nas contas públicas este ano vai subir para 9% do **Produto Interno Bruto** (PIB) e a dívida pública deve bater 100% do PIB.

Na sua avaliação, os gastos para lidar com a crise deveriam ser temporários. Junto com o economista do Insper Marcos Mendes, Lisboa publicou hoje na página do Brasil Journal o artigo “Parem o plano Mansueto!”.

“Aproveitando-se da fraqueza do governo federal, governadores estão negociando a mãe de todas as bombas fiscais, elevando a dívida pública, onerando a sociedade

com (ainda) mais impostos e austeridade por pelo menos mais uma década”, diz o artigo.

O presidente da Câmara, **Rodrigo Maia** (DEM-RJ), usou o Twitter para contestar o cálculo de Lisboa e Mendes. “Os economistas Marcos Lisboa e Marcos Mendes são sempre muito atentos aos projetos que tramitam na Câmara. Eles podem ter certeza, no entanto, que votaremos nesta tarde um texto diferente do que eles leram em relação ao PL que substituirá o Plano Mansueto”, postou Maia.

# Projeto alternativo de socorro a Estados e municípios tem custo de R\$ 180 bilhões à União

Na avaliação da área econômica, os governadores tentam usar a narrativa da calamidade para “pagar” os desgovernos passados com a janela aberta para expansão dos gastos aberta pela crise da covid-19

**Adriana Fernandes, Camila Turtelli e Marlla Sabino, O Estado de S.Paulo**

08 de abril de 2020 | 15h08

BRASÍLIA - O cálculo mais recente do impacto do projeto de socorro aos Estados e municípios aponta um custo de R\$ 180 bilhões, segundo apurou o **Estado**. A conta foi feita pela área econômica do governo federal.

O impacto fiscal dos empréstimos é de R\$ 144 bilhões: R\$ 50,3 bilhões de crédito novo e R\$ 93,6 bilhões de suspensão de pagamento de dívidas, que permitam ampliação dos gastos além de 2020. Outros R\$ 20 bilhões seriam transferidos pela União para recomposição do ICMS (imposto estadual) e ISS (imposto estadual). O governo já editou uma Medida Provisória (MP) para aumentar em R\$ 16 bilhões os repasses a governadores e prefeitos por meio dos fundos de participação.

Já o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que quer colocar em votação o projeto ainda hoje, diz que o impacto fiscal do novo projeto é de R\$ 35 bilhões, mais volume de empréstimo na ordem de R\$ 50 bilhões. Sem acordo, Maia encerrou a sessão da Câmara desta quarta-feira, 8, sem votar o texto, que ficou para ser apreciado amanhã, 9.

Na avaliação da área econômica, que trabalha mitigar o impacto do projeto para além de 2020, os governadores estão tentando usar a narrativa da calamidade para “pagar” os desgovernos passados com a janela aberta para expansão dos gastos como resposta à crise da covid-19.

O texto deverá ser votado no lugar do chamado Plano Mansueto – proposta de ajuste fiscal aos entes federados em dificuldade financeira, mas que possui também medidas de médio e longo prazos. Ao contrário do Plano Mansueto, que é um texto mais amplo, com diversas medidas de ajuste fiscal, o projeto em elaboração devará ser mais "enxuto", focado em tratar da questão do ICMS e de garantir linhas de créditos aos Estados para os próximos três meses.

“O governo inclusive leu a versão errada pela manhã. Alguns economistas também leram a versão errada. O problema é que o Plano Mansueto tinha um objetivo, organizar de forma estrutural as contas públicas dos Estados que passavam por dificuldades. Hoje vivemos uma nova realidade, todos estão passando por

dificuldades”, afirmou Maia. Segundo ele, o projeto só foi concluído ao meio-dia desta quarta-feira.

Maia afirmou que a principal preocupação é a de garantir a arrecadação do ICMS por pelo menos três meses. “Nós apresentamos através do Pedro Paulo (deputado relator do projeto) outra proposta que trata da recomposição de ICMS, que trata da abertura de espaço para Estados possam ir atrás de empréstimos, de financiamentos, limitados a 8% da receita corrente líquida. Isso vai dar aproximadamente 50 bilhões de reais”, disse. Ele afirmou ainda que o projeto proíbe aumento de salários.

Sobre os municípios, Maia afirmou que o Imposto Sobre Serviço (ISS) também está sendo tratado no projeto. “A manutenção da arrecadação do ISS por três meses, que deve dar algo em torno de R\$ 4 bilhões ou 5 bilhões, segundo a conta que me foi passada. Não tem nada exorbitante, o parlamento ouviu a todos”, afirmou.

“Não podemos esquecer que no caso do ISS os municípios que tem arrecadação maior de ISS, e não de FPM (Fundo de Participação dos Municípios) que já foi resolvido, são municípios que concentram maior números de UTIs, então serão os que vão ter mais volume de pressão nas próximas semanas em relação ao coronavírus”, disse.



Na Câmara, alguns líderes defendem deixar no texto só a suspensão do pagamento das dívidas com a União, sem a possibilidade de ampliar os financiamentos novos para não abrir um espaço muito grande para novos gastos.

O líder do Cidadania na Câmara, deputado Arnaldo Jardim (SP), acredita que será possível resolver as questões emergenciais. "Eu desejava uma solução mais estruturante, que era o Plano Mansueto. Mas como estamos com o olhar para o curto prazo, vamos buscar uma linha mais emergencial", disse Jardim.

Batizado de Programa de Apoio ao Financiamento do Combate ao Coronavírus (covid-19), o projeto prevê:

1) suspensão de pagamento de principal e encargos e operações de crédito interno e externo celebradas com o sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito em 2020 durante estado de calamidade pública.

2) Em decorrência da atual calamidade, os Estados e municípios poderão realizar, em 2020, aditamento contratual para suspender os pagamentos do principal e encargos de operações de crédito interno e externo celebradas com o sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito.

3) Refinanciamento de contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com a Caixa Econômica Federal. Nas operações

com garantia pela União, a garantia será mantida, não sendo necessária alteração dos contratos de garantia e de contragarantia vigentes.

4) Proibição de execução de contragarantias de dívidas dos Estados e dos municípios dos contratos de refinanciamento das dívidas com a União durante estado de calamidade pública. Os valores não pagos deverão ser aplicados preferencialmente em ações que mitiguem os impactos da pandemia do covid-19 na saúde, na assistência social, no emprego, na atividade econômica e na arrecadação.

5) Os Estados deverão demonstrar e dar publicidade à aplicação dos recursos. Enquanto perdurar a suspensão de pagamento das dívidas, fica afastado o registro do nome do Estado ou municípios em cadastros restritivos em decorrência, exclusivamente, dessa suspensão.

6) Permissão aos Estados e ao Distrito Federal de contratação de operações de crédito com garantia da União em até de 8% da Receita Corrente Líquida (RCL). O limite extraordinário só vale para contratar operações de crédito em 2020.

7) Linhas de financiamento para combate da covid-19 e estabilização da receita e compensação da União pela queda de receita.

8) Congresso será o único Legislativo a ser capaz de suspender as restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal para que a União possa implementar rapidamente pacote de apoio aos governos regionais

9) Durante estado de calamidade pública, ficam dispensados os limites e condições previstos na LRF para: contratação de operações de crédito; concessão de garantias; e recebimento de transferências voluntárias.

10) Possibilidade que os saldos financeiros dos Poderes e órgãos autônomos do exercício de 2019 sejam restituído ao Tesouro do ente federativo e destinado à calamidade ou sejam considerados como adiantamento de recursos, tendo seu valor deduzido das parcelas duodecimais do exercício em curso.

11) As renúncias de receita concedidas e as despesas geradas somente podem vigorar no prazo de vigência do estado de calamidade pública.

12) Os Estados e municípios deverão manter registro e publicar relatórios mensais de forma segregada, que permitam a identificação e o acompanhamento das ações e despesas realizadas na calamidade.

13) O Congresso constituirá subcomissão da Comissão Mista de deputados e senadores prevista para o acompanhamento das medidas de gestão fiscal, orçamentária e financeira voltadas ao enfrentamento da calamidade pública.



# Sem resolver o problema da liquidez, empresas vão começar a quebrar', diz presidente da GM

Acordos de redução de jornada e salários não serão suficientes para manter empregos; novas medidas devem ser tomadas em até duas semanas

Cleide Silva, O Estado de S.Paulo

09 de abril de 2020 | 07h00

Em meia hora de conversa, o presidente da **General Motors América do Sul**, **Carlos Zarlenga**, citou 14 vezes a palavra liquidez. É esse o maior problema que ele e outros executivos temem no momento. Se o problema da falta de caixa das empresas de toda a cadeia produtiva do **setor automotivo** não for resolvido em no máximo duas semanas, “empresas vão começar a quebrar”, principalmente entre as fornecedoras de autopeças. A única saída, diz ele, é **BNDES** liberar linhas de curto prazo ou o governo assumir a garantia para empréstimos dos bancos privados.

O executivo **argentino** também afirma que, após a crise provocada pelo coronavírus passar, o cenário será de uma indústria endividada, que terá de rever investimentos, inclusive em projetos até então prioritários como carros elétricos e autônomos. O marco regulatório que define metas de emissões, segurança e consumo terão de ser revistos. “Milhões em receita vão desaparecer; isso vai ter impacto em tudo que se planejou para o futuro”, diz. A seguir, trechos da entrevista.

Metas terão de ser revistas, afirma Zarlenga. Foto: Taba Benedicto/Estadão

### **A paralisação das fábricas afeta muitos negócios?**

A parada na produção não é o maior problema neste momento. O mais preocupante é a situação de caixa da indústria. Nas últimas duas, três semanas, as vendas de carros foram praticamente zero e é muito difícil antecipar quando poderá haver uma retomada de demanda. Temos uma cadeia de fornecedores muito longa e, quando não há receita, a crise se aprofunda rapidamente. A indústria normalmente tem caixa para duas a seis semanas, dependendo do porte. O problema da liquidez pode quebrar a cadeia de pagamentos. Quando o cliente me paga, eu pago meu fornecedor, que paga seus fornecedores e os salários dos funcionários e assim por diante. Se a cadeia de pagamentos para, há um grande risco de solvência num período muito curto. Resolver a questão da liquidez é chave. Estamos falando de dias, não estamos falando de meses, pois até

lá empresas vão começar a quebrar. Trata-se de uma cadeia produtiva que emprega 1,3 milhão de pessoas no **País**.

### **Há risco de solvência para grandes empresas também?**

Não tem empresa que resista a um período longo sem vendas. Pode ser grande, média ou pequena, podem ser fabricantes, fornecedores ou concessionários. Algumas podem ter um pouco mais de caixa, outras menos, mas impacta a todas.

### **Como está a situação da GM?**

Não vale a pena falar especificamente de cada empresa. A queda de vendas é para todas, no mundo todo. É um problema setorial. Vamos supor que a GM esteja bem e consiga fazer seus pagamentos, mas se meu fornecedor não está bem, se não conseguiu fazer seus pagamentos e o problema dele se transformar em solvência, ele vai deixar de fazer a parte que vou precisar no futuro para minha produção. O colapso pode ser sistêmico. Por isso é importante a liquidez para o sistema inteiro.

### **Como se resolve isso?**

A liquidez que o setor automotivo precisa pode vir de três situações: do financiamento de fora do País, das matrizes; dos bancos privados emprestando para as empresas; ou pode vir de um sistema de financiamento do governo. Ocorre que todas as empresas globais estão tendo os mesmos problemas, e acho

que não vai ter ajuda externa. No caso do financiamento privado, os bancos não vão emprestar se não tiverem garantias. Por isso a ação do governo é importante, quer seja como o ministro **Paulo Guedes** tem falado, de ajudar os bancos privados a emprestarem o dinheiro já disponibilizado pelo **Banco Central** através de garantias, ou o BNDES prover rapidamente linhas de capital de giro de curto prazo. Acho que o BNDES é o que está mais preparado para isso.

**Alemanha, França, Estados Unidos** e **Coreia** estão fazendo isto. Provendo grande liquidez nos setores industriais de bens duráveis. Eles estão colocando essa liquidez e ela está chegando ao sistema. Aqui ainda não está chegando e a urgência é altíssima, do contrário vamos ter problemas muito sérios.

### **O que está sendo feito no Brasil não alivia essa situação?**

Temos de entender que os bancos também precisam ter um perfil de risco que funcione para eles, precisam de garantias e, nesse momento, só o governo pode dar. Teve muito movimento da equipe econômica endereçando medidas para alguns seguimentos porque a economia inteira está em crise. Acho que agora a parte urgente é como trabalhar com as grandes empresas para não converter um problema de liquidez num problema de solvência que resulta em empresas quebrando.

### **O sr. tem alguma projeção para o mercado neste ano?**



Não sabemos quanto tempo vai demorar a queda nas vendas, quando o mercado vai voltar e nem em que ritmo. Ninguém tem uma previsão. Como estimativa eu acho que vai ser menor que em 2016, o pior dos últimos 13 anos, com vendas de apenas 2 milhões de veículos. Até que não se tenha uma solução permanente para o problema do coronavírus não saberemos como vai evoluir a economia. Então, é preciso resolver o problema de curto prazo de caixa, depois vamos ver como fica a situação para frente e como pode ser a retomada da produção.

**A GM já negociou com os sindicatos um acordo de lay-off, com redução de salários. Esse é um caminho para ajudar na retomada da produção e manutenção de empregos?**

O problema de caixa vai além de acordos que as empresas façam com os sindicatos. É um problema que a indústria não vai conseguir resolver sozinha. Todo o foco deve estar nisso. Estou confiante de que o governo entende que isso é chave para a preservação dos postos de trabalho e a capacidade da indústria se manter no futuro.

**A GM suspendeu do investimento de R\$ 10 bilhões para os próximos cinco anos. Como vai ser daqui para frente?**

Quando a gente não sabe quantos carros serão vendidos em 2020, e em 2021 e temos uma crise de liquidez que pode levar empresas a quebrarem, falar de investimentos não faz sentido. Para resguardar o caixa, temos de parar todo o

investimento nesse momento. Continuamos olhando o Brasil e a América do Sul como mercado chave no longo prazo. Nossa intenção é voltar a fazer esse investimento, mas quanto, como e em que momento não podemos responder hoje.

### **Tinha dinheiro da matriz nesse plano?**

A estrutura de financiamento que a indústria tinha antes da crise não é mais relevante. Daqui para frente o que eu diria é que vai ser bem difícil qualquer apoio das matrizes.

### **E os sete lançamentos que a GM tinha previsto para este ano?**

O que está previsto para este ano está tudo pronto, os investimentos já foram feitos.

### **Que indústria teremos quando isso passar?**

O nível de dívida que as empresas vão ter justamente por essa tremenda perda de vendas vai fazer com que todas as decisões de investimento e toda a disciplina financeira mudem porque o foco principal será reduzir essas dívidas. Vamos ver um comportamento muito diferente de precificação – os preços vão subir, pois vão acompanhar o câmbio. As decisões de investimento serão diferentes porque, quando se tem muita dívida no balanço a capacidade de investir é menor. As discussões de marco regulatórios (metas para redução de poluentes, de consumo,

de níveis de segurança) terão de ser adiadas porque não haverá dinheiro para fazer os investimentos necessários para atender essas metas.

### **O tamanho do setor pode diminuir?**

Vai depender de como será a estabilidade do retorno e quanto tempo vai demorar para voltarmos a níveis prévios de crescimento. Isso vai determinar o tamanho da indústria. Se voltar rápido, vai manter mais ou menos o que é hoje. Se demorar anos, vai ter redução de nível de empregos e de quantidade de empresas em cada país.

### **Como ficam os projetos de carros elétricos e autônomos?**

Como observador da indústria global posso dizer que nossa indústria vende perto de 100 milhões de veículos por ano e gira receita de quase US\$ 1,5 trilhão, US\$ 2 trilhões. Neste ano deve haver uma queda de receita de 30% a 40%. Então, milhões em receita vão desaparecer. Isso vai ter impacto em tudo que se planejou para o futuro, sem nenhuma dúvida. Como exatamente vai ser ninguém pode dizer nesse momento.

# O melhor e o pior de cada um

Pandemia parece não ter funcionado para desarmar espíritos e produzir coesão

**Fernando Schüller**

Professor do Insper e curador do projeto Fronteiras do Pensamento. Foi diretor da Fundação Iberê Camargo

David Brooks escreveu algo curioso, dias atrás, sobre o impacto da crise na sociedade americana. "O que antes surgia como uma sociedade amarga e dividida, agora se parece com uma nação de gente encontrando maneiras criativas de aproximar uns dos outros." O Brasil também vem se comportando como uma sociedade amarga e dividida e a pergunta a fazer é se a crise traz alguma mudança semelhante.

Ainda é cedo, mas não tenho dúvidas que há sinais positivos. E eles vêm do universo

da vida privada. Famílias que se reaproximam, redes invisíveis de solidariedade e pequenos gestos, infinitos grupos que dialogam via aplicativos que sequer conhecíamos.

Cada um terá sua história para contar. Alguns terão perdido pessoas que amavam, outros terão passado por um isolamento difícil.

Há notícias incríveis, ainda aos pedaços, sobre o florescimento da filantropia. A Associação Brasileira de Captadores de Recursos registrava na terça-feira (7) mais de R\$ 1 bilhão

em doações, e isto irá crescer.

Há uma explosão no uso das plataformas de crowdfunding, novas experiências de matching, como a duplicação do recurso da alimentação escolar que chega aos alunos mais pobres de São Paulo, feita por empresários e pessoas que se reúnem na busca coletiva de recursos.

O ponto é que há um divórcio entre o que se desenha no universo privado e o que corre solto na esfera pública. Nesse âmbito, parecemos ter regredido. A pandemia e seu drama parecemos não ter funcionado para desarmar espíritos e produzir alguma coesão.

Nestes dias voltei a ler sobre as grandes pestes. Me deparei com as histórias de terror no relato de DeJoso sobre a peste de 1665, e logo a imagem de Carlo Ginzburg em seu "História Noturna": "O trauma da peste faz crescer a busca do bode expiatório no qual atiramos nossos medos e ódios".

O vaticínio de Ginzburg parece descrever com precisão o que se passa no debate público. Exemplos disso são a "conspiração chinesa" e a ceceuma em

torno do uso da cloroquina. Sobre esta última, é fácil perceber que há uma divisão da área médica. Há resultados promissores, colhidos "em meio à guerra", como bem observou o dr. Paulo Zanotto, há pessoas morrendo e não dispomos de protocolos conclusivos a respeito. O que fazer? Ir atrás da informação, ter boa vontade em relação ao debate ainda desconstruído, escutar os médicos, verificar sobre os resultados que vêm, quase em tempo real, de quem está na frente de combate?

É o que de fato fazemos, no universo pessoal. No mundo público saltamos nossas bruxas. Pedimos o banimento das redes sociais de quem pensa diferente, quem sabe na falta de joguéis a nossa disposição. Que os cidadãos façam essas coisas, opinando sem nenhuma responsabilidade, no mundo digital, é mais do que previsível. O que surpreende é nossa

liderança política, em um momento difícil como este, seguir o mesmo compasso.

Tudo isso em um quadro no qual sequer sabemos o tamanho do drama humano que temos à frente. Pesquisa recente feita em Nova Délhi mostrou que, mesmo com medidas de distanciamento social, moradores de favelas são 44% mais vulneráveis à contaminação pela influenza. É só um indicativo, no qual devemos prestar atenção. E agir rápido.

No mais, volto à provocação de Brooks. Ele conta sobre o grande silêncio americano ao fim da gripe espanhola. "Talvez porque as pessoas não gostaram de ver no que haviam se transformado", naqueles momentos duros.

A crise é assim. Mostra o nosso pior e o nosso melhor. A vantagem, por aqui, é que cada um ainda tem tempo de fazer as suas escolhas.

dom. Elio Gaspari, Janio de Freitas | seg. Celso Rocha de Barros | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari, Conrado Hübner Mendes | QUI. Fernando Schüller | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

## Assembleia de SP, na crise, pode reduzir salários dos deputados

Recurso economizado iria para governo estadual; parlamentares também propõem corte de verbas de gabinete

Carolina Linhares

**SÃO PAULO** Como reação à pandemia do coronavírus, a Assembleia Legislativa de São Paulo estuda cortar gastos e direcionar a verba ao governo João Dória (PSDB). A Mesa Diretora da Casa informou que, em caso de agravamento das finanças do estado, poderá cancelar licitações e suspender ou reduzir contratos. A Mesa não detalha quais medidas podem ser tomadas, enquanto os deputados fazem propostas para "cortar na própria carne": falam em redução de salários do funcionalismo, de autoridades do estado e deles próprios, além de cortes de gastos de gabinete, auxílio-moradia e gratificação de funcionários.

A Alesp adotou sessões virtuais para votações e elabora projeto de lei conjunto dos 94 deputados com medidas contra a Covid-19.

Como votar os numerosos e repetitivos projetos dos deputados leva tempo, o presidente da Assembleia, Cautê Macris (PSDB), propôs que cada deputado enviasse uma sugestão para um grande projeto conjunto. Isso acelera a tramitação e facilita o consenso da maioria para aprovação.

A coordenação do projeto está a cargo do deputado Vinicius Camarinha (PSB), e o prazo para sugestões terminou no domingo (5). Nos próximos dias, Camarinha apresentará uma minuta. A ideia é votar o projeto conjunto na próxima semana.

"Todos os 94 deputados querem participar e ajudar. Vai ser uma lei geral de combate à Covid-19 para disciplinar medidas da iniciativa privada e a proteção à saúde e ao emprego", afirma Camarinha.

A ideia surgiu da avaliação de que a Assembleia precisava dar uma resposta à sociedade diante da crise, principalmente considerando seus custos.

Cada deputado custa cerca de R\$ 220 mil por mês. No acumulado do ano, a despesa com os parlamentares somados chega a R\$ 250 milhões. A conta inclui o salário de

R\$ 25 mil, R\$ 34,5 mil de verba de gabinete (para locação de imóveis, passagens, gasolina, gráficas) e R\$ 164 mil para contratação de assessores.

Os deputados que não têm imóvel na região metropolitana têm direito a um auxílio de R\$ 2.850 para viverem em capital. Mas, na pandemia, as atividades são online. No ano passado, a Casa gastou R\$ 584 mil com o auxílio. Neste ano, a despesa chega a R\$ 95 mil.

O isolamento social também torna acessório o gasto com hospedagem, alimentação e locomoção, que somou R\$ 866 mil em 2019 e R\$ 100 mil até agora em 2020.

Outras despesas não se justificam em período de quarentena, como combustível, manutenção e locação de veículos e pedágios — custos de R\$ 6,2 milhões em 2019.

As despesas não se justificam em período de quarentena, como combustível, manutenção e locação de veículos e pedágios — custos de R\$ 6,2 milhões em 2019.

Mas só devem prosperar se incluídas no projeto conjunto, que hoje tem a garantia de ser levado à votação no plenário.

O deputado Luiz Fernando Teixeira (PT) propôs o corte de salários dos deputados e da verba de gabinete em 50%.

A deputada Alessandra Monteiro (Rede) e o deputado Tenente Coimbra (PSL) protocolaram projetos para reduzir metade do salário dos deputados e também do governador, vice e secretários.

Gil Diniz (PSL) propôs corte de 70% para essas autoridades e para dirigentes de órgãos públicos, reitores e diretores de agências reguladoras. Rogério Nogueira (DEM) sugere o uso dos fundos eleitoral e partidário contra o vírus.

A discussão vai ocorrer na articulação do projeto de lei conjunto. Para contemplar as contingências, a Mesa não descartou que haja construção e liberação no plenário de mais de um projeto.

Mesmo em fase embrionária, a hipótese de redução de salários gerou discussão no grupo de WhatsApp dos deputados — alguns afirmam que a medida é populista e que precisam do salário para sustentar a família.

ao Poder Executivo R\$ 106 milhões relativos a 2018 e R\$ 146 milhões relativos a 2019. Além disso, a devolução de 6,5% do orçamento de 2020 (R\$ 89 milhões) foi antecipada.

Para Camarinha, medidas de austeridade terão de ser analisadas pela Assembleia. "Vamos ter que enfrentar essa discussão. É hora de todo mundo colaborar".

Alguns já propuseram cortes no projeto conjunto. O deputado Arthur do Val (Patriota), conhecido como Mamãe Falei, sugeriu cortar 50% do salário dos deputados.

O Novo propôs corte progressivo do salário de todo o funcionalismo, exceto servidores de saúde e segurança. Começa em 26% para quem recebe entre R\$ 6.100 e R\$ 10 mil e vai a 50% para quem ganha mais de R\$ 20 mil.

"Entendemos que é preciso chamar todos os servidores públicos, em especial os agentes políticos, com exceção das equipes que atuam nas áreas de saúde e segurança pública, a dar a sua contribuição", afirma a bancada do Novo.

Janaina Paschoal (FSL) sugeriu que parte dos fundos de despesa da Alesp e do Tribunal de Justiça seja transferida ao governo estadual.

A proposta é parte de seu projeto de lei individual que prevê diversos cortes: metade do salário dos deputados, suspensão de gratificações de desempenho aos funcionários e transferência da verba de gabinete para o Executivo.

Outros projetos individuais têm medidas de austeridade. Mas só devem prosperar se incluídas no projeto conjunto, que hoje tem a garantia de ser levado à votação no plenário.

O deputado Luiz Fernando Teixeira (PT) propôs o corte de salários dos deputados e da verba de gabinete em 50%.

A deputada Alessandra Monteiro (Rede) e o deputado Tenente Coimbra (PSL) protocolaram projetos para reduzir metade do salário dos deputados e também do governador, vice e secretários.

Gil Diniz (PSL) propôs corte de 70% para essas autoridades e para dirigentes de órgãos públicos, reitores e diretores de agências reguladoras. Rogério Nogueira (DEM) sugere o uso dos fundos eleitoral e partidário contra o vírus.

A discussão vai ocorrer na articulação do projeto de lei conjunto. Para contemplar as contingências, a Mesa não descartou que haja construção e liberação no plenário de mais de um projeto.

Mesmo em fase embrionária, a hipótese de redução de salários gerou discussão no grupo de WhatsApp dos deputados — alguns afirmam que a medida é populista e que precisam do salário para sustentar a família.



Pedágio eletrônico no km 31 da rodovia dos Imigrantes Zanonne Fraissat - 17Jul17/Folhapress

## Pedágio Anchieta-Imigrantes seguirá o mais caro do país mesmo após acordo

José Marques

**SÃO PAULO** Mesmo que a Ecovias reduza o valor de seus pedágios em 20% durante a noite, como acertado em acordo com o Ministério Público de São Paulo, as praças de cobrança nas rodovias Anchieta e Imigrantes continuarão sendo as mais caras do Brasil. O sistema liga a Grande São Paulo à Baixada Santista.

Em acordo assinado na segunda (6) com a Promotoria de Justiça, a concessionária disse que, por 18 anos, formou cartel, pagou propinas e repassou dinheiro a caixa dois de campanhas eleitorais em gestões do PSDB paulista no Governo de São Paulo.

As irregularidades duraram de 1998 a 2015, período que incluiu as gestões tucanas de Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin.

Para evitar ser processada civilmente, a Ecovias se comprometeu, entre outras medidas, a diminuir das 21h às 5h o preço das tarifas das praças de pedágio de Riacho Grande (Anchieta) e Piratininga (Imigrantes), que atualmente custam R\$ 27,40 para carros de passeio. Veículos comerciais pagam esse valor por eixo (pares de rodas).

Se não houver reajustes até a implantação da medida, o valor da tarifa básica cairia para R\$ 24,66 e continuaria sendo o mais elevado das rodovias brasileiras, segundo dados de dezembro da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias.

O acordo depende de aval do Conselho Superior da Promotoria e, depois, da Justiça. A redução do preço só seria implementada a partir de 90 dias depois disso.

Consultado, o secretário do conselho, procurador José Carlos Cosenzo, disse que o acordo ainda não foi enviado, mas será analisado rapidamente se houver pedido

de urgência, devido ao seu interesse público.

Além da redução do pedágio, cujo valor a Ecovias estima em 10% durante a noite, a empresa terá que arcar com a construção de um boulevard de 2 km nas proximidades do Complexo Viário Escola de Engenharia Mackenzie, em São Paulo, e melhorias na rodovia Anchieta.

Essas obras teriam valor de R\$ 450 milhões. A empresa também se comprometeu a pagar R\$ 50 milhões em multa. Mas a Ecovias também afirma que só construirá esse boulevard e fará essas melhorias "após certo prazo" da validação do acordo.

No Paraná, a Ecorodovias, grupo do qual a Ecovias faz parte, assinou acordo de leniência com a força-tarefa da Lava Jato e se comprometeu a reduzir em 30% o valor de seis praças de pedágio.

Em São Paulo, a eventual redução do pedágio na rodovia Anchieta não agradou a entidades de caminhoneiros.

Presidente da Federação dos Caminhoneiros de São Paulo, que representa diversos sindicatos na categoria no estado, Claudinei Pellegrini diz que esperava que as concessionárias "queimassem ao menos 20% da gordura" das tarifas.

"É por isso, por causa dessa caixa dos políticos, que não acontece CPI do pedágio em São Paulo. Toda vez que se propõe a investigação, ela é bloqueada", afirma Pellegrini. "Deveria haver mais transparência nas planilhas".

Procurada, a Ecovias afirma que as tarifas no sistema Anchieta-Imigrantes são estabelecidas pela Artesp (agência reguladora de transportes de São Paulo), por sistema que determina o valor em reais cobrado a cada quilômetro percorrido.

"Como a cobrança da tarifa no SAI (sistema Anchieta-

Imigrantes) é cobrada num único sentido, multiplica-se este valor por dois", informa.

Artesp considera "equivocada" a afirmação de que a tarifa cobrada nas praças da Imigrantes e Anchieta é a maior do estado, já que a cobrança é unidirecional. Ou seja, apenas quem sai da capital e segue para a Baixada Santista paga, e não o inverso.

"O valor das tarifas de pedágio é estabelecido através do contrato de concessão. E o contrato da Ecovias segue parâmetros semelhantes aos outros 11 contratos que integram a primeira etapa do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, com tarifas quilométricas semelhantes", diz nota da Artesp.

"As tarifas quilométricas do Sistema Anchieta-Imigrantes é semelhante ao do Sistema Anhanguera-Bandeirantes, sendo, inclusive, um pouco menor", afirma o órgão.

"Cabe salientar, ainda, que as tarifas de pedágio é que possibilitam os investimentos realizados na malha concedida com obras como a construção da segunda pista da Rodovia dos Imigrantes, realiza da pela Ecovias, além da prestação de serviços como guincho, socorro mecânico, ambulância e a manutenção no sistema, como reparos no pavimento e na sinalização, entre outros investimentos".

A Promotoria a Ecovias relatou que firmou o cartel em 1998, na gestão Mário Covas, em concessões que duram até hoje. O pagamento de propina e de caixa dois, relataram, durou até 2015. Com o acordo, a concessionária se compromete a colaborar com a produção de provas.

O PSDB de São Paulo nega relação com os fatos citados e diz ter convicção de que os atos das gestões no período seguiram estritamente a lei.

# O FANTASMA DA FOME INFORMAIS VIVEM DRAMA NA AMÉRICA LATINA

O Globo · 9 abril 2020 · JANAÍNA FIGUEIREDO janaina.figueiredo@oglobo.com.br

Contingente na informalidade chega a 140 milhões na região, e especialistas alertam que medidas de ajuda são insuficientes.



Chefe de família, mãe de cinco filhos entre 10 e 24 anos, pedreira e membro do primeiro sindicato de mulheres construtoras da Bolívia, Nevy Chacon está entrando em uma fase de desespero em meio à pandemia. Em conversas com outras colegas do sindicato, chegou a uma dramática conclusão: “Se o coronavírus não nos matar, morreremos de fome”. Nevy é um dos 140 milhões de trabalhadores informais dos países da América Latina e do Caribe, o que representa 53% da população economicamente ativa da região, de acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Muitos governos adotaram medidas para socorrer este setor tão vulnerável a crises de todo tipo, mas, segundo analistas, elas são insuficientes e deixaram de fora pessoas como a pedreira boliviana que, aos 49 anos, disse estar vivendo a situação mais difícil de sua vida.

De acordo com monitoramento realizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), 14 países já anunciaram iniciativas para ajudar trabalhadores informais e de baixos recursos. Nesta quarta-feira, o presidente do Chile, Sebastián Piñera, apresentou o segundo pacote emergencial de seu governo, que prevê desembolsar US\$ 2 bilhões para atender 2,6 milhões de trabalhadores que vivem na informalidade.

— A pandemia ameaça a saúde e a vida das pessoas, mas também gera enormes dificuldades econômicas para muitos — declarou o presidente chileno.

## AJUDA INSUFICIENTE

O mesmo alerta foi feito semana passada pela secretária executiva da Cepal, Alicia Bárcena, que destacou iniciativas como as adotadas por Argentina e Brasil, entre outros, mas lembrou que os trabalhadores informais precisam de um apoio gigantesco e que esta crise deve ser resolvida pelos Estados. No caso do governo de Alberto Fernández, foi criado o chamado Ingresso Familiar de Emergência (IFE), de 10 mil pesos (em torno de R\$ 790, em princípio pagos apenas em abril), destinado a trabalhadores sem carteira assinada entre 18 e 65 anos.

O vendedor ambulante de espanadores Alejandro Cáseres já preencheu todos os formulários e está esperando para saber se sua solicitação será aceita.

—O valor do IFE é mais ou menos o que eu ganhava mensalmente, seria uma ajuda muito grande. As poucas reservas que eu tinha já estão acabando — contou o artesão argentino. Cáseres mora com uma amiga e tem a sorte de não pagar aluguel. Há vários anos, fabrica espanadores para casas e carros e os vende em bairros da capital e da Grande Buenos Aires. A quarentena total decretada pela Casa Rosada em meados de março foi para ele, como para muitos outros argentinos, uma catástrofe. Segundo a OIT, cerca de 47,2% dos trabalhadores argentinos estão na informalidade.

— Estamos todos esperando que a quarentena termine logo para podermos sair. Talvez tenhamos de tramitar uma autorização para circular. Tudo ficou muito complicado, mas vamos indo. Confio no governo — afirmou Cáseres.

Na Bolívia, o percentual de informais chega a 83,1%. O caso de Nevy é complexo porque seu perfil não foi incluído em nenhum dos programas de ajuda social aplicados pelo governo interino de Jeanine Áñez. A única medida que a beneficia é a proibição de corte dos serviços de luz, água e gás durante a quarentena por falta de pagamento.

— Deram uma ajuda para famílias com crianças até 2 anos, e o meu mais novo tem 10. Estou realmente apavorada, e em nosso sindicato decidimos que, com ou sem quarentena, sairemos às ruas depois do dia 15 (data em que terminaria o isolamento obrigatório) porque senão passaremos fome — desabafou a pedreira.

## MAIS DIFÍCIL PARA MULHERES

Nevy sabe que provavelmente não conseguirá trabalho no setor da construção, mas está disposta a fazer qualquer coisa.

— Estamos devendo aluguel e pagamentos em lojas de alimentos porque não temos mais dinheiro. Os trabalhadores informais somos invisíveis na Bolívia, e no caso das mulheres é ainda mais difícil. Em nosso sindicato, 95% das trabalhadoras são chefes de família e, em muitos casos, quando conseguimos trabalho, nos pagam menos do que aos homens — lamentou Nevy, que mora na zona norte de La Paz.

Mesmo atravessando recessões e processos de desaceleração do crescimento, todos os governos da região anunciaram medidas nas últimas semanas. Mas suas margens de manobra, apontou o argentino Amilcar Collante, do Centro de Estudos Econômicos do Sul, são muito menores do que as de países como Itália, Alemanha ou Estados Unidos.

—Na Argentina, as medidas são paliativos numa crise gravíssima. A situação dos trabalhadores informais é crítica, mas a do país também — afirmou Collante.

Para Carlos Cordero, da Universidade Maior de San Andrés, de La Paz, “com mais de 80% de informalidade e uma taxa de pobreza também altíssima, a Bolívia está fazendo o que pode,

mas claro que é pouco”.

—O governo deu uma ajuda de cerca de US\$ 60 (R\$ 310) para famílias de setores vulneráveis, mas tem muita gente pedindo apoio financeiro e é impossível incluir a todos — disse o analista boliviano.

#### ALERTA DO PANO VERMELHO

No Uruguai, o governo do presidente Luis Lacalle Pou, empossado em 1º de março passado, implementou programas emergenciais, sobretudo em matéria de alimentação, mas sindicatos e trabalhadores informais asseguram que 400 mil pessoas, num país de 3,5 milhões de habitantes, não foram protegidas.

Nos últimos dias, como aconteceu com Nevy na Bolívia, muitos trabalhadores latino-americanos na informalidade começaram a temer que, junto com o fantasma da Covid-19, paire sobre suas cabeças outro tão ou mais assustador: o da fome. Em redes sociais, multiplicaram-se as mensagens com a hashtag #nohaycomofome (não existe quarentena com fome).

Na cidade colombiana de Soacha, na província de Cundinamarca, foi lançada a campanha “pano vermelho”. Cada família que está passando por necessidades extremas coloca alguma roupa, ou qualquer tecido vermelho em sua janela ou porta para que as autoridades locais e algum vizinho possam ajudar. Com um pano vermelho, avisam que estão à beira da fome, escreveram muitos colombianos em redes sociais.

# INJEÇÃO DE ÂNIMO Governo libera R\$ 1.045 por trabalhador em recursos do FGTS a partir de junho

O Globo · 9 abril 2020 · MANOEL VENTURA, GERALDA DOCA E GABRIEL SHINOHARA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Em mais uma iniciativa para diminuir o impacto da Covid-19 na economia, o Planalto editou MP que permite o saque de R\$ 1.045 de recursos do fundo por trabalhador. O dinheiro poderá ser retirado a partir de 15 de junho. Equipe econômica calcula injeção de R\$ 36,2 bilhões.



Em mais uma iniciativa para liberar recursos à população e mitigar os efeitos sociais e econômicos da pandemia do coronavírus, o governo publicou uma medida provisória (MP), no fim da noite de terça-feira, que libera o saque de R\$ 1.045 de recursos do FGTS por trabalhador. O dinheiro pode ser retirado de contas ativas e inativas do Fundo a partir de 15 de junho. A medida já era esperada e vai injetar na economia cerca de R\$ 36,2 bilhões em 2020, de acordo com estimativas do Ministério da Economia.

A MP estabelece que as retiradas serão autorizadas a partir de 15 de junho, depois do período de pagamento do auxílio de R\$ 600 para trabalhadores informais. A

MP também acaba com o Fundo PIS/Pasep, que não tem relação com o abono salarial pago anualmente.

A Caixa Econômica Federal vai elaborar um cronograma de pagamento, como foi feito com o saque imediato do FGTS no ano passado. Segundo o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, o



esquema de pagamento será o mesmo, de acordo com o mês de nascimento.

O dinheiro poderá ser resgatado nos terminais de auto atendimento na rede de lotéricas. É possível que as agências funcionem aos sábados só para atender os cotistas do Fundo. Quem têm conta na Caixa ou em qualquer outro banco receberá primeiro e em crédito automático. — O racional será o mesmo, 100% o mesmo — disse Guimarães ao GLOBO.

Ele destacou, contudo, que o pagamento só vai começar em junho e que “vai evitar falar do FGTS” para não gerar mais tumultos.

A Caixa está focada no pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 aos trabalhadores informais, durante a crise. Guimarães observou que as pessoas já estão indo à Caixa à procura do saque do FGTS.

#### 60,8 MILHÕES DE PESSOAS

A data foi estabelecida para junho, e não imediatamente, por causa da necessidade de primeiro capitalizar o Fundo. Isso será feito com a transferência de R\$ 21,5 bilhões do Fundo do PIS/Pasep que será extinto no fim de maio. Também vão retornar para o FGTS R\$ 14,6 bilhões que não foram retirados pelos trabalhadores no saque imediato.

O secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, afirmou que a medida irá beneficiar 60,8 milhões de pessoas, sendo que 30,7 milhões poderão sacar todo o saldo da conta.

Nessa nova rodada, ficou estabelecido que cada trabalhador só poderá sacar R\$ 1.045, mesmo que ele tenha mais de uma conta.

O trabalhador que dispõe de mais de uma conta terá que seguir uma ordem estabelecida pela MP: primeiro, o dinheiro é retirado de contas relativas a contratos de trabalho extintos, com início pela que tiver o menor saldo. Depois disso é feito o resgate das demais contas vinculadas, com início pela que tiver o menor montante.

Se o trabalhador não quiser sacar os recursos e for correntista da Caixa, ele deve se manifestar até o dia 30 de agosto para que o dinheiro não seja creditado automaticamente. Dessa forma, o montante continuará na conta do Fundo. A Caixa ainda deve detalhar como será feita a manifestação.

Segundo técnicos da equipe econômica, o novo limite do saque do FGTS para não prejudicar suas aplicações em habitação e saneamento básico. Como se trata de uma medida provisória, a regra já está em vigor, mas ainda será analisada pelo Congresso Nacional.

—O valor preserva o Fundo, ou seja, é uma situação de ganha-ganha. Preserva o Fundo e ao mesmo tempo permite que a economia tenha esse alento em termos de possível consumo, em particular para aqueles que têm uma faixa de renda mais baixa — disse o secretário de Fazenda, Waldery Rodrigues Junior.

#### SAQUE ATÉ 31 DE DEZEMBRO

O saque do FGTS ficará disponível até 31 de dezembro. A MP ainda extingue o Fundo PIS/Pasep. Mesmo sem receber novos recursos desde 1988, o Fundo ainda guarda R\$ 21 bilhões. São recursos que não foram resgatados pelos cotistas após sucessivas campanhas de resgate.

A medida provisória transfere esse montante para dar mais liquidez ao FGTS, que vem sendo usado nos últimos anos para injetar dinheiro na economia e estimular o consumo e a quitação de dívidas das famílias. A equipe econômica avalia que a maior parte dos recursos disponíveis é referente a contas de trabalhadores que atuaram com carteira assinada entre 1971 e 1988.

A medida provisória, porém, indica que o patrimônio das contas individuais de participantes do PIS/Pasep será preservado, indicando que ainda é possível resgatar os recursos. Como muitos titulares destas contas já morreram, o benefício foi estendido aos herdeiros, mas, mesmo assim, teve baixa procura. Assim, o governo garante que ficará mantido o direito de saque a quem solicitar. Mas o recurso passará a ser administrado pelo FGTS e integrar o balanço do Fundo de Garantia.

É a primeira vez desde 2016 que o governo autoriza o saque de contas do FGTS para estimular a economia. Primeiro, o ex-presidente Michel Temer autorizou o saque das contas inativas, injetando R\$ 44 bilhões no mercado. Em julho de 2019, o presidente Jair Bolsonaro recorreu ao Fundo dos trabalhadores e liberou o saque de até R\$ 500 por conta ativa e inativa, além de criar nova modalidade de retirada na data do aniversário do trabalhador. Foram resgatados R\$ 28,1 bilhões por 60,4 milhões de cotistas, entre setembro e abril deste ano.

# ANS libera R\$ 15 bi de reservas de planos de saúde

Operadoras terão que assinar compromisso de renegociar dívidas de usuários e dar prioridade ao pagamento dos fornecedores

---

O Globo · 9 abril 2020 · LUCIANA CASEMIRO [lucianac@oglobo.com.br](mailto:lucianac@oglobo.com.br)

---

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou ontem o desbloqueio de cerca de R\$ 15 bilhões de reservas técnicas das operadoras para serem usados no combate à pandemia de coronavírus, anunciado pelo ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, em 19 de março. Apenas operadoras que estejam regulares como ANS do ponto de vista econômico-financeiro poderão movimentar esses recursos. Essas empresas terão ainda que assinar um termo de compromisso. O texto foi enviado para a Procuradoria Federal Junto à ANS para análise. Entre os termos do acordo está o compromisso com a renegociação de dívidas com usuários de planos de saúde inadimplentes, como forma de garantir a assistência em tempos de pandemia.

Outro ponto é o pagamento dos prestadores de serviços, como hospitais, clínicas e laboratórios. A agência recomenda que esse pagamento seja feito em até 30 dias, no caso das grandes operadoras e, em no máximo 60 dias, para as empresas de menor porte.

O fundo garantidor ou reserva técnica é composto de recursos das próprias operadoras que ficam bloqueados pela ANS, principalmente, para garantir o pagamento de atendimentos futuros a prestadores e a manutenção da assistência aos usuários de planos de saúde, caso a operadora enfrente algum problema financeiro.

Na reunião, um técnico da agência afirmou que a liberação não põe em risco o sistema e que o monitoramento financeiro das operadoras continuará a ser feito durante a crise. Também foi aberta a possibilidade de novas medidas, inclusive de liberação de recursos, de acordo com os desdobramentos da crise.

Na reunião, no entanto, não foi discutido um dos temas em análise: o de que os recursos desbloqueados sejam carimbados para o atendimento assistencial. Ou trote maque não foi debatido é o compromisso de que, se houver sobra de parte do montante liberado, ao fim da pandemia, ela não possa ser usada para o pagamento de dividendos ou qualquer outra remuneração a acionistas ou sócios.

Como o termo de compromisso não foi idêntico ao usual, é preciso aguardar para saber se haverá cláusula nesse sentido.

# Brasil é pressionado a reduzir produção de petróleo

Países exportadores tentam costurar acordo de corte de até 10 milhões de barris por dia, o que viabilizaria a recuperação de preço do produto. Amanhã, reunião do G-20 deve discutir como os países podem reduzir sobreoferta global

---

O Globo · 9 abril 2020 · MANOEL VENTURA [manoel.ventura@bsb.oglobol.com.br](mailto:manoel.ventura@bsb.oglobol.com.br) BRASÍLIA

---

O governo brasileiro está sendo pressionado a participar de um acordo costurado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) para cortar a produção global de petróleo, de maneira a fazer subir o preço do produto em todo o mundo. As conversas se intensificaram nos últimos dias, mas ainda não há decisão tomada por parte do Brasil, segundo fontes que acompanham as negociações.

O ministro de Minas e Energia do Brasil, Bento Albuquerque, teve uma longa reunião na terça-feira com o secretário de Energia dos Estados Unidos, Dan Brouillette, para discutir o assunto. O aumento dos preços também pode interessar aos EUA por causa da forma como o petróleo é extraído naquele país. Um patamar muito baixo, segundo especialistas, dificulta a produção do petróleo de xisto. Fraturas e perfurações hidráulicas em campos de xisto converteram os Estados Unidos em um poderoso exportador da commodity.

Os países membros da Opep se reúnem hoje para discutir um corte coletivo na produção, que pode chegar a dez milhões de barris por dia — o maior da história — como forma de combater os efeitos do coronavírus, que tem prejudicado muito a demanda. Com menos petróleo disponível, o preço sobe.

## CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

Uma outra reunião está marcada para amanhã, dessa vez no âmbito do G-20, também para discutir o choque dos preços. O ministro de Minas e Energia confirmou sua presença na reunião com representantes dos países do G-20 e tem mantido contato com autoridades da Arábia Saudita e dos Estados Unidos. Dessa reunião pode sair o anúncio de um esforço coordenado entre as potências petrolíferas para, de forma pontual, enxugar a sobreoferta global.

Integrantes do cartel internacional do petróleo fizeram chegar às autoridades brasileiras que qualquer acordo final sobre quanto a Opep e seus aliados (um grupo chamado de Opep+) cortará vai depender substancialmente do quanto Brasil, Estados Unidos e Canadá estão dispostos a contribuir.

O ministro brasileiro conversou no domingo com o seu homólogo da Arábia Saudita, príncipe Abdulaziz bin Salman Al Saud. Segundo o ministério informou, o príncipe perguntou se o Brasil “se inclinaria a integrar o esforço de coordenação internacional na busca de mecanismos que contribuam para a estabilização do mercado internacional de petróleo”.

## IMPACTO PARA ESTADOS

A tendência é que uma decisão final só seja tomada na reunião de sexta-feira, do G-20. O objetivo no corte de produção é aumentar o preço do barril de petróleo, que está em níveis historicamente baixos por conta da falta de demanda causada pelo coronavírus, na casa dos US\$ 30. O Brasil tornou-se um player importante nas negociações porque hoje o país é um dos dez maiores exportadores de petróleo do mundo. Um corte na produção, porém, pode impactar diretamente as contas de estados e municípios produtores, além do próprio governo federal. Há dúvidas, porém, de como o Brasil poderia cortar sua produção, caso seja essa a decisão. A Petrobras, estatal, é a principal empresa do setor, mas o país tem um ambiente de negócios marcado por pluralidade de companhias privadas.